



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

LUCIANO EVERTON COSTA TELES

**A Vida Operária em Manaus:
Imprensa e Mundos do Trabalho
(1920)**

Manaus
Outubro de 2008



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

LUCIANO EVERTON COSTA TELES

**A Vida Operária em Manaus: Imprensa e
Mundos do Trabalho (1920)**

Orientador:
Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas em 10 de Outubro de 2008, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Manaus
Outubro de 2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Teles, Luciano Everton Costa

A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920) / Luciano Everton Costa Teles. Manaus: [s.n.], 2008, 159p.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História

1. História Social. 2. História do Trabalho. 3. Movimentos Sociais.
4. História Operária. 5 História da Imprensa. 6. Amazonas – Sociedade e Cultura. 7. Amazonas – Política e Governo.
8. Amazonas – História – 1908-1919.

I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto
II. Universidade Federal do Amazonas
III. Título.

Aos trabalhadores de hoje,
na esperança de que acreditam que
por meio de ações coletivas é possível
construir um mundo melhor e mais justo.

TERMO DE APROVAÇÃO

A Dissertação foi submetida à Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (Departamento de História – UFAM), Antonio Emílio Morga (Departamento de História – UFAM) e Reginaldo Gomes de Oliveira (Departamento de História - UFRR) em 10 de outubro de 2008, sendo ali aprovada.

FICHA CATALOGRÁFICA

Avelino, Alexandre Nogueira

O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A Revista da Associação Comercial e as Representações Acerca do Trabalho no Amazonas (1908-1919) / Alexandre Nogueira Avelino. Manaus: [s.n.], 2008, 161p.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História

1. História Social. 2. História do Trabalho. 3. Movimentos Sociais.
4. História Operária. 5 História da Imprensa. 6. Amazonas – Sociedade e Cultura. 7. Amazonas – Política e Governo.
8. Amazonas – História – 1908-1919.

- I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto
- II. Universidade Federal do Amazonas
- III. Título.

Aos trabalhadores de hoje,
na esperança de que acreditam que
por meio de ações coletivas é possível
construir um mundo melhor e mais justo.

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico, embora seja feito por uma pessoa que se propõe a dedicar seu tempo em leitura bibliográfica, pesquisa empírica e escrita, não se reduz a esfera individual. Antes, ele possui um aspecto coletivo. Pode-se afirmar que existe uma dimensão individual-coletiva que se faz presente no decorrer de sua elaboração.

Quando me refiro a esta dimensão do trabalho acadêmico estou pensando nas inúmeras contribuições que deram suporte, fôlego e materialidade a presente dissertação. Neste sentido, cabe apontar as pessoas e instituições que, de diversas formas, somaram esforços neste empreendimento difícil e complexo, porém emocionante e gratificante, que é a produção de um conhecimento histórico e científico novo.

Correndo o risco de omitir alguns nomes que poderiam estar aqui assinalados, quero dizer um *“muito obrigado”* ao Professor Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, orientador que não somente acreditou no desenvolvimento desta pesquisa como também sempre se colocou à disposição para dialogar e propor novos rumos.

Sou grato a Professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, pelas inúmeras contribuições advindas das discussões realizadas no interior das disciplinas *“Trabalho e Cidade”* e *“História e Periodismo”*. Esta última cursada durante a graduação e aquela no âmbito do Mestrado. Cabe registrar ainda que foi a partir do contato que tive, ainda nos anos iniciais da graduação, com o estudo sobre os estivadores manauaras produzido por Maria Luiza que o interesse pela História Operária despertou em mim.

No Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História recebi calorosa acolhida e fiz grandes amizades. Eloína Monteiro dos Santos foi peça fundamental, pelas aulas ministradas e pelos encaminhamentos propostos no âmbito da disciplina *“História, Política e Poder”*. Do professor (e colega de Mestrado) Aloysio Nogueira de Melo guardo o exemplo de homem que vive a História e nela se entrelaça.

Aos professores Paulo Koguruma (†) e Antônio Emílio Morga agradeço pela atenção e pelas críticas e sugestões apontadas no decorrer do Exame de Qualificação.

Na UFAM contei ainda com a colaboração do Grupo de Pesquisa em História Social da Amazônia e do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA), aos quais me vinculei desde o final do Curso de Graduação em História.

Agradeço a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que, ao contrário da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), concedeu-me uma licença remunerada, por meio do programa *QUALIFICA*. Tal ação foi de fundamental importância para que tivesse tempo e recursos disponíveis para um melhor desenvolvimento deste estudo.

Ao Museu Amazônico e seus funcionários (Valdir, Sidney, Maristela, Rosângela, Dysson, Eunice e Rosa), agradeço a acolhida e paciência nos momentos em que me vi mergulhado no rico acervo histórico ali presente. De igual forma, agradeço a Biblioteca Pública e aqueles que a fazem funcionar, pelo respeitoso e atencioso tratamento dispensado. Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) que, enfim de portas abertas, disponibilizou-me uma série de documentos necessários a este trabalho.

Não poderia deixar de registrar aqui os amigos Fabrício Vieira e Davi Avelino que para mim tiveram um significado especial, pela convivência, solidariedade e contribuições sempre generosas e significativas.

Por fim, agradeço de coração à minha família: Raimundo Costa e Cleia Guimarães Costa, avós maternos que me criaram e me ensinaram a caminhar no mundo; à minha mãe, Cilene Guimarães Costa, pela força e incentivo; à minha esposa, Redvânia Pinto Vieira, pela força, incentivo e, acima de tudo, pelas direções estabelecidas na minha vida; ao meu filho, Lucas Vinícius Vieira Teles, meu incontestado estímulo e fiel companheiro de trabalho, uma vez que compartilhou durante meses – muitas vezes agarrado ao meu cangote – a escrita deste trabalho. Agradeço ainda a Deus, por ter colocado todas estas pessoas na minha vida.

RESUMO

Caminhando no sentido de contribuir para o processo de renovação historiográfica regional e minorar o campo ainda pouco explorado da História Operária no Amazonas, a presente dissertação buscou compreender o universo do trabalho e, em especial, as dimensões da fala, organização e luta operária em Manaus, no início da década de 1920, filtradas pelas páginas do *Vida Operária*, um dos mais importantes jornais operários surgidos no Amazonas. Procura-se também discutir a própria Imprensa Operária, como uma das mais importantes manifestações da cultura das classes trabalhadoras, inquirindo acerca do papel desempenhado pelo jornal *Vida Operária* no interior do periodismo amazonense, externando sua linha editorial e as características que o singularizam no interior daquela imprensa, além de identificar as dimensões (tamanho, composição, características) do universo do trabalho e dos trabalhadores urbanos de Manaus, mapeando ainda as demandas e denúncias acerca das condições de vida e trabalho e observando a atuação do jornal mencionado nos processos de organização, conscientização e luta operária, pontuando os dilemas organizacionais, as disputas internas e as influências das diversas correntes teóricas no interior do movimento político dos trabalhadores amazonenses.

Palavras Chaves: História Operária; Movimento Operário; Imprensa Operária.

ABSTRACT

Still walking in the sense of to contribute for the process of renewal regional historiográfica and to lessen the field little explored of the Labor History in Amazon to present researches search to understand the universe of the work and, especially, the dimensions of the speech, organization and fight worker in Manaus, in the beginning of the decade of 1920, filtered by the pages of the newspaper Labor Life, one of the most important labor newspapers appeared in Amazon. It is also tried to discuss the own Imprensa Operária, as one of the most important manifestations of the culture of the working classes, inquiring concerning the paper carried out by the newspaper Labor Life inside the journalism amazonense, expressing his/her line editorial and the characteristics that single out him/it inside that press, besides identifying the dimensions (size, composition, characteristics) of the universe of the work and of the urban workers from Manaus, still mapping the demands and accusations concerning the life conditions and work and observing the performance of the newspaper mentioned in the organization processes, understanding and fight worker, punctuating the organizational dilemmas, the internal disputes, you influence them of theoretical currents inside the political movement of the workers amazonenses.

Key words: Labor history; Labor movement; Labor press.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS, TABELAS E IMAGENS	9
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO I: IMPRENSA E MUNDOS DO TRABALHO	18
1 – HISTÓRIA E IMPRENSA	19
2 – A SINGULARIDADE DA IMPRENSA OPERÁRIA	27
3 – O JORNAL “VIDA OPERÁRIA”	50
CAPÍTULO II: A VIDA OPERÁRIA	62
1 – O UNIVERSO DO TRABALHO URBANO EM MANAUS	63
2 – A VIDA OPERÁRIA: CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA	67
3 – UMA CIDADE CONFLITIVA: MANAUS, ESPAÇO DE DISPUTAS SOCIAIS	81
CAPÍTULO III: A LUTA OPERÁRIA	92
1 – DENÚNCIAS E DEMANDAS OPERÁRIAS	93
2 – UMA PROPOSTA DE AÇÃO POLÍTICA OPERÁRIA	107
3 – O VIDA OPERÁRIA FRENTE A SITUAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA NO AMAZONAS	117
4 – CONSCIÊNCIA E COLABORAÇÃO DE CLASSE NO VIDA OPERÁRIA	124
5 – O FLERTE COM O POSITIVISMO DE AUGUSTO CONTE	127
6 – CORRENTES IDEOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS SINDICAIS	130
7 – PELA CONDUÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA OPERÁRIA: VIDA OPERÁRIA X EXTREMO NORTE	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
FONTES	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

LISTA DE QUADROS, TABELAS E IMAGENS

IMAGEM 1: PRIMEIRO EXEMPLAR DO JORNAL VIDA OPERÁRIA	12
IMAGEM 2: MANIFESTO À FAVOR DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA	43
QUADRO 1: COLABORADORES COM MATÉRIAS ASSINADAS	51
QUADRO 2: MATÉRIAS REPRODUZIDAS DE OUTROS JORNAIS	53
IMAGEM 3: EXEMPLAR DO JORNAL VIDA OPERÁRIA – Nº 23	58
TABELA 1: PRODUÇÃO DE BORRACHA NA AMAZÔNIA ENTRE OS ANOS 1827 E 1860	63
IMAGEM 4: MANIFESTO CONTRA A MANÁOS TRAMWAY	76
IMAGEM 5: REFERÊNCIA A KARL MARX EM PANFLETO DOS ANOS 20	133

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema trabalhado nesta dissertação se originou, de forma ainda incipiente, no ano de 2003. Neste ano, ainda no decurso da Graduação em História, foi desenvolvido, no interior do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), um projeto de pesquisa intitulado *“De Zé Povo e Barnabés: representações do trabalho e do trabalhador urbano na imprensa amazonense da década de vinte”*. Esta pesquisa tinha como objetivo compreender como importantes órgãos da imprensa amazonense reagindo aos acontecimentos da época (crise econômica, desemprego, protestos populares e criação de associações operárias) discutiram o problema do trabalho e do trabalhador.

Neste processo, percebeu-se, como resultado da pesquisa, que uma parcela significativa dos grandes jornais, como *O Dia* e a *Gazeta da Tarde*, ligados a determinados segmentos da elite econômica e política, constantemente construíam imagens negativas do trabalhador. Este trabalhador era invariavelmente retratado em suas páginas como *“preguiçoso”, “indesejável”, “analfabeto”, “alcoólatra” e “maltrapilho”*.¹

Por outro lado, ao adentrar no universo dos trabalhadores por meio da imprensa operária, visando uma melhor compreensão das representações acima citadas (uma vez que partíamos do pressuposto de que a representação não era uma via de mão única), vislumbraram-se visões sobre o patronato, construídas pelos jornais ligados aos operários no processo de defesa dos seus interesses de classe. Assim, só para citar alguns exemplos, termos como *“parasitas da sociedade”, “prepotentes e arrogantes” e “tiranos”* se faziam presentes nestes periódicos.

¹ Aqui cabem algumas considerações. A primeira se refere a uma diferença estabelecida nestes jornais diários entre trabalhador nacional e estrangeiro. O primeiro era visto como *“preguiçoso”* e ainda lento para o processo de trabalho racionalizado, enquanto que o segundo estaria, por sua suposta experiência anterior nesta esfera, apto não só para o trabalho, mas também para ser tomado como referência ao trabalhador nacional. Porém, em momentos de paralisação do trabalho (greves) ou quaisquer outras manifestações tanto um quanto o outro eram tomados de forma única. TELES, Luciano Everton Costa. *“De Zé Povo e Barnabés: representações do trabalho e do trabalhador urbano na imprensa amazonense da década de vinte”*. Monografia de Iniciação Científica. Manaus: UFAM (mimeo.), 2003, p. 11-26.

Foi neste processo inicial de pesquisa, sobretudo a partir do contato com o conjunto dos jornais operários produzidos entre final do século XIX e início do século XX, que o interesse pelo jornal *Vida Operária* despertou. Este jornal chamou atenção por dois motivos principais. Em primeiro lugar pelo número de títulos publicados (26 números), uma vez que a grande maioria dos jornais operários – com exceção da *Tribuna do Caixeiro* que tirou 55 números – não passava de dez números. Em segundo lugar, e esse é o motivo mais importante, pelos conteúdos presentes em suas páginas, colunas e artigos que tratavam dentre outras coisas de denúncias, demandas, tradições de classe, dilemas vividos e projetos políticos defendidos.

IMAGEM 1:
PRIMEIRO EXEMPLAR DO JORNAL VIDA OPERÁRIA



Fonte: Reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

Ainda neste primeiro contato, na leitura das páginas do jornal *Vida Operária*, algumas questões começaram a se esboçar: Qual o papel desempenhado pelo *Vida Operária* no interior do periodismo amazonense? Quanto ao universo do trabalho e do trabalhador urbano, que posições e comportamentos o jornal assumiu? Para que categorias de trabalhadores ele se dirigia? Qual era a sua proposta de intervenção social? Quais as bases que o sustentavam? O jornal enfrentava dificuldades de produção e financiamento para se colocar em circulação? Que dificuldades eram estas? Quais foram as suas principais características? Enfim, emergia um conjunto de perguntas que precisavam de respostas.

Além disso, o clamor existente no ambiente historiográfico no sentido de se tomar a imprensa enquanto objeto de estudo causou também algumas inquietações, haja vista o comentário de Renée Barata Zicman, que argumenta que embora os jornais sejam bastante “consultados e citados (...) são raramente estudados e analisados”.² Da mesma forma, na parte introdutória do catálogo “Cem Anos de Imprensa no Amazonas” os organizadores apontam que “o papel da imprensa na História do Brasil ainda não foi suficientemente pesquisado”³. De forma mais contundente Maria Luiza Ugarte Pinheiro denuncia:

Se tomarmos os jornais não como fonte, mas como objeto da própria investigação historiográfica, emerge de forma flagrante a quase inexistência de estudos no Estado (...). Fora dessa perspectiva, contam-se apenas os trabalhos relativos à elaboração de instrumentos de pesquisas (Catálogos e Listagens), que, embora relevantes, no entanto, não trazem uma maior profundidade interpretativa acerca das matérias alvo dessas publicações.⁴

Se os estudos sobre a imprensa de um modo geral são ainda raros, sobre a imprensa operária em particular há um extenso caminho a percorrer. Para Heloísa de Faria Cruz a imprensa operária, apesar de se constituir como “fonte privilegiada e indispensável para o estudo das classes operárias no período recente da história social do trabalho brasileira (...) vem reclamando por estudos que a proponham também como tema e espaço central de análise e reflexão”.⁵

A importância da imprensa operária (mas especificamente do jornal *Vida Operária*) como objeto de estudo se deve ao fato de que, sendo ela um importante veículo dos interesses da classe operária, sua leitura permite “dimensionar como eram propostas as formas de luta e resistência organizada para a classe trabalhadora no cotidiano”. Além disso, insiste Guzzo Decca, esta mesma imprensa permite identificar os “contrapontos de diversas ordens às iniciativas do poder”⁶. Ela se singulariza, sobretudo,

² ZICMAN, Renée. *História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas*. Projeto História, nº 4. São Paulo: Educ, 1985, p. 92.

³ FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)* – catálogo de Jornais. Manaus: Editora Calderaro, 1990, p. 11.

⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920*. Tese de doutorado em História. São Paulo: PUC, 2001, p. 58.

⁵ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 129.

⁶ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 98.

por seus objetivos programáticos e seu caráter doutrinário. Suas falas iam à contramão dos discursos hegemônicos, sempre visando servir de instrumento para a construção de um novo mundo, sem exploração, miséria, opressão, fome e outros problemas sociais.

Assim, tomar o jornal *Vida Operária* como objeto/fonte de estudos foi importante, uma vez que sobre ele inexistiam – para além de pequena apresentação na tese de Maria Luiza Ugarte Pinheiro⁷ – estudos acadêmicos específicos. Produzido e colocado em circulação no ano de 1920, com vinte e seis números publicados e com o apoio das mais representativas associações operárias do estado, foi possível observar por intermédio dele diversas contradições, preocupações e expectativas de várias categorias de trabalhadores existentes no mundo do trabalho da Manaus da borracha.

A opção metodológica de se tomar o jornal *Vida Operária* como objeto/fonte de estudos se apresentou enriquecedora. Não sendo antagônicas, essas posturas podem ser articuladas, da forma como foi assumida nesta dissertação. Assim, buscou-se investigar o jornal *Vida Operária*, tomando-o como objeto de análise, enquanto se explorou o contexto que o propiciou e, em especial, investigou-se o universo do trabalho e do trabalhador na cidade de Manaus. Para isso, foi preciso, como sustenta Adelaide Gonçalves:

Compreender a imprensa como instrumento de intervenção na vida social em que seu estudo pode se dar como objeto/fonte, uma vez que desaparece a categoria imprensa na forma abstrata para dar lugar ao movimento vivo das idéias, protagonistas e, principalmente, para que emergam dessa produção de sentidos, como resultado da operação histórica, sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.⁸

Esta articulação possibilitou, por um lado, minimizar a lacuna presente no que tange a análise de jornais enquanto objeto de estudos e, por outro lado, por meio dos assuntos tratados em seus artigos, contribuir de forma significativa para lançar um novo olhar sobre o período chamado de “*Belle Époque*”.

Ainda no campo metodológico, para melhor compreender o jornal *Vida Operária* e a condição operária que salta de suas páginas, foi necessário ampliar a base documental não só para o conjunto da Imprensa Operária, como também para as principais folhas da

⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit.*, p. 168-174.

⁸ GONÇALVES, Adelaide (Org). *Ceará Socialista – Anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001, p. 9.

Imprensa Diária (grande imprensa), visando iluminar a problemática a partir de outras angulações.

Da mesma forma, registros como dos poderes públicos (censos demográficos e socioeconômicos, relatórios de repartições, códigos de posturas, relatórios dos médicos sanitaristas, etc.) e do próprio patronato (boletins e revistas editados pela *Associação Comercial do Amazonas*) também foram utilizados neste sentido.

O confronto das representações emanadas do jornal *Vida Operária* com as originárias de outras fontes documentais foi necessário porque o jornal e seus animadores não agem no vazio, mas no seio de estruturas socioeconômicas conflituosas e, por vezes, hierárquicas. Como a atuação se dá de forma relacional, foi preciso identificar e situar as ações dos setores que se colocavam em tensão e/ou oposição aos projetos veiculados e defendidos pelo periódico. Entretanto, foi somente neste sentido que estes documentos foram utilizados, não sendo alvos de reflexões mais profundas – uma vez que o objeto/fonte de estudo proposto é o próprio jornal *Vida Operária*. Todavia, tais documentos serviram para pontuar questões e posições mais amplas do universo operário.

O recorte cronológico adotado na pesquisa tomou por base o ano de circulação do Jornal *Vida Operária* (1920), não deixando de lado os avanços e recuos temporais a partir desta referência. Embora seja um espaço de tempo relativamente curto, ele sintetiza o término de um período de intensa movimentação operária no Brasil e, em particular no Amazonas. A literatura que trata do movimento operário nacional aponta, de forma consensual, para o fato de que entre os anos de 1917 e 1920 ocorreu uma intensificação das ações operárias. Greves, passeatas, protestos, *produções de jornais*, dentre outras ações, foram realizadas pelos operários objetivando melhores condições de vida e trabalho. Como exemplo de desdobramentos deste processo em Manaus pode-se citar a “*greve geral*” ocorrida em 1919, em favor da jornada de oito horas de trabalho (alvo de manifestações idênticas no sul e sudeste do país). Para conduzir a greve, foi formado um Comitê de Operários Amazonenses. A formação deste comitê incorporava nomes de destaque no cenário operário sindical amazonense, como o de Nicodemos Pacheco (Presidência), Elesbão Luz, Anacleto Reis, Cursino Gama e outros.⁹

⁹ Cf.: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999, p. 171-178.

Estes nomes se fazem presentes no corpo de colaboradores e redatores do jornal *Vida Operária* mesmo após a greve de 1919 ter sido sufocada pela repressão e o Comitê extinto e expulso do seu local de funcionamento. Desta forma, foi possível inferir acerca da presença constante de algumas lideranças no universo da organização política operária, percorrendo caminhos tensos e complexos na luta pelo fortalecimento organizacional da classe ¹⁰. Este fato tornou o estudo do jornal *Vida Operária* interessante, uma vez que este instrumento de comunicação, produzido e direcionado para a classe operária, acabou por se configurar enquanto passaporte para adentrar no universo tenso e conflituoso do trabalho.

De uma forma geral, este estudo teve como objetivo compreender o universo do trabalho e em especial, as dimensões da fala, organização e luta operária em Manaus, no início da década de 1920, filtrada pelas páginas do jornal *Vida Operária*, um dos mais importantes jornais operários surgidos no Amazonas.

Este objetivo maior fragmentou-se em preocupações específicas, como a necessidade de discutir a própria Imprensa Operária, como uma das mais importantes manifestações da cultura das classes trabalhadoras. Importante também foi inquirir acerca do papel desempenhado pelo jornal *Vida Operária* no interior do periodismo amazonense, externando sua linha editorial e as características que o singularizam no interior daquela imprensa. De igual forma, se quis, através do jornal *Vida Operária*, identificar as dimensões (tamanho, composição, características) do universo do trabalho e dos trabalhadores urbanos de Manaus, mapeando ainda as demandas e denúncias acerca das condições de vida e trabalho. Ganhou destaque também o interesse em perceber e analisar a atuação do jornal *Vida Operária* nos processos de organização, conscientização e luta dos trabalhadores de Manaus, identificando, por seu intermédio, os dilemas organizacionais, as disputas internas, as influências de correntes teóricas no interior do movimento político dos trabalhadores amazonenses.

Este quadro de objetivos apontou para a necessidade de discussões de alguns temas correlatos, sobretudo temáticas relacionadas à História Operária. Como se sabe, a

¹⁰ Esta presença de algumas lideranças operárias extrapola o recorte cronológico adotado nesta dissertação, tanto no recuo quanto no avanço temporal. Com relação a este, é possível identificar, por meio do jornal comemorativo do 1º de maio de 1928, a presença de Cursino Gama que não só organizou a publicação deste jornal como também produziu alguns artigos nele presentes.

Imprensa Operária se caracteriza como uma das mais importantes manifestações culturais da classe operária. Por conta disso, não se pode analisá-la separadamente desta classe. Pelo contrário, é preciso observar quem a produz, a quem ela se destina, o conteúdo presente em seus artigos, quem a sustenta, enfim alguns pontos que tornam o conceito desta imprensa amplo, abarcando, como aponta Maria Nazareth Ferreira¹¹, as associações, os partidos, os movimentos, o próprio operário e demais grupos que, embora não pertencessem à classe operária, defendiam algumas de suas causas.

Neste sentido, foi fundamental observar as articulações existentes entre as esferas acima citadas, sobretudo no que tange a produção e confecção do jornal *Vida Operária*.

Além disso, foi preciso identificar e diferenciar “classe operária” de “movimento operário”, para não incorrer no equívoco de tomar as “falas” das lideranças, presentes nos artigos publicados nos jornais operários, em especial no *Vida Operária*, como se fossem também as “falas” da própria classe operária.¹²

Tratou-se também de observar que a imprensa operária não podia ser analisada de forma isolada da sociedade, uma vez que ela está inserida no interior desta. Por conta disso, foi imprescindível na sua análise um modelo de como são as sociedades e de como funcionam. Além desta questão, o caráter multifacetado presente na História Operária¹³ exigiu uma articulação entre os níveis de realidade (Trabalhadores e movimentos, bases e líderes, etc.) e de análise (político, econômico, social, cultural e ideológico) de modo que se formasse um todo, sem reducionismos.¹⁴

¹¹ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988, p. 13-14.

¹² HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 17.

¹³ BATALHA, Cláudio Henrique. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto/USF, 1998.

¹⁴ HOBBSAWM, Op. Cit., p. 27-28.

CAPÍTULO 1

IMPrensa E MUNDOS DO TRAbALHO



CAPÍTULO 1

IMPrensa E MUNDOS DO TRAbALHO

1. HISTÓRIA E IMPRENSA

A imprensa é tomada pela história em dois sentidos: como objeto de estudo ou como fonte para a pesquisa histórica. Portanto, para elucidar as dimensões desta relação é necessário considerar esses dois eixos.

A imprensa tomada como objeto de estudo nos remete, num primeiro momento, aos Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelas regiões do país e aos intelectuais ligados a estas instituições, com destaque para Alfredo de Carvalho e Afonso de Freitas. Os trabalhos desenvolvidos por estes profissionais consistiam na realização de levantamentos de jornais e abordagens descritivas sobre os mesmos. Deste modo, a imprensa era vista por uma perspectiva descritiva, factual e cronológica.

Sobre esta perspectiva Marialva Barbosa alegava que “escrever a história da imprensa não é, certamente, alinhar fatos e datas, nomes e mais nomes, nem destacar os personagens que se tornaram singulares na construção engendrada no passado para o futuro”.¹⁵

Com efeito, a tentativa de construção de uma História da Imprensa no Brasil não se restringiu a este primeiro momento. Em 1966 surgiu a *História da Imprensa no Brasil*¹⁶, obra de vulto que reflete sobre a dinâmica e evolução dos órgãos de Imprensa e analisa suas características em diversas conjunturas. Ancorado em um modelo marxista que atrelava a dimensão cultural ao nível da infra-estrutura – aquela era reflexo desta – Sodré via imprensa como um “aparelho ideológico do estado”. Esta dimensão pode ser

¹⁵ BARBOSA, Marialva. *Como escrever uma história da imprensa?* Texto apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis de 15 a 17 de abril de 2004.

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

percebida logo no início do livro quando afirma “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”.¹⁷

Porém, esta não é a única obra que procurava construir, por um outro viés, uma História da Imprensa no Brasil. Precedendo a obra de Sodré, Juarez Bahia¹⁸ procurou discutir não só um sentido geral na história da imprensa brasileira, mas também inquirir essa historicidade em articulação com os processos de incorporação de novas tecnologias e linguagens. Além de Bahia, Carlos Rizzini¹⁹ e Hélio Viana²⁰ também desenvolveram estudos sobre os órgãos de imprensa em perspectiva global.

Considerando as obras que buscavam analisar globalmente a História da Imprensa do Brasil, Geraldo Pinheiro assim se posicionou:

não obstante a grande contribuição que estes trabalhos trouxeram ao debate contemporâneo, eles carregam limitações de suas época. Assim pois, Carlos Rizzini, Hélio Viana e Juarez Bahia estão fortemente marcados por perspectivas positivistas, enquanto Nelson Werneck Sodré, com a ortodoxia que lhe é peculiar...²¹

Cabe mencionar que os estudos menores e mais regionalizados não ficaram de fora. Nesta linha, a obra de Ignotus²², cuja obra abordou a imprensa no Maranhão entre 1820 e 1880, e Luiz do Nascimento²³, o qual focalizou a imprensa em Pernambuco, são exemplares.

Desta forma, a partir da segunda metade do século XIX até meados da década de 70 do século XX os estudos que tomaram a imprensa enquanto objeto de estudo, ora em

¹⁷ Idem, p. 01.

¹⁸ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁹ RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1988.

²⁰ VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação/INL.

²¹ PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. “Imprensa e Modernidade: relato de pesquisa em curso”. *Amazônia em Cadernos*, n 2/3, Manaus, Universidade do Amazonas, 1993/4, p.198. O autor estabelece também a divisão cronológica realizada por Sodré e Bahia. Enquanto aquele optou por uma divisão que acompanha a periodização tradicional da historiografia brasileira (Imprensa Colonial, Imprensa da Independência, Imprensa do Brasil Império e da República, subdividindo esta em dois capítulos: a grande Imprensa e a crise da Imprensa brasileira), este a divide em três grandes períodos, chamando-os de “Etapa Inicial” (1808 – 1880), “Fase de Consolidação” (1880 – 1930) e “Fase Moderna” (1930 – 1960). Idem, p. 197-198.

²² IGNOTUS, *A Imprensa no Maranhão, 1820-1880: sessenta anos de jornalismo*. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.

²³ NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora Universitária de Recife, 1972.

plano global ora em plano regional, caminharam em duas vertentes. Na primeira a imprensa era encarada de forma descritiva, factual, cronológica e preocupada em fazer levantamentos de documentação sobre jornais (catálogos e listagens). Nesta perspectiva há um baixo teor explicativo. Na segunda o jornal era visto como “aparelho ideológico do estado”, o que acaba gerando um empobrecimento analítico resultante do determinismo econômico.

Nas décadas subseqüentes a noção de imprensa enquanto “prática social que compunha o tecido social urbano” se difundiu e contribuiu para a emergência de trabalhos relevantes, com destaque para o trabalho de Heloisa de Farias Cruz²⁴ que buscou refletir as relações entre cultura letrada, periodismo e vida urbana no processo inicial de formação da metrópole paulistana.

No Amazonas o campo da História da Imprensa ainda está por ser desbravado, o que não significa dizer que não existam produções referentes ao tema. Um pioneiro estudo sobre a História da Imprensa no Amazonas foi realizado em 1908 por um grupo de intelectuais locais, com destaque para João Batista de Faria e Souza e Alcides Bahia²⁵. Tal produção foi formulada no bojo das comemorações do primeiro centenário da História da Imprensa no Brasil. Embora partindo de uma modesta visão de conjunto da imprensa no Amazonas, esse estudo foi importante por ter chamado a atenção para a riqueza daquela produção jornalística, a partir da listagem de mais de três centenas de jornais que circularam na região, desde a implantação da Província, em 1851, até 1908, ano de sua publicação.

Na mesma linha de preocupação, foi elaborado o Catálogo dos Cem Anos de Imprensa no Amazonas²⁶, produzido por um conjunto de historiadores da Universidade Federal do Amazonas. Nesta obra buscou-se ampliar o quadro dos jornais publicados no Amazonas, com rápida apresentação que não só reavaliava a dinâmica do periodismo local, como também reafirmava sua importância como importante fonte para a renovação historiográfica.

²⁴ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC, 2000.

²⁵ FARIA E SOUZA, João Baptista, SOUZA, Monteiro de e BAHIA, Alcides. *A Imprensa no Amazonas, 1851-1908*. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.

²⁶ FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) – catálogo de Jornais*. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

As obras acima referendadas são catálogos e listagens que embora contribuam enormemente enquanto instrumentos de pesquisa “não trazem uma maior profundidade interpretativa acerca dos materiais alvo dessas publicações”.²⁷

Não obstante, mais recentemente o periodismo amazonense foi alvo de adensado estudo analítico, por onde se buscou não apenas asseverar a heterogeneidade de formatos, linhas editoriais e projetos político-sociais que embasaram a Imprensa Amazonense entre os anos de 1880 e 1930, como também discuti-la como peça chave de expressão e avanço da cultura letrada no Estado.²⁸

De igual forma, coube a Pinheiro a tentativa de mapear, descrever e analisar as “folhas operárias” que circularam no Amazonas, abrindo entre nós um campo já consagrado no interior das principais universidades e centros de pesquisa brasileiros.

A utilização da imprensa periódica como fonte para a pesquisa histórica brasileira ganhou terreno, ainda de forma tímida e lenta, na década de 1970 após a superação de antigas posturas que marcaram a prática historiográfica, notadamente as noções de “fonte suspeita” e “repertório da verdade”. De início, os jornais eram vistos com desconfiança. Os diversos temas tratados e as inúmeras informações veiculadas, por não serem oficiais – na medida em que não eram documentos comprovadamente produzidos por agentes do governo – eram relegados a um plano secundário. Entretanto, para aqueles que insistiam em utilizá-los era necessário redobrar a atenção, a fim de não comprometer, com o uso desses registros, a pretensa objetividade, tão ardorosamente desejada no interior da disciplina histórica.

Num extremo oposto, foi lentamente se constituindo a idéia de “fato verdade”, que elegia o jornal como “templo dos fatos”, enaltecendo a objetividade do fato jornalístico e esboçando uma tendência a utilizar a imprensa como relato fidedigno da realidade, fonte imparcial e neutra dos acontecimentos.²⁹

É na década de 70 e início de 80 do século XX que os jornais passaram a ser encarados de forma diferente. No processo de reavaliação do tratamento dispensado pelo historiador as fontes históricas, os jornais passaram a se apresentar como espaços

²⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1920*. Tese de doutorado em História. São Paulo: PUC, 2001, p. 58.

²⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit.*

²⁹ CAPELLATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

de representação de inúmeros aspectos da realidade. A partir deste momento, a atenção se voltou para os elementos constitutivos da construção dos textos jornalísticos. Esta postura foi difundida e acabou influenciando os historiadores que caminharam no sentido de romper com a postura que via os jornais como “fonte suspeita” ou, inversamente, como “repertório da verdade” e permitiu estabelecer questões que procuravam elucidar não o fato jornalístico em si, mas a construção deste fato. Atentou-se que na construção do fato jornalístico os elementos subjetivos e os interesses do jornal interferiam decisivamente. Desta forma, a tarefa preliminar de identificar os elementos construtores do fato se tornou central na construção historiográfica, uma vez que possibilitava identificar e localizar o jornal socialmente e, assim, melhor compreender a logicidade de seus discursos e a emergência de projetos de intervenção social e política que, por vezes, eles buscavam encobrir.

Assim, a adoção de uma postura cautelosa e crítica no trato com a imprensa, se tornou referência obrigatória para os pesquisadores. Zicman lembrava que para os que resolviam tomar a imprensa como objeto/fonte de estudo historiográfico era necessário atentar para o eixo norteador de sua ação – o campo político e ideológico. Esta questão trouxe consigo a necessidade de estabelecer os principais traços característicos dos órgãos de imprensa a serem investigados.³⁰ Era preciso indagar ainda sobre o modo como os jornais constituem formas de olhar e narrar os eventos e de fixar uma versão, entre outras possíveis. Era preciso identificar o “lugar social de onde cada jornal fala”.³¹

Este processo foi importante uma vez que deu a imprensa um lugar de destaque nos estudos históricos, tal como sustenta Maria Helena Capelato:

Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época.³²

Como fonte histórica, a imprensa configurou-se como um “manancial dos mais férteis” para a reconstrução e elucidação do passado. Por meio dela, tornou-se possível

³⁰ ZICMAN, Renée Barata. *Op. Cit.*, p. 91-92.

³¹ VIEIRA, Maria do Pilar et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

³² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988, p. 13.

recuperar dimensões sociais importantes, notadamente as lutas, os ideais, os compromissos e os interesses de diversos setores que compõem a sociedade. A imprensa possibilitou um melhor conhecimento das sociedades no nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, dentre outros aspectos.

Somado a esta compreensão do significado das fontes está às discussões e questões sobre a escrita da história. No plano internacional, a história acadêmica, por volta da década de 1950 e início da de 1960, deslocou seu olhar – direcionado até então aos grandes personagens, às grandes batalhas militares e aos tratados diplomáticos – para as vivências e experiências das “pessoas comuns do povo”. Neste contexto, ocorreu um processo de valorização e interesse pela História Operária que, embora tenha suas primeiras produções realizadas fora do âmbito universitário³³, acabou por conquistar e consolidar-se em espaços acadêmicos e institucionais.

A construção do campo de estudos da História Operária deu-se ancorada em linhagens historiográficas inovadoras, cujo exemplo maior é constituído pela chamada História Social Inglesa, consagrada pelos diversos trabalhos de historiadores como Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Raphael Samuel e Georges Rudé, dentre outros. Esses nomes acabaram por constituir-se em paradigmas importantes para a construção de uma *História Vista de Baixo* que, dentre outras manifestações, consagrou igualmente os estudos de história operária.³⁴

No Brasil, essa influência chegou associada a uma mudança na conjuntura política, uma vez que por volta da década de 1980 estava ocorrendo um processo de abertura política no país. Com a diminuição da repressão e o crescimento do movimento de contestação à ditadura militar, incluindo-se aí a emergência do movimento operário – sobretudo na região do ABC paulista –, componentes da academia, notadamente na área da História, da Sociologia e da Ciência Política, focalizaram o fenômeno. A partir desse

³³ Tanto no âmbito nacional quanto internacional, as primeiras produções acerca dos movimentos operários ocorreram fora dos muros das universidades. Realizadas por militantes, advogados, jornalistas e intelectuais de outras áreas, assumiam formas e características específicas. Ver HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, especificamente o artigo intitulado “História Operária e Ideologia” e BATALHA, Cláudio. *Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.

³⁴ Acerca dessas correntes e tendências, conferir: SHARP, Jim. *A História Vista de Baixo*. In: BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 39-62; PAMPLONA, Marcos. *A Historiografia do Protesto Popular e das Revoltas Urbanas. Rascunhos de História*, nº 03. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991.

momento, passou-se a criar um interesse significativo em identificar e analisar aquele protesto operário no passado. Isto contribuiu para uma ampliação significativa no número de dissertações e teses que procuravam tratar das “pessoas comuns do povo”, sobretudo os operários e suas manifestações políticas.

Desta forma, do ponto de vista de uma “História através da Imprensa”, é possível identificar vários trabalhos bastante significativos, articulados a produção de uma História Operária no Brasil. Entre eles estão às obras de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, Sidney Chalhoub, Francisco Foot Hardman, Ângela de Castro Gomes, dentre outros.³⁵

Embora o chamado “anos de ouro” da história operária se encontre justamente na década de 1980, no Amazonas, em que pese o esforço de um conjunto de historiadores no sentido de revisitar e renovar a produção histórica regional, ainda é preciso ampliar os estudos.

Os trabalhos de renovação neste campo utilizaram, em grande medida, os jornais como suporte documental. Assim foi que Ednéa Mascarenhas Dias, no terceiro capítulo de sua dissertação, extraiu de alguns jornais diários e de outros periódicos menores, informações que a permitiram contrapor às imagens de uma cidade próspera, harmônica, moderna e higiênica, uma cidade com diversos problemas, como a deficiência do serviço público, a segregação sócio-espacial, além de outros elementos que apontavam para a necessária desconstrução da idéia do “Fausto”.³⁶

Já Maria Luiza Ugarte Pinheiro, por meio de jornais diários e outros periódicos, incluindo aí jornais operários, mergulhou tanto no universo de trabalho dos estivadores – externando problemas relacionados à jornada de trabalho, contratação, salários e uma série de outros elementos produzidos pela contradição Capital x Trabalho –, quanto em seu cotidiano. Fora dos locais de trabalho, procurou reconstruir os espaços de sociabilidades daquela categoria, externando assim a forma como a cidade era apropriada/sentida por aquele segmento. Além disso, as greves, protestos, enfim, os embates políticos travados pelos estivadores foram recuperados massivamente dos

³⁵ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983 e CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

³⁶ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.

jornais, apontando para uma freqüente tentativa de intervenção dos estivadores no sentido de “escrever a própria história”.³⁷

Quanto à Francisca Deusa Sena da Costa, percebe-se também o largo uso da imprensa em sua dissertação de Mestrado que focalizou a desarticulação da vivência popular regional, discutiu a racionalização do espaço e os mecanismos que procuravam enquadrar e controlar os setores marginalizados. O trabalho não deixa de mencionar, igualmente, as resistências e os conflitos destes setores frente ao processo urbano.³⁸

A historiografia regional tradicional ocultou as condições de vida e trabalho das populações citadinas marginalizadas. Silenciou os ideais, as lutas e os projetos destes grupos que atuaram de forma bastante efetiva no processo histórico amazonense. Felizmente este silêncio da historiografia tem sido minimizado por novas abordagens que surgiram proporcionando novas interpretações do passado.

Procurando contribuir para a renovação dos estudos históricos regionais, a presente dissertação, encarando a imprensa como “prática social e momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar”, tem como proposta investigar o jornal *Vida Operária* – tomado aqui como objeto/fonte de estudos – que circulou na cidade de Manaus no ano de 1920. Recebendo apoio e sustentação de diversas associações operárias, por meio dos seus 26 títulos publicados é possível identificar denúncias, dilemas e projetos políticos defendidos em prol da classe operária.

A importância da *Imprensa Operária* como objeto/fonte de estudo é expressiva. Como sustenta Maria Nazareth Ferreira:

Seu valor é inegável sob o ponto de vista histórico, pela quantidade e qualidade das informações que revela ao pesquisador. Qualidade porque todos os problemas internos à classe, fraquezas, lutas internas, tudo o que acontecia no meio operário era motivo de debates e informações que ganhavam as páginas dessa imprensa; quantidade, devido ao grande número de jornais e revistas publicado, cobrindo todas as regiões do Brasil, onde se destacavam a questão social e as condições de organização da classe trabalhadora.³⁹

³⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

³⁸ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2000.

³⁹ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988, p. 13-14.

Com efeito, a imprensa operária se coloca como um instrumento documental valioso capaz de promover uma integral reavaliação do processo histórico regional, vista pelo ângulo dos trabalhadores. O estudo dos jornais operários se caracteriza enquanto suporte para inserção de sujeitos que ficaram a margem do veio central da historiografia dominante como também para transcender as tradicionais representações ideológicas do trabalhador que emergem dos registros oficiais.⁴⁰

2. A SINGULARIDADE DA IMPRENSA OPERÁRIA

Antes, em período histórico de condições diversas, houvera pequena imprensa; desde o século XX, porém, há grande e pequena imprensa, e esta se agrupa em dois planos: a que é pequena tão somente por condições materiais, relegada ao interior do país e que em nada perturba a estrutura social, econômica e política dominante (...) e a que agrupa publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais, mas que mantém uma posição de combate à ordem vigente e cuja condição deriva dessa posição. Assim, na imprensa, quanto aos órgãos, revistas e jornais, o que existe, agora, é uma imprensa de classe: ou da classe dominante, ou da classe dominada, com todos os reflexos que essa divisão proporciona à atividade dos periódicos e do periodismo.⁴¹

A epígrafe acima estabelece uma classificação dos periódicos tendo por base os grupos que os produziam: periódicos de classes dominantes e classes dominadas. A despeito da divisão bipolarizada e uniforme, característica de um marxismo ortodoxo, Sodré aponta para a ligação dos periódicos a determinados grupos e a divulgação de suas respectivas idéias e projetos sociais.

Circulando de forma diferente da grande imprensa e demais periódicos, a imprensa operária esteve presente na arena jornalística de diversas regiões brasileiras.

⁴⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Pinheiro (orgs.). *Op. Cit.*, p. 9. Os autores argumentam que não só nestes registros oficiais como em outros documentos (jornais que se alinhavam com segmentos dominantes e que acabavam por defender seus projetos e propostas) observa-se um discurso unidirecional que buscava uniformizar a imagem do trabalhador a partir de rótulos depreciativos, entendendo-os como “classes perigosas” e suas ações como “assunto de polícia”. *Idem*, p. 10.

⁴¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 323.

Localizando o surgimento da Imprensa Operária no Brasil no início da década de 1860, Foot Hardman e Victor Leonardi, mencionam o fato de que:

Eram pequenos jornais, de tiragem reduzida e de vida geralmente efêmera. Porém, não se pode negligenciar o papel desempenhado por essa imprensa operária no processo de formação do proletariado como classe.⁴²

Para entender a produção e difusão da imprensa, e em particular da imprensa operária, é preciso destacar duas questões. A primeira questão se relaciona as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no final do século XIX (abolição da escravidão, a proclamação da República, os processos de industrialização, ampliação do mercado interno, imigração, etc.) e que conduziram algumas cidades brasileiras a um processo de ampliação da produção e difusão da cultura letrada e imprensa. Para Cruz

Seria principalmente nas últimas décadas do século XIX, surpreendida pela turbulência das transformações sociais, que a cultura letrada e impressa começaria decididamente a avançar para além das elites tradicionais. Nessa época, em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social.⁴³

O avanço da cultura letrada para além dos círculos das elites tradicionais nos remete a segunda questão. Com o desenvolvimento dos segmentos médios urbanos – advogados, médicos, professores, funcionários públicos e outros – ocorre um aumento no número de pessoas que possuíam o domínio da leitura e da escrita. Este processo potencializou a possibilidade destes grupos viabilizarem impressos para divulgar suas idéias, interesses e projetos.

Esta viabilização se deve ainda a questões técnicas de produção dos periódicos. O surgimento e aumento de mão-de-obra especializada e a superação da escassez de recursos financeiros e matérias-primas necessárias à feitura das folhas, notadamente em momentos de expansão econômica, contribuíram de forma relevante para a

⁴² HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, 1991, p. 103.

⁴³ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta.... Op. Cit.* p. 43.

diversificação e variedade da produção. Porém, não se deve com isso pensar que os periódicos nasceram impressos. Muitas folhas começaram a circular manuscritas ou datilografadas. Nos momentos de “boom” na produção de periódicos (final do século XIX e as duas décadas iniciais do século XX) as folhas artesanalmente produzidas conviveram paralelamente com as impressas.

Com a expansão dos grupos produtores de periódicos, temas relacionados com a cidade e as relações entre os grupos presentes no espaço urbano passaram a ser retratadas. Neste sentido

A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações.⁴⁴

Entre os grupos que se envolveram neste processo de feitura de periódicos estão os operários. No Brasil, em especial nas principais capitais brasileiras, a formação da classe operária ocorreu com o advento da urbanização e industrialização. Não obstante, como alguns estudos apontam⁴⁵, o surgimento da classe operária deve ser pensado menos como uma relação mecânica e automática entre indústria e operário – este como consequência direta daquela – do que como “fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares”.⁴⁶

Neste sentido, como assinala Batalha, pode-se falar de formação da classe operária como “um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda manifestação que afirma seu caráter de classe”.⁴⁷

⁴⁴ Idem, p. 80.

⁴⁵ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja nossa pátria!”*. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001. BATALHA, Cláudio. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. IN: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano* Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 17.

⁴⁷ BATALHA, Cláudio. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva... Op Cit.*, p. 173.

A imprensa operária é uma dimensão desta manifestação. Maria Nazareth Ferreira⁴⁸ abordou, numa perspectiva global, este tipo de imprensa externando suas características – dificuldades técnicas e financeiras de produção, irregularidade, efemeridade e outros – e sua importância para a politização do operário nacional. Ferreira ainda fez um levantamento sobre os jornais espalhados pelas regiões do Brasil desde o último quartel do século XIX até as duas décadas do século atual. Como salienta a autora:

Apareceram aproximadamente 343 títulos de jornais espalhados pelo território brasileiro. Desse total, 149 títulos encontravam-se no Estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados fora da capital; cem títulos foram editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros Estados, destacando-se o Rio grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná.⁴⁹

Entretanto, em que pese à significativa relevância da obra de Ferreira, a divisão feita pela autora – imprensa anarcossindicalista (1889-1930), imprensa sindical-partidária (1930-1964) e imprensa sindical (1964-1986) – para a primeira república chega a ser arbitrária.

Para além da imprensa anarquista, outros jornais de tendências políticas diversas concorreram entre si pela organização e condução da política operária, sobretudo jornais animados por grupos reformistas. Esta tendência, em algumas regiões brasileiras, como Rio Grande do Sul⁵⁰ e Rio de Janeiro⁵¹ eram hegemônicas. Em Manaus, estudos recentes⁵² demonstram a força do reformismo no interior do movimento operário. Isto pode ser reforçado pelo número de jornais publicados e que se alinhavam em menor ou maior grau com esta tendência como é o caso do *Gutenberg*, *Operário*, *Vida Operária*, *O Extremo Norte* e *O Constructor Civil*. Porém, antes de abordar a imprensa operária

⁴⁸ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil... Op. Cit.*

⁴⁹ Idem, p. 14.

⁵⁰ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja nossa pátria!”*. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001.

⁵¹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1986. BATALHA, C. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

⁵² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999. COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2000.

manauara em particular é necessário destacar o surgimento e desenvolvimento dos periódicos em geral.

A ampliação da produção e difusão de periódicos em Manaus enfrentou algumas limitações estruturais e técnicas. Com relação à primeira questão o baixo nível demográfico das vilas e cidades, o isolamento geográfico por elas vivenciado, o caráter tardio e incompleto da língua portuguesa e a incipiência nos índices de letramento e alfabetização se colocaram como obstáculos a proliferação de periódicos. Além disso, problemas propriamente técnicos como a inexistência de uma mão-de-obra especializada (sobretudo tipógrafos) e a escassez de recursos financeiros e matérias-primas para a feitura de impressos estiveram presentes.⁵³

Com o advento da expansão da economia gomífera parte dessas limitações foram sendo superadas. A cidade de Manaus passou ao mesmo tempo por um processo de transformação e crescimento e de ampliação e diversificação das atividades econômicas. Este processo elevou o nível demográfico, interligou a região do extremo norte a outras regiões do Brasil e do globo (outros países). Porém, a questão do baixo índice de alfabetização e letramento permaneceram. Como esta questão foi superada?

Pinheiro analisando a dinâmica e o avanço dos impressos no Amazonas, uma sociedade marcada ainda pela oralidade, salientou que “por vezes, a introdução da escrita, menos que desarticular ou sobrepujar o pensamento oral, vê-se apropriada por ele e submetida a seus próprios termos”. Desta forma, é preciso perceber não só “as limitações estruturais, mas também as estratégias empreendidas pela cultura letrada para se impor dentro desse contexto cultural adverso”.⁵⁴ Dentre as estratégias se apresenta a leitura coletiva realizada nos botequins, bares, clubes, associações de classe, ambiente escolar e nas ruas.

O primeiro jornal que circulou em Manaus foi o “*Cinco de Setembro*” em 03 de maio de 1851. Seu diretor e proprietário era o tenente e tipógrafo Manoel da Silva Ramos que a convite de Tenreiro Aranha montou a primeira oficina tipográfica de Manaus, situada à margem esquerda do Igarapé do Espírito Santo (nas proximidades do atual porto de Manaus). Em 1852, após oito meses de existência seu nome foi substituído por

⁵³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit*, p. 65-66.

⁵⁴ Idem, p. 55.

“Estrela do Amazonas”.⁵⁵ O “Estrela do Amazonas” circulou até 1866. Neste ano este jornal foi vendido ao português Antônio da Cunha Mendes que em 09 de julho de 1866 o transformou em “O Amazonas”. Consoante Souza, “O Amazonas” teve vida longa, chegando até a segunda década do século XX o que era

algo raro entre os jornais, principalmente nesta fase embrionária da imprensa amazonense e de resto no país como um todo caracterizada por uma produção artesanal, realizada em pequenas oficinas em que os serviços gráficos de redação, composição e prensa, eram de responsabilidade quase sempre de um único profissional tipógrafo, geralmente o dono (...). A maioria dos jornais tinha vida efêmera e não chegavam a completar um semestre e muitos ficavam mesmo no seu primeiro mês, como o Vigilante (1859), Checheo (1861), Lei (1867), Actualidade (1874) que não atingiram meio semestre de existência, o terceiro, encerrou-se mesmo no seu segundo número.⁵⁶

As características levantadas por Souza remetem ao período que se estende de 1851 (ano de circulação do primeiro jornal do Amazonas) a 1880 (ano em que as exportações da borracha começaram a crescer). Este período é classificado por Pinheiro⁵⁷ como sendo a primeira fase da Imprensa no Amazonas tendo o ano de 1880 como marco divisório. Após esta data se inicia a segunda fase, marcada pela ampliação, proliferação e diversificação de jornais. Este processo de ampliação e proliferação foi alimentado pelo “boom” da economia gomífera que possibilitou não somente o capital necessário para o desenvolvimento de um processo de modernização das oficinas tipográficas (novas tecnologias) como também a oferta de profissionais especializados (tipógrafos) e a ampliação do círculo de produtores e leitores de jornais. Para Souza

Entre as últimas décadas do século XIX e primeira do XX, o número de jornais que a cada dia invadiam diversos recantos da capital, sofre um aumento até então jamais registrado. Se na entrada da década de 80 circulavam pela capital pouco mais de vinte impressos, no final desta o número tinha mais do que triplicado, atingindo a cifra de 71 periódicos, mantendo-se estável até a virada do século com 77 jornais para finalmente quase duplicar ao término da primeira década.⁵⁸

⁵⁵ FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas Op. Cit.* p. 57.

⁵⁶ SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005, p. 73.

⁵⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit.* p. 62.

⁵⁸ SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense... Op. Cit.*, p. 76.

Desta forma, a composição do cenário jornalístico entre os anos de 1880 e 1920 engloba os *Pasquins* cujo foco é a sátira social. A *Imprensa Estudantil* que discutia tanto questões literárias e científicas quanto questões políticas de âmbito local e nacional. As “*Polyanthéas*” espécie de impresso produzido em homenagem a governadores, artistas e instituições políticas e sociais. A Chamada “*grande imprensa*” composta pelo O Amazonas, Jornal do Comércio, Diário de Notícias, Correio do Norte, Gazeta da Tarde e outros. Por fim, jornais de cunho operário que criticavam a ordem política, econômica, social e cultural vigente. Neste universo, o alvo das investigações é a imprensa operária.

Para abordar a imprensa operária no Amazonas algumas questões se apresentam. A primeira é a própria definição de imprensa operária. De acordo com Maria Nazareth Ferreira, quando se fala em imprensa operária se imagina uma imprensa produzida por operários. Mas isso se a considerarmos do ponto de vista do emissor. Já do ponto de vista do receptor, Imprensa Operária seria aquela que se dirige, prioritariamente, ao público operário e, do ponto de vista da mensagem (conteúdo), pode-se considerar como Imprensa Operária aquela cuja temática básica são os problemas dessa classe.⁵⁹

Para Ferreira é preciso ainda levar em conta outros elementos. O primeiro deles é a existência de uma razoável quantidade de publicações que, apesar de não serem produzidas por operários, e sim por elementos de outras classes sociais (professores, advogados, etc.) visam a esse público, abordam uma temática operária e expressam, de uma maneira ou de outra, as reivindicações do operariado. Outra questão que se impõe é a articulação existente entre o partido, o sindicato e o jornal. Estes três elementos, suporte da luta da classe trabalhadora, devem ser considerados, sobretudo o papel atribuído ao jornal, muito embora não se possa reduzir a imprensa operária à imprensa sindical, pois a primeira possui um alcance muito maior. Por fim, a imprensa operária não pode ser avaliada desvinculada do movimento operário, pois ambos estão inter-relacionados através das lutas da classe trabalhadora na construção de sua história.

Desta forma, o conjunto de jornais operários publicados em Manaus caracteriza-se enquanto tal pelo fato de se direcionarem a classe trabalhadora e por serem produzidos e difundidos em seu nome.⁶⁰

⁵⁹ FERREIRA, Maria de Nazaré. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1988.

⁶⁰ Até hoje foram identificados os seguintes títulos (até 1930): O *Restaurador* (1890), *Gutenberg* (1891-1892), *Operário* (1892), *Tribuna do Caixeiro* (1908), *Confederação do Trabalho* (1909), *O Marítimo*

Em segundo lugar, os termos “Operário” e “Imprensa Operária” devem ser relativizados. No Amazonas, estes termos que geralmente remete ao trabalhador fabril são utilizados em sentido mais amplo, abarcando o conjunto dos trabalhadores urbanos. Por força disso, “um termo mais de acordo com as especificidades regionais para designar os periódicos (...) seria o de imprensa de trabalhadores”.⁶¹ Entretanto, a opção pela utilização dos termos operário e imprensa operária se deve pela freqüente utilização deles nos jornais operários.

Observando o conjunto de jornais operários publicados em Manaus percebe-se a presença de duas grandes correntes políticas: o Anarquismo e o Socialismo Reformista. Representando a primeira corrente mencionada, encontra-se o jornal Anarco-sindicalista *A Lucta Social* (1914 e 1924). Por outro lado, os jornais *Gutenberg* (1891), *Operário* (1892), *O Constructor Civil* (1920), *O Extremo Norte* (1920) e *Vida Operária* (1920) se aproximam, embora existam alguns pontos de divergências entre eles⁶², do Socialismo Reformista.

P. Albert e F. Terrou dizem que “não é fácil delimitar o objeto da história da imprensa”. Eles destacam quatro pontos de dificuldades de delimitação, entre eles a questão da diversidade de seus órgãos e a conseqüente nebulosidade da unidade do conjunto.⁶³ Para os autores

Já no século XVII a noção de imprensa periódica abranjia uma massa muito díspar de publicações e, nos séculos seguintes, seus tipos e categorias se

(1911), *Recordação* – Sociedade Protetora das Artes Gráficas (1911), *Marinha Mercante* (1913), *A Lucta Social* (1914 e 1924), *Folha Marítima* (1916), *O Constructor Civil* (1920), *O Extremo Norte* (1920), *Vida Operária* (1920), *O Primeiro de Maio* (1928). Cf: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imprensa Operária no Amazonas... Op. Cit.* p. 11.

⁶¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imprensa Operária no Amazonas... Op. Cit.*, p.14.

⁶² Como exemplo, menciona-se o fato de que os jornais *Vida Operária* e *O Extremo Norte* não negam o regime republicano, o processo político e eleitoral e o fato de que consideram três elementos importantes como suporte da luta operária: a organização (associação), o partido político e o jornal. Entretanto divergem quanto às formas de organização e a natureza do partido operário. Estes pontos de convergência e divergência entre ambos são abordados no capítulo 03.

⁶³ Os outros três são: (1) não se pode construir uma história da imprensa sem uma constante referência à evolução geral das sociedades, (2) os limites do domínio da imprensa periódica são imprecisos tanto no que se refere as demais produções impressas quanto em relação aos outros meios de informação, frutos do avanço tecnológico como o cinema no final do século XIX e o rádio nos anos vinte do século passado e (3) a característica de “arquivos do cotidiano” e a conseqüente função derivada de fonte dos historiadores. ALBERT, P. e TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 1-2.

diversificaram a tal ponto que muitas vezes a variedade e multiplicidade dos títulos acabam mascarando a unidade do conjunto.

Além das características comuns a todas as publicações – essencialmente o estatuto jurídico, os dados técnicos de sua fabricação, os dados econômicos de sua exploração e o aspecto formal do todo –, a originalidade do conteúdo e a especificidade do público de cada título constituem um obstáculo ao estatuto global da imprensa. O historiador da imprensa deve tentar conciliar o estudo individualizado de cada título com a apresentação do mundo da imprensa em seu conjunto.⁶⁴

Com efeito, no decorrer das décadas iniciais do século XX a diversidade dos órgãos de imprensa é inconteste, não só no seu conjunto (Pasquins, Imprensa Estudantil, Grande Imprensa e outros) como também em cada grupo específico, em especial a imprensa operária. Desta forma, a opção pelos jornais destacados anteriormente se deve pelo fato de melhor delimitar o objeto de estudo proposto e compreender o papel desempenhado pelas chamadas “folhas operárias”.

Neste sentido, o *Gutenberg* foi o primeiro jornal operário a circular na arena jornalística amazonense em 15 de novembro 1891 tendo como subtítulo “*Periódico Noticioso e Litterario*” e como divisa “*um por todos e todos por um*”. Sua oficina e redação funcionavam na praça 5 de setembro nº 42. Com o formato de 41x29 cm foram editados 25 números dos quais apenas três (nº 01, 19 e 25) se encontram microfilmados em arquivos localizados no Estado do Amazonas (Biblioteca Pública, Museu Amazônico IGHA e LHIA).

Este periódico era vendido avulso por 60 réis e por assinaturas trimestrais ao preço de 3\$000 para a capital e 4\$000 para o interior. Interessante destacar que no seu primeiro título o jornal trazia o recado de que a venda só se daria avulso e não por assinaturas. Ao que parece houve dificuldades no que tange a venda avulsa sendo aceita e oferecida à venda por assinaturas. Possuía quatro páginas e três colunas. Nos títulos de nº 01 e nº 19 as páginas eram preenchidas basicamente com matérias e informações, não havendo imagens nem anúncios e propagandas. Quanto a estes últimos só vão aparecer na última página do nº 29 do periódico e sem imagens, somente texto.

Como estava ligado à classe dos tipógrafos a distribuição para esta categoria era gratuita assim como também espaços na coluna do jornal para a defesa de seus direitos

⁶⁴ Idem.

políticos e sociais. Segundo o próprio jornal as estações de venda se localizavam nas tabacarias 22, mercado público e por todos os círculos da cidade. Quanto à tiragem, no primeiro número o jornal indica a cifra de 1.000 exemplares publicados. O corpo de redação era composto por Francisco Alves Medeiros, Izidoro Vieira, V. Galvão, R. Vasconcellos, Antônio Leão e Marcellino da Exaltação Fernandes.

Comparando os três números existentes se percebe algumas mudanças. A primeira é o subtítulo. Enquanto no número de apresentação o jornal indicava como subtítulo “*Periódico Noticioso e Litterario*”, no número 19, publicado em 1º de Maio de 1892, ele foi modificado para “*Órgão do Partido Operário*”. Este fato evidencia a constituição e fundação de um Partido Operário no Amazonas nos anos iniciais da Primeira República Brasileira. A segunda mudança está no corpo de redação: Francisco Alves Medeiros, R. Vasconcellos e Izidoro Vieira deixaram de integrar este corpo sendo incorporado outro de nome Marcellino da Exaltação Fernandes que acabou assumindo como redator-chefe.

As matérias e informações veiculadas pelo *Gutenberg* eram variadas. Falava-se de precários serviços de limpeza de rua, da péssima iluminação pública, da carestia de vida, da perseguição política além de salientar a importância de um órgão de imprensa e de um Partido Operário para a defesa da classe tipográfica e operária em geral. Sobre a constituição do Partido Operário o jornal afirmava:

Em todos os Estados adiantados da União Brasileira está crescendo e solidamente firmado o Partido Operário.

Entre nós, somente o único Estado onde faltava ser organizada essa agremiação de artistas que procuram fazer valer a sua independência e a sua liberdade, acaba de ficar definitivamente creado e pronto; por conseguinte, a trabalhar em prol d’aquilo que o verdadeiro artista sempre, acima de tudo, deve procurar a sua independência.

Acaba o Partido Operário do Amazonas, de entrar no caminho do progresso e da prosperidade, ajudado, estamos, convictos d’isto por todos os artistas e operários, sem distincção de classe e nacionalidades, tendo todos em mira o engrandecimento do mesmo partido.⁶⁵

⁶⁵ *Gutenberg*, nº 19. Manaus, 1º de Maio de 1892.

O *Operário* se apresentou na arena jornalística em 12 de dezembro de 1892. De formato 37x52 cm com dois números editados se declarava o sucessor do *Gutenberg*⁶⁶. Tinha como redatores Izidoro Vieira, Thomas Porto e como colaborador Santos Porto. Era vendido avulso pelo preço de 300 réis e por assinaturas trimestrais no valor de 5\$000 para a capital e 6\$000 para o interior. Era de publicação semanal e sua oficina e redação eram as mesmas do *Gutenberg*.

O *Operário* possuía quatro páginas e quatro colunas. Nas duas primeiras páginas e metade da terceira eram distribuídas as notícias e informações e nas restantes propagandas e anúncios. Com relação às notícias as críticas sobre os serviços urbanos continuam. A novidade está em uma coluna específica denominada “Movimento Social”. Nela há uma espécie de análise do movimento operário no mundo moderno.

Quanto aos anúncios e propagandas aparece além de textos recomendando serviços médicos e produtos de determinados estabelecimentos comerciais – Alfaiataria do Centro do Mundo Elegante, Sapataria Amazonense, Armarinho Papa Abroz, Casa de Armador e outros – uma imagem de mulher com ramalhetes de flores (em propaganda da casa Mascotte). Esta imagem era relativamente simples, mas já figurava no jornal.

Outro jornal operário que se fez presente neste momento foi *O Constructor Civil*. Publicado em 1920 tinha como subtítulo “*Orgam da Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil*”. Seus colaboradores eram José Monteiro, J. Ultramar e outros que assinavam pelas letras iniciais como M. J.S. e A. F. Seu formato era de 25x37 cm e possuía quatro páginas e três colunas. O jornal foi publicado em uma data comemorativa, o aniversário da Associação das Quatro Artes, em 5 de Janeiro de 1920. Talvez por isso não tenha propagandas. Quanto aos artigos produzidos destacavam a importância da associação para os operários. Como exemplo se pode citar o artigo intitulado “A Minha Associação”:

Mais um anno! O segundo de lueta em prol da emancipação operária e contra os seus terríveis inimigos.

⁶⁶ Em artigo intitulado “Reaparecemos” o jornal externa esta linha: “O reaparecimento do órgão das classes operárias, sob o nome Operário não é, por certo, um facto que cause surpresa no seio da opinião. Os graves acontecimentos que se desdobraram no nosso meio e motivaram a suspensão da publicação dos jornais desta capital, excepção feita do órgão oficial...” *Operário*. Manaus, 12 de dezembro de 1920.

Relembra-nos o dia de hoje, todo um passado de sacrifícios, não só contra o inimigo commum, mas também contra a má vontade dos que podendo ser livres, preferem o degradante papel de escravos.⁶⁷

O Extremo Norte apareceu no mesmo ano que o jornal *O Constructor Civil*. Encontram-se nos arquivos⁶⁸ 6 números microfilmados, sendo o primeiro de 08 de abril de 1920 e o último de 24 de outubro de 1920. Tinha o formato 30 x 43 cm, quatro páginas e quatro colunas, onde eram distribuídos, na última página, propagandas e anúncios, e nas três primeiras, artigos e notícias. A sua publicação era semanal e, com relação ao preço que era vendido, não se tem informações sobre o mesmo.

Tinha como subtítulo “*União, Labor e Liberdade*”. Sua redação localizava-se à rua Municipal nº 239. No lado superior direito do jornal se encontram impresso os termos “Propriedade de uma empresa”. Entretanto, percebe-se que a produção do jornal se sustentava menos por se constituir enquanto empresa do que por divulgação e colaboração dos operários.

Certamente ninguém ignora que a crise do papel, vae se agravando cada vez mais, o que dificulta de maneira assustadora a publicação do nosso jornal e não temos recursos outros que não sejam os que nos dá o proletariado em geral, pedimos, aos companheiros que nos auxiliam, attender ao nosso camarada Manoel Ferreira, que se acha em actividade na gerência do Extremo Norte (O Extremo Norte nº 37).

Como se pode observar, o jornal tinha como gerente Manoel Ferreira. Seus redatores e colaboradores eram Nicolau Pimentel, Raul Braga, Themístocles dos Reis, Lyra Amorim, Joaquim Carneiro, Cursino Gama, Jayme de Medeiros, Sergius Vinicius, Athanásio Mecena, Manoel Sérvulo, Francis, J. Mellino e José Florindo. Pelas colunas do jornal *O Extremo Norte* eram veiculadas denúncias contra a atuação das empresas estrangeiras que administravam os serviços urbanos da cidade, as relações de trabalho, a jornada de trabalho, a falta de pontualidade nos pagamentos além de um conjunto de notícias sobre o movimento operário em algumas regiões do Brasil e do mundo. Também não ficam de fora as discussões sobre algumas correntes político-ideológicas que atingiam o movimento operário.

⁶⁷ *O Constructor Civil*, nº01. Manaus, 05 de janeiro de 1920.

⁶⁸ Assim como o *Gutenberg*, o *Operário*, *O Constructor Civil* e o *Extremo Norte* se encontram microfilmados na Biblioteca Pública, Museu Amazônico, IGHA e no LHIA.

No que tange aos anúncios e propagandas ficavam em uma pequena parte da terceira página e toda a última página. Eles falavam dos Cinemas Odeon e Polytheama, de farmácias, alfaiatarias e serviços de barbearia, médicos e outros.

Já o jornal *A Lucta Social* circulou em Manaus no ano de 1914 graças a “iniciativa de um grupo de trabalhadores gráficos, articulados com a Confederação Operária Brasileira (COB), fundada em 11 de setembro de 1910”⁶⁹. Ao contrário dos jornais acima citados, de orientação reformista, *A Lucta Social* era de orientação anarco-sindicalista.

Este jornal teve duas fases. Na primeira, no ano de 1914, seu redator-chefe era Tércio Miranda. Era de publicação mensal. Seus dois primeiros números foram distribuídos gratuitamente sendo os seguintes vendidos a 200 réis. Os colaboradores desta primeira fase eram Joaquim Azpilicueta, Virgílio de Sá, José da Mota Veiga, Carlos Malato, F. Cavalcante e Virgílio de Sá. Algumas publicações de caráter doutrinário eram transcrições de obras de pensadores Anarquistas. Quanto ao formato era de

22x30 cm. O número de páginas apresentou variações importantes, provavelmente em função da quantidade do material produzido pelos redatores ou dos artigos solucionados para transcrição. Assim, o primeiro número saiu com nove páginas, enquanto os dois números seguintes recuaram para oito. Uma retração maior apareceu no número quatro, com o jornal reduzido à metade de seu tamanho inicial (quatro), voltando a ampliar o número de páginas para seis em seu último número.⁷⁰

Os temas abordados obedecem a uma estrutura discursiva lógica que vai “da estrutura e dinâmica das sociedades, passando pela identificação dos conflitos de classe e formas de organização do trabalho, até a explicação da consciência de classe do operariado, a ampliação de suas lutas e a necessária transformação revolucionária da sociedade”.⁷¹

Na segunda fase o redator chefe era J. Nicoláo Pimentel. Como colaboradores aparece somente o Gervasio Leal. Esta fase reflete o momento político vivido pelo Amazonas. O movimento de 1924 ganha as páginas e as colunas do periódico. Da mesma forma, as críticas direcionadas a gestão Rego Monteiro foram registradas.

⁶⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit*, p.

⁷⁰ Idem, p. 156.

⁷¹ Idem, p. 157-158.

Esta imprensa operária⁷², que no Amazonas surgiu a partir da publicação do Gutemberg em 15 de novembro 1891, expressa as diversas tendências políticas e ideológicas presentes no seio do movimento operário amazonense. Não obstante, em que pese esta diversidade – que são enriquecedoras do ponto de vista das propostas de participação política num ambiente onde a exclusão política e social era significativa⁷³ – é preciso salientar que os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que se fazem presentes no seio desta imprensa, contribuem para caracterizá-la no interior do periodismo local.

Assim, os diretores, redatores-chefes e colaboradores da imprensa operária do início do século XX, identificando-se com a classe operária amazonense, expressaram suas tradições, aspirações e conspirações num contexto de transformações socioeconômicas, políticas e culturais produzidas pela expansão da economia gomífera.⁷⁴

Esta expansão econômica que ocorreu entre os anos de 1880 a 1920 produziu um aumento demográfico significativo. Porém, as levas de trabalhadores migrantes e imigrantes que chegavam a Manaus não eram totalmente absorvidas pelas atividades econômicas desenvolvidas no espaço urbano. Como consequência desse processo, os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, e mesmo aqueles que foram incorporados de forma precária, tiveram que enfrentar problemas diversos como de moradia, alimentação, saúde, baixos salários e outros. Este quadro de preocupações e insatisfações associado ao processo de proliferação de idéias de crítica social contribuiu para a emergência de movimentos contestatórios. Deste modo, elementos que antes inexistiam ou que se faziam presentes, mas de forma tímida, passaram a se tornar freqüente. Manifestações de protestos, greves, passeatas e demais conflitos de caráter de classe passaram a fazer parte do cotidiano amazonense. Não se pode deixar de

⁷² Não foram abordados alguns jornais como *O Restaurador* (1890), *Tribuna do Caixeiro* (1908), *Confederação do Trabalho* (1909), *O Marítimo* (1911), *Recordação – Sociedade Protetora das Artes Gráficas* (1911), *Marinha Mercante* (1913), *Folha Marítima* (1916) e *O Primeiro de Maio* (1928). Esta opção se deu, como já foi registrado, para melhor delimitar o objeto de estudo proposto e compreender o papel desempenhado pelos jornais operários.

⁷³ Neste período imperava, no campo político, um liberalismo excludente sustentado pelas forças políticas ligadas ao universo cafeeiro. Uma República ortodoxa em termos de política financeira e conservadora em termos de participação política. Cf.: CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁷⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte e PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Imprensa Operária no Amazonas... Op. Cit.*, p. 9.

mencionar as diversas tentativas de criação de associações de classe e de um Partido Operário.

Além desse quadro socioeconômico, o avanço mais geral da imprensa no Amazonas acabou influenciando de forma direta o surgimento da imprensa operária, não só por conta da proliferação de tipografias e de profissionais envolvidos com a feitura dos jornais – os gráficos⁷⁵ – como também pela nova linguagem que se apresentou, capaz de unir interesses comuns e potencializar a atuação de grupos até então incapazes de se fazerem ouvir no seio da sociedade.

Como parte integrante da crítica social produzida naquele contexto de expansão da goma elástica, a imprensa se dinamiza e avança, numa sociedade marcada ainda pela oralidade. É neste universo de transformações e inseguranças que os homens que se envolveram na produção dos jornais operários vão atuar e desenvolver uma luta política em busca de melhores condições de vida para os trabalhadores.

Do ponto de vista econômico não devia ser fácil manter em circulação um jornal operário. Os recursos eram escassos e para agravar a situação, o patrocínio de terceiros era praticamente inexistente. Porém, em que pese às dificuldades advindas do processo de confecção dos jornais destinados a classe operária, os diretores e colaboradores procuravam, por meio de diversos mecanismos, mantê-los em circulação. Entre esses mecanismos, destaca-se o pedido de colaboração direta ao operário que era evocado enquanto elemento principal para garantir a sobrevivência das folhas.

Novamente voltando a esse mesmo assumpto, o nosso companheiro Luz disse que para esse dito fim, preciso se fazia, que cada operário à medida de seus esforços, também concorresse com o necessário auxílio para a manutenção da Vida Operária. Jornal das classes proletárias e propositadamente fundado nesse gênero para viver do operariado e para o operariado...⁷⁶

Neste sentido, muitos artigos foram produzidos com a preocupação de externar ao público alvo – o operário – a importância de se ter um instrumento de imprensa que

⁷⁵ A categoria dos gráficos assumiu um lugar de destaque e pioneirismo no interior da imprensa operária. Esta condição se deu por conta do domínio das técnicas de impressão e da condição de saber ler e escrever, uma vez que a ampla maioria dos trabalhadores brasileiros era constituída de iletrados. Neste sentido, desde cedo, os gráficos se destacaram no processo de organização e conscientização da classe operária, criando jornais e associações sindicais. Idem.

⁷⁶ *Vida Operária*, nº 1. Manaus, 08 fevereiro de 1920.

se posicionasse em seu favor e que defendesse questões relacionadas ao seu viver. O jornal e seu papel de defesa da causa operária eram destacados ao mesmo tempo em que se falava das conseqüências que poderiam surgir a partir da ausência destes órgãos. Portanto, a orientação no sentido de externar a permanente necessidade de um órgão exclusivo do operariado amazonense estava presente nas colunas de quase todos os jornais operários.

A produção deste tipo de veículo de comunicação se dava de diferentes formas. Conforme Pinheiro, o mais freqüente era a produção de jornais operários nas tipografias das agremiações sindicais mais organizadas, como nos indica os exemplos do *Gutenberg* e do seu sucessor, o *Operário*, ambos saídos das oficinas da Associação dos Artistas Gráficos, então em processo de formação e cuja Redação e oficina funcionaram na praça 5 de Setembro. Em segundo lugar, parte desses periódicos amazonenses foi produzida nas oficinas gráficas dos “grandes jornais”, em grande medida, com a permissão dos proprietários. Por último, alguns gráficos oportunizavam de forma clandestina as prensas patronais fazendo surgir, mesmo que por um curto período de tempo, algum jornal.⁷⁷

Os jornais operários produzidos em oficinas próprias carregam consigo as marcas da presença de técnicas artesanais de produção. Esta presença está materializada na estrutura e diagramação dos mesmos. Este caráter artesanal de produção pode ser explicado pelo alto custo da compra e manutenção das modernas máquinas de linotipo, o que acabava tornando a sua utilização um empreendimento difícil para esses grupos. Com efeito, as irregularidades das publicações acompanhavam esses jornais. Alguns apareciam, desapareciam e reapareciam tempos depois com outra configuração. Outros traziam em seu formato as marcas dessas dificuldades, saindo, algumas vezes, em menor tamanho.

Em virtude dos diversos entraves que desde o segundo número vem tendo este nosso jornal, de maneira nenhuma nos foi possível dal-o no Domingo ultimo, attendendo a impossibilidade da sua confecção na officina de onde foi o mesmo publicado. Porém, muito embora saia hoje o Vida Operária em menor tamanho, mesmo assim encontrarão os nossos leitores um regular número de matérias em assumptos diferentes.⁷⁸

⁷⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit*, p. 128-173.

⁷⁸ *Vida Operária*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920.

No caso do *Constructor Civil*, em seu primeiro número, observa-se que a possibilidade de futuro desaparecimento era algo presente e por isso, os editores alertam que “*se não ficarmos n’este número único, será o nosso programma defender e orientar o operariado em geral, e os da construcção civil em particular*”⁷⁹. Mais que proféticos, uma vez que o *Constructor Civil* tirou apenas esse número, os editores estavam apenas dando mostra de sua plena consciência na grandiosidade da tarefa de se publicar uma folha operária.

Além das dificuldades de financiamento tipográfico, o esforço para ter acesso aos materiais necessários à feitura dos jornais parece ter sido significativo. *O Extremo Norte*, em seu número 17, não deixou de registrar em suas colunas esse esforço, sobretudo em 1920, quando o jornal publica um artigo que fala do aumento do preço do papel e da falta de recursos, elementos que complicavam a sustentação de sua publicação.

Do ponto de vista político, a imprensa operária permanentemente se colocava como um instrumento de conscientização, mobilização e luta dos trabalhadores. Em suas colunas se identificam denúncias sobre as condições de trabalho (jornada de trabalho extensa, falta de segurança nos locais de trabalho, demissões arbitrárias, penalidades e multas, etc), condições de vida (carestia dos gêneros alimentícios, aluguel, estado sanitário, escolarização, etc.), a opressão patronal e a exclusão social.

... no dia 10 de janeiro último o conductor chapa 13, Luiz Ventura da Silva, na ocasião em que procedia a cobrança, perdendo o equilíbrio, foi cuspido violentamente ao chão, recebendo forte pancada e diversas escuriações, prostrando-o sem falta durante todo o dia. Pois bem. O director da Companhia ou quem quer que fosse, mandou recolher o chapa 13 à Beneficente Portuguesa, arbitrando-lhe o salário de 5 horas de trabalho durante o tempo que estivesse em tratamento. Ora, sabem os nossos companheiros qual foi o resultado dessa amabilidade da Tramways? Lá vae.

Logo que o nosso companheiro Luiz Ventura voltou ao trabalho o gerente mandou que lhe fosse descontada mensalmente uma certa importância até final amortização das despesas feitas na beneficente.

Agora pergutamos nós:

Onde está a lei que regula o accidente de trabalho?⁸⁰

⁷⁹ *O Constructor Civil*, nº 1. Manaus, 05 de janeiro de 1920.

⁸⁰ *Vida Operária*, nº 7. Manaus, 21 de março de 1920.

Na citação acima, destacada como exemplo, a denúncia é direcionada a dois alvos. Além de criticar a postura da empresa concessionária dos serviços de bonde e energia elétrica em Manaus por não ter arcado com as despesas de seu empregado, contesta-se também a posição do Estado com relação ao não cumprimento da lei de acidente de trabalho, elaborada em 1919. As empresas procuravam constantemente burlá-la e, ao que parece, havia uma preocupação quanto à ausência de fiscalização e intervenção por parte do Estado na questão.

As matérias publicadas nesses periódicos possuem um caráter crítico e contestatório. Nesta linha afirma Pinheiro:

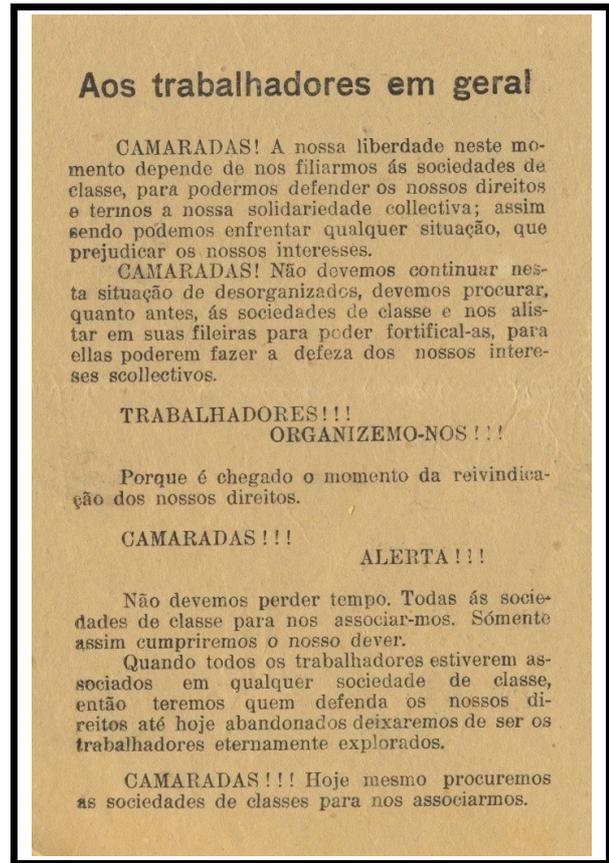
A novidade principal dos jornais operários, no entanto, não estava na técnica, mas no conteúdo por eles veiculado. De suas páginas emergiam temas e questões que foram tratados de uma maneira extremamente diferenciada do formalismo e refinamento estilístico pretendidos pelos jornais barés. O conteúdo político (e mesmo panfletário) das matérias, a crítica lancinante do mundo social, o tom acentuado de denúncia e o pragmatismo das propostas apresentadas foi à tônica.⁸¹

A estratégia construída, defendida e difundida pela maioria dos jornais operários e considerada capaz de assegurar aos trabalhadores melhores condições de vida e trabalho estava intimamente ligada ao enfrentamento das questões organizacionais. A organização dos trabalhadores era vista como um instrumento sumamente importante para a luta social e política, como se pode observar no panfleto (ao lado) que os trabalhadores faziam

IMAGEM 2:
MANIFESTO À FAVOR DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

⁸¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit.*, p. 133.

circular na cidade.



Fonte: "Panfletos Operários" – Acervo Digital (LHIA).

Neste sentido, duas questões aparecem como fundamentais: o debate e a difusão de idéias e o processo de organização dos trabalhadores. É inegável o papel desempenhado pela imigração com relação à difusão e ao debate de um conjunto de idéias de crítica social. Estas idéias se fizeram presente em Manaus com a vinda de portugueses, espanhóis, italianos e outros estrangeiros e, associadas ao universo de insatisfações produzido pelo quadro socioeconômico e político presente na região, contribuíram para a emergência de um cenário político novo para o Amazonas.

Consoante Pinheiro

Ao abrir as portas do país à imigração européia, o Estado brasileiro não se deu conta, pelo menos de imediato, de que estaria recebendo também pessoas que, em maior ou menor grau, estavam articulados com o processo cruento de luta e conscientização dos trabalhadores e cujo movimento, cada vez mais denso em toda a Europa, mantinha-se em contato direto com propostas políticas as mais diversas. Muitas dessas propostas, como o socialismo (em suas diversas matizes) e o anarquismo, eram identificadas e especialmente dirigidas à classe operária, representando um risco efetivo para a manutenção da estrutura capitalista.⁸²

⁸² Idem, p. 130.

Ainda segunda a autora, com o ingresso dos primeiros imigrantes, Manaus acolheu também uma gama de militantes anarquistas e socialistas que, desde cedo, procuraram dar vazão às suas convicções políticas, qualificando tensões e lutas que começavam, timidamente, a se esboçar. Mesmo antes das primeiras grandes manifestações de trabalhadores ocorrerem em Manaus, esforços organizativos ligados ao ideário socialista vigente já se faziam notar através da montagem dos jornais operários, da criação de agremiações sindicais e até mesmo através da criação de um partido político para os trabalhadores em 1891.

Em que pese às diferenças existentes entre os jornais operários de orientação Reformista e Anarquista uma questão era ponto comum: a importância dos trabalhadores se organizarem em prol de melhores condições de vida e trabalho. Neste sentido, a organização dos trabalhadores era vista como essencial para empreender movimentos visando mudanças e melhorias.

Mas, como oppormo-nos a estas condições, como obtermos a melhoria de nossa situação, forçando o capital a concedel-as? É bem justo pedirmos, mas o operariado pedindo sozinho e desamparado do apoio de seus companheiros de classe, fica em situação inferior ao patrão. O medo de perder o seu trabalho tira-lhe a coragem de protestar ou pedir. É certo que um operário só, ou os operários de uma só fábrica izolada das outras, não tem meios de defender-se, pois o patrão é quem pode exigir e dictar as condicções. Recuzando o pedido de seus operários, o patrão está certo da victória, porque as necessidades de manter a família, e a própria fome, os forçarão, em poucos dias, a capitulação ao trabalho. De facto, o patrão pode registrar longo tempo; o operário só, não. Os recalcitrantes são substituídos facilmente mas trabalho novo é difícil de encontrar, porque o patronato fica os conhecendo como rebeldes.

(...)

Desta situação nasceu a necessidade das associações (...) a associação, nós bem o sabemos, dá ao operariado cohesão e meios de pedir, e de exigir, se necessário for resistindo por longo tempo, pois a associação solidariza os operários (...). Assim, os patrões perdem as vantagens de tratar com um só operário, fraco e izolado, e serão obrigados a tratar com a associação, tão forte como elles.⁸³

Eram constantes as tentativas de esclarecimentos acerca da importância da organização em torno de sociedades operárias. Caso contrário apontava-se para as

⁸³ *O Extremo Norte*, nº 19. Manaus, 20 de maio de 1920.

dificuldades advindas do processo de enfrentamento contra as “imposições” e os “desmandos” do patronato e do Poder Público, uma vez que, com a falta de organização, as possibilidades de intervenção eram mínimas.

Com efeito, o discurso presente no jornal operário se localiza no contraponto ao universo patronal e outras formas de poder constituído. Daí que para o jornal operário apareça como óbvia a tarefa de “trabalhar com todas as nossas forças ao lado daquelle que nos garanta a queda do patronato e [em favor da] a regulamentação entre Capital e Trabalho”.⁸⁴

Caminhando na contramão do poder dominante, a imprensa operária e seus colaboradores passaram a ser fortemente vigiados e, em inúmeras oportunidades, a defesa de um mundo justo e humano lhes custaram caro. A repressão, empastelamentos, intimidações, prisões e agressões físicas estiveram presentes em seu cotidiano.⁸⁵

A efemeridade dos jornais operários é fruto deste universo conflituoso e tenso que ele está inserido. Entretanto, somente a repressão não é suficiente para explicar esta efemeridade. Como foi mencionado anteriormente, as dificuldades de financiamento do trabalho tipográfico e o acesso aos materiais necessários a sua feitura contribuíram fortemente para esta situação.

Do ponto de vista social, além dos elementos que possibilitam adentrar no universo de atuação profissional dos operários – espaço de trabalho, instrumentos utilizados na realização das atividades laborais, horário, relações de trabalho e outros – identifica-se nos jornais a construção de uma identidade e de uma auto-imagem que são também reveladoras da situação operária no interior da sociedade vigente. Embora existissem controvérsias entre as diversas correntes político-ideológicas quanto à forma de organização e atuação política dos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida, a crítica destinada ao lugar ocupado por este operário na sociedade contemporânea está presente nos discursos construídos pelo conjunto dos jornais.

⁸⁴ *Vida Operária*, nº 17. Manaus, 06 de junho de 1920.

⁸⁵ “Se existe circumscripções deste paiz colosso uma nesga onde o operário solfra os reveses da indiferença dos poderes, certamente esta circumscripções é o Amazonas. O operário aggremiado era considerado “indesejável”. As associações de classe eram fechadas pela polícia e os seus dirigentes insultados por Mário Monteiro que alem de ameaçal-os de extermínio, trancafiava-os no xadrez”. *A Lucta Social*, nº 7. Manaus, 10 de agosto de 1924.

O operário é quem forja, amolda e faz, e a burguesia [se] senhoria deste feito.

O operário funde e rebate o arado, e outro sulca a terra; o capitalismo esconde-lhe a grandeza.⁸⁶

Os jornais operários frequentemente associavam o trabalho desenvolvido pelo operário à produção de riquezas materiais. Ao contrário dos discursos oficiais em que o trabalho também assumia, entre outras, esta função, as injustiças sociais não eram escondidas. Neles apareciam artigos que explicitavam a falta de acesso do operário às riquezas produzidas por ele próprio.

Sabeis p'ra que servem essas palavras amenas, bonitas, que os burgueses empregam em seus livros, em seus jornais, nos seus discursos, enfim? Servem para enganar-nos, porque desse modo eles não trabalham e querem que nós produzamos tudo do que eles carecem, fazendo-nos ver que o trabalho é uma virtude e que nós temos o dever de trabalhar até morrer, enquanto eles se divertem nos lupanares imundos, desviando-se por completo da prática de tal virtude, isto é - do trabalho.

Assim, pois, camaradas, é chegada a hora de ajustar contas com eles, nós que tudo produzimos (...) e nada possuímos; é necessário, é indispensável pois, que todos os que vivemos do trabalho pensemos ao menos cinco minutos no nosso futuro e no de nossas famílias.⁸⁷

Nestes periódicos, os operários aparecem como “a força motora” do mundo contemporâneo, como o “fator do progresso”, como o braço que influi no “dinamismo comercial, agrícola e industrial de um povo”; enfim, como detentor de um papel essencial, que não é reconhecido pelos setores dominantes, nem no interior das sociedades. Desta forma, a construção de uma auto-imagem positiva – o que explica as propagandas de combate ao álcool e aos jogos – dava-se no sentido de construir este reconhecimento, a fim de garantir um espaço que possibilitasse a participação no campo político.

Além disso, havia em alguns desses jornais, como no *A Lucta Social*, a presença de um nível significativo de conscientização, identificação e pertencimento à classe operária. Observa-se isto em seu primeiro número, quando o jornal se apresenta no cenário jornalístico.

⁸⁶ *Vida Operária*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920.

⁸⁷ *A Lucta Social*, nº 01. Manaus, 29 de março de 1914.

Não somos eruditos, nem somos herodotos; não freqüentamos Universidades ou Academais para adquirir um papel pelo qual se nos autorizasse a viver sem trabalhar. Os nossos pais não eram burgueses nem mandões, por isso quem pensar encontrar nessas colunas linitivo ao espírito ocioso que produz o riso do burguês engana-se. A nossa escola é outra: somos operários (...) nós que tudo produzimos e nada possuímos ...⁸⁸

Do ponto de vista cultural, embora se possa mencionar uma série de elementos ainda pouco estudados dentro deste universo (produção de peças de teatro, conferências, músicas, poemas e a própria elaboração das festas operárias, dentre outros), destacam-se os elementos culturais que compõem a chamada cultura associativa⁸⁹. Neste caminho, os jornais operários publicaram alguns artigos que expressam todo um universo ritual e simbólico existente no seio daquelas agremiações.

Além de um conjunto de datas festivas (Fundação da associação; 14 de julho, Queda da Bastilha; 1º de Maio, Dia do Trabalhador, etc.) que eram mencionadas e comemoradas por meio de programações diversas – conferências, apresentações musicais, cortejos, reuniões e outros –, havia toda uma gama de regras e procedimentos realizados nas associações que eram, em grande medida, publicado nos artigos desses jornais.

Em que pese à realização de comemorações e programações referentes a certas datas e todo o universo ritual e simbólico presente nelas, destaca-se o que está presente na maioria dos jornais e que parece ser a mais importante das comemorações do universo operário: o 1º de Maio. A comemoração desta data é tomada aqui não na sua relação com a religião, o Estado, a cidade ou outros setores, mas no que pode esclarecer quanto ao universo da “cultura associativa”.

O primeiro ponto a ser destacado é o elemento central presente nos discursos sobre esta data, qual seja: as memórias sobre os acontecimentos de Maio de 1886 em

⁸⁸ *A Lucta Social*, nº 1. Manaus, 29 de março de 1914.

⁸⁹ Segundo Cláudio H. M. Batalha, o termo “cultura associativa” possui um duplo significado. Em primeiro lugar, remete ao hábito de associar-se, à tendência de conferir uma certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas. O seu segundo significado é o de cultura das associações. Neste último significado, entende-se por cultura não apenas a produção cultural, no sentido de peças de teatro, conferências, música, mas as celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias. É neste último significado que se está empregando o conceito. BATALHA, Cláudio Et al (org.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. São Paulo: Unicamp, 2004, p. 96-100.

Chicago. Neste ponto se pode identificar tanto a divergência de concepção e particularidades locais da celebração, quanto à disputa travada entre anarquistas e socialistas reformistas pela direção do movimento operário em Manaus. No que concerne a esta última questão, enquanto os anarquistas pretendiam evidenciar a filiação nesta corrente dos “Mártires de Chicago”⁹⁰, os socialistas reformistas buscavam na decisão do Congresso Socialista Internacional, reunido em Paris, a origem desta data.⁹¹

Embora essas divergências estejam presentes nos discursos sobre o 1º de Maio, a comemoração, em suas diversas faces, frequentemente assumia um caráter ritualístico, conforme se nota no *O Extremo Norte*, que trouxe uma série de informações acerca das atividades que seriam realizadas nesta data pelas associações existentes em Manaus, como é o caso do Sindicato dos Estivadores.

Pela manhã de hoje, esta novel associação fará em conjunto com as demais sociedades, uma romaria ao Campo Santo, em signal de lembrança aos restos mortaes dos companheiros que jazem eternamente. Às 20 horas haverá sessão magna! E posse dos corpos dirigentes, para a qual não há convite especial.⁹²

Era prática da maioria das associações operárias realizar a sessão solene de posse da nova diretoria nesta significativa data. Além disso, no interior dessas agremiações havia toda uma série de atividades voltadas para o Dia do Trabalho.

Em sua sede social à rua Barroso, reuniram se às 17 horas do dia 28, os corpos dirigentes das Artes Graphicas do Amazonas, para deliberarem sobre (...)

De carácter extraordinário, a sessão esteve bastante movimentada e bem concorrida, trocando-se idéias e tomando-se medidas diversas.

⁹⁰ “A Federação dos trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá reunida num congresso em Chicago, em 1881, deliberou votar a greve geral no dia 1º de maio de 1886 para a conquista da jornada de oito horas. Chegado este dia, produziu-se um formidável movimento e a polícia atropela, mata e fere muitos grevistas (...) e em vez de buscar o verdadeiro autor do atentado, prenderam oito libertários...” *A Lucta Social*, nº 02. Manaus, 1º de maio de 1914.

⁹¹ “A idéia da festa do trabalho tem encontrado partidários por toda a parte. A iniciativa de sua criação partiu do Congresso da Federação do Trabalho, reunido em S. Luiz da América do Norte, em 1888, cuja primeira manifestação foi em favor do dia de 8 horas de trabalho. No Congresso Internacional dos operários em Paris de 1889, foi aceita a idéia americana, ficando accordado que o 1º de Maio de 1890, fosse festejado em toda a Europa. A idéia da festa espalhou-se por toda a parte ...”. *Vida Operária*, nº 13. Manaus, 1º de maio de 1920.

⁹² *O Extremo Norte*, nº 16. Manaus, 1º de maio de 1920.

Offícios, comunicações e cartas de outras sociedades desta capital, tudo concernente à magna data de 1º de Maio, foi que constou o expediente.

Terminada esta parte, ficou assentada a realização de uma sessão solenne a effectuar-se hoje, às 19 horas, conforme marca os seus estatutos, para a qual são convidadas todas as associações de Manaós.

O sr. Presidente nomeou em seguida várias comissões, que tomarão parte nos festejos de hoje.

Durante a sessão solenne, terão a palavra oradores já commissionados e, depois, será franca a quem della quizer fazer uso.⁹³

As comemorações sobre o 1º de maio se davam tanto no interior das associações como também acabavam por assumir uma dimensão pública. Sobre este ponto, Michelle Perrot informa que por ser um ato político deliberado dos trabalhadores, esta data frequentemente assumia esse carácter, o que ilustra o lado voluntário da construção de uma classe na tentativa de criar uma identidade universal.⁹⁴

Esta dimensão pública pode ser identificada, de forma contundente, em um artigo publicado pelo jornal *A Lucta Social*.

Foi assim que o operariado amazonense interpretou e sagrou a 1º de Maio levando a cabo manifestações diversas quer internas quer externas. Aquelas nas associações de classe, e estas na praça pública, tendo como ponto de partida o largo de São Sebastião, o qual às 16 horas se juntaram proletários e estudantes dando início ao comício. Adail Couto que pronunciou uma bem improvisada alocução, discorrendo sobre o 1º de Maio e terminando, saudou o operariado em nome da classe dos estudantes da Universidade de Manaós. Algumas vivas coroavam as palavras deste acadêmico, o qual foi procedido no uso da palavra pelo artista gráfico J. Azpilicueta...⁹⁵

Enfim, ora em local público, ora entre as paredes das agremiações operárias ou em ambos, palestras, conferências, discursos, cortejos e outras formas de atuação que externam elementos de uma “cultura associativa” operária estiveram presentes na comemoração desta data importante para os trabalhadores de então.

Assim, a produção, manutenção e distribuição dos jornais, sua característica enquanto instrumento de conscientização, mobilização e luta, seu direcionamento à

⁹³ Idem.

⁹⁴ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 127-138.

⁹⁵ *A Lucta Social*, nº 3. Manaus, 1º de Junho de 1914.

classe operária e suas referências quanto ao universo cultural desta classe são os elementos que singularizam este tipo de imprensa no interior do periodismo amazonense.

3. O JORNAL “VIDA OPERÁRIA”

O jornal *Vida Operária* passou a circular na arena jornalística a partir do dia 08 de fevereiro de 1920. Neste momento Manaus já havia passado por modificações significativas em sua estrutura espacial e socioeconômica. Conforme a literatura que trata da expansão da economia gomífera foi entre os anos de 1890 e 1920 que o espaço urbano não somente sofreu intervenções no seu aparato físico como também recebeu um número considerável de imigrantes e migrantes que passaram a atuar junto aos nativos nas atividades produtivas e comerciais que foram surgindo neste processo de expansão.

Entretanto, no ano que o impresso *Vida Operária* se apresentou à sociedade amazonense, o Estado estava imerso numa grave crise econômica oriunda da gradativa marginalização da borracha nativa no mercado mundial fruto da penetração da borracha cultivada no continente asiático. Este processo de marginalização da borracha nativa se materializou em falências, desempregos, carestia de vida e toda uma gama de problemas políticos e sociais que vão ganhar as páginas do jornal.

Sobre o *Vida Operária* foram publicados vinte e seis números sendo o primeiro em 8 de fevereiro de 1920 e o último no dia 26 de setembro do mesmo ano. Era de publicação semanal e vendida avulso por \$200 (duzentos réis) e também por assinaturas anuais ao preço de 10\$000, semestrais ao preço de 6\$000 e trimestrais ao preço de 3\$500. Tinha grande formato, de 30 x 43 cm, quatro páginas e quatro colunas.

Nas duas primeiras páginas eram distribuídos os artigos e as notícias. Ao analisar a distribuição de ambos se percebe a existência de dois eixos principais no discurso do jornal. O primeiro está ligado à elaboração de críticas ao sistema capitalista e sua atuação exploradora e opressora sobre o operário. O segundo está associado à orientação para uma determinada ação operária no sentido de se obter uma mudança social.

Os desdobramentos que surgem a partir daí trazem como questões a importância de um veículo de comunicação para a discussão e difusão de idéias, as desigualdades sociais presentes no mundo moderno, a situação política do operariado amazonense, a ação operária a ser seguida, a organização dos trabalhadores em associações, a fundação de um partido operário, a importância do processo político-eleitoral e denúncias sobre questões do trabalho (acidentes de trabalho, demissões arbitrárias, multas e penalidades) e da vida (carestia dos gêneros de primeira necessidade, alcoolismo, jogatina e outros).

As matérias veiculadas nas páginas do jornal eram assinadas por diversas pessoas como demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 1
COLABORADORES COM MATÉRIAS ASSINADAS

AUTORES	ARTIGOS
Oswaldo Mário	Como Surgimos nº 01.
Flávio Remar	Operariado nº 02; A Carestia da Vida nº 03.
Guilherme de Oliveira	Aurora Promissora nº 01; Outro Rumo nº 06.
João do Monte	Collaboração nº 02; A Postos nº 04.
Santos Filho	Aproxima-se nº 04.
Manoel Sérvulo	Palavras Simples nº 06.
Cursino Gama	O Momento nº 09.
Salustino Liberato	Não se Illudam nº 12 ; União e Coragem nº 16.
Hemetério Cabrinha	Está na Hora nº 13.
Elesbão Luz	Sem Comentários nº 13.
Rita da Conceição Alves	O Dia do Trabalho nº 14 e nº 15.
Arnaldo de Barcellos	Reportagens Oportunas nº 16.
Maia Filho	Operariado Amazonense e as Demais Classes Trabalhadoras do Amazonas nº 17.
J. Pimenta	Finanças da Vida Operária nº 18.
Venicius	O Futuro Governo e as Demais Forças Vivas do Estado nº 19.
Nicodemos Pacheco	Bilhete aos Reaccionários nº 20.
Fulton	O Dia 14 de Julho e a Eleição Governamental do Amazonas nº 21.
Benjamin de Araújo Lima	Aos Operários do Amazonas nº 23.
Plínio	O Sr. Camilo Prates em Luta Contra o Operariado Nacional nº 23.

Mauro Santos	Amor e Trabalho nº 25.
Cleomenes Honório Dias	O Que é o Operariado nº 26.

Nomes como Guilherme de Oliveira, Manoel Sérvulo, Cursino Gama, Nicodemos Pacheco, Hemetério Cabrinha, Elesbão Luz, Oswaldo Mário, Flávio Remar e J. Pimenta aparecem ligados a sociedades operárias (Sindicato dos Cigarreiros, Centro Operário, União Operária e outros). Porém, percebe-se que em momentos tidos como especiais, notadamente o 1º de maio e as eleições, outras vezes se colocavam como a da professora da Escola de Aprendizes-Artífices Rita da Conceição Alves falando sobre o 1º de maio de 1920 e as de Maia Filho, Fulton e Venicius tratando das eleições governamentais. Existiam ainda artigos que não eram assinados.

É importante destacar a constante presença no cenário político amazonense de nomes como Nicodemos Pacheco, Elesbão Luz, Anacleto Reis e Cursino Gama. Só para citar um exemplo desta presença: em 1919 ocorreu uma “greve geral” em favor da jornada de oito horas de trabalho, alvo de manifestações a nível nacional. Em Manaus foi formado o Comitê de Operários Amazonenses para conduzir a greve. Este comitê era composto pelos senhores acima citados e seu presidente era Nicodemos Pacheco.

Mesmo após a greve de 1919 ter sido sufocada pela repressão e o Comitê extinto e expulso do seu local de funcionamento, este grupo parecia não desistir de lutar em prol da melhoria das condições de trabalho e vida da classe operária, como demonstra a sua presença na elaboração, produção e difusão do jornal Vida Operária e, após o desaparecimento deste, no jornal “comemorativo” denominado 1º de maio (1928), cujo diretor era Cursino Gama.

Era prática dos animadores do jornal Vida Operária a transcrição de artigos e informações de jornais que circulavam em outras regiões do país. Este fato indica que havia uma articulação de idéias e, longe de atuar de forma isolada na região, os articulistas estabeleciam contato com lideranças operárias em nível nacional. As transcrições presentes no jornal estão relacionadas no quadro abaixo:

QUADRO 2
MATÉRIAS REPRODUZIDAS DE OUTROS JORNAIS

ARTIGO	JORNAL DE ONDE FOI EXTRAÍDO
Política Operária	<i>A Razão</i> do Rio de Janeiro. Escrito por Mariano Garcia
O Que Dizem Todos os Médicos Eminentés (sobre o álcool)	Relatório Inglês (não há maiores informações)
Para o Syndicatos Camaradas	<i>Hora Social</i> de Recife
O Syndicato Como Escola de Energia	<i>Jornal do Povo</i> do Pará
A Internacional	<i>Hora Social</i> de Recife
Hymno	<i>Gil Blás</i> do Rio de Janeiro
Acto de Fé do Operariado	<i>Gráfico</i> do Rio de Janeiro.
O Rico e o Lázaro	<i>Baptista Amazonense</i>

Há também informações sobre a luta operária em outros países como Espanha, Portugal, França, Alemanha, Argentina só para citar alguns exemplos. Estas informações aparecem nos primeiros números do jornal nas colunas intituladas “*O Que Há La Por Fora*” e “*Notícias Interessantes*”. Estas colunas desapareceram nos títulos posteriores.

Desnecessário é dizer que a transcrição de artigos de jornais de outros Estados bem como as informações sobre os movimentos operários de outros países visavam sustentar as posições e argumentos – sobretudo políticos e sociais – defendidos pelo jornal. Assim, a existência de afinidades políticas era critério para que a transcrição ocorresse, além, é lógico, do grau de importância da matéria.

Identificam-se também no jornal duas colunas presentes em todos os números: *Vida Social* e *Noticiário*. Na primeira coluna as informações são sobre casamentos, nascimentos, viagens, aniversários, agradecimentos e outros aspectos presentes no cotidiano manauara. Para citar um exemplo:

No dia 25 encher-se-a de fastas o lar de nosso prezado camarada, Nicodemos Pacheco, pelo aniversário natalício de sua interessante pequerrucha Ena Christina.

A aniversariante e aos seus desvelados paes, desejamos milhares de venturas.⁹⁶

É preciso dizer que na coluna *Vida Social* figuravam não somente operários, mas também pessoas de outros segmentos sociais tais como comerciantes, advogados, políticos e médicos.

Com relação à coluna *Noticiário*, os assuntos veiculados neste espaço são variados. Estão presentes informações sobre troca de redatores, reuniões de associações, atraso de salários, demissões e admissões além de reclamações sobre a situação das ruas e calçamentos da cidade. Nesta coluna também se publicava informações do tipo abaixo:

Com o fim de cooperar-mos na prodaganda contra o anaphabetismo, avisamos aos nossos caros leitores, que d'oravante, manteremos uma secção intitulada Educandários, onde se encontrará uma relação dos Institutos Collégios e Escollas particulares, existentes nesta capital.

Para a referida secção chamamos a atenção dos nossos leitores.⁹⁷

Após a publicação desta informação na coluna *Noticiário*, o *Vida Operária* incorporou a secção *Educandários* nos números subseqüentes. Esta secção geralmente se localizava na terceira página do jornal e esteve presente até a saída do último número do mesmo (26 de setembro de 1920).

Nas duas últimas páginas restantes ficavam as propagandas e anúncios. Observando estes espaços é possível identificar a existência de serviços de médicos, leiloeiros, advogados, companhia de seguros, casas comerciais com operações de natureza bancária além de produtos produzidos por Tabacarias (Avenida e Globo), Sapatarias (Novo Mundo, Porfírio Bezerra, Flores e Arone), Farmácias (Lopes, Vieira e Hermes), Marcenarias (União e ABC), Funilaria (União), Alfaitarias (Bezerra, Costa Rodrigues e Elite) e Armazéns (Armazém da Avenida e do Mercado). Estas páginas comportavam algo em torno de 24 publicações de produtos e serviços por título. As publicações variavam de um título para o outro.

⁹⁶ *Vida Operária*, nº 03. Manaus, 24 de fevereiro de 1920.

⁹⁷ *Vida Operária*, nº 06. Manaus, 14 de março de 1920.

Fazendo uma comparação entre os nomes que apareciam associados a produtos e serviços na parte das propagandas e anúncios com nomes de pessoas que auxiliaram financeiramente a publicação de alguns números do jornal (veiculados no décimo primeiro e décimo oitavo títulos), sobretudo os dois primeiros, percebe-se uma questão: a presença de alguns nomes nos dois espaços, como é o caso da Pharmácia do Povo, Restaurante Mineiro, José Lopes dono da Pharmácia Lopes, Asensi que é comerciante e outros. Este fato evidencia no mínimo o uso das propagandas e anúncios como uma das fontes de receita (a outra era a venda) para custear a publicação do jornal e também uma importante amplitude de circulação do mesmo, a ponto de atrair o interesse dos comerciantes por este serviço de propaganda.

Quanto a esta última questão, o jornal era distribuído em espaços restritos como associações – dentre as quais se tem a União Operária Nacional, Centro Operário Nacional, Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil, Sociedade Beneficente União dos Foguistas, Sindicato dos Estivadores, Artes Gráficas, União dos Moços e Marinheiros, União de Classe dos Pedreiros, Sindicato dos Cigarreiros, Associação dos Construtores Cívicos e por fim a Coligação dos Oficiais da Marinha Mercante – Colégios, Institutos e nos bares e botequins.

A leitura empreendida era coletiva e se realizava nos espaços acima descritos e também nas esquinas das ruas. Aqueles que tinham o domínio da leitura e da escrita, geralmente os segmentos médios urbanos (professores, comerciantes, militares, etc.) e parcelas de operários qualificados – uma vez que a esmagadora maioria dos operários era analfabeta – liam em voz alta. Este tipo de leitura se coloca enquanto estratégia da cultura letrada para se fazer presente dentro de um quadro cultural adverso presente em Manaus, ou seja, da marcante oralidade.

Com efeito, os responsáveis pela produção desta folha não pertenciam propriamente à classe operária, mas aos segmentos médios urbanos. O jornal tinha como diretor o professor Elesbão do Nascimento Luz e como redatores Hemetério Cabrinha, poeta e Paulino Carvalho, funcionário da Delegacia Fiscal. Como gerente estava Anacleto Reis, que segundo Pinheiro⁹⁸ era uma destacada liderança dos estivadores manauaras, e como auxiliar, Jorge Benedito Ferreira.

⁹⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*

Observa-se neste ponto que existia um grupo – segmentos médios urbanos – propenso a fazer uma espécie de “aliança para baixo” e no meio operário um setor que aceitava fazer alianças com outros segmentos que viessem somar com a causa operária, era a chamada “colaboração de classes” para usar os termos de Boris Fausto.⁹⁹ Como explicar esta aproximação?

Para responder a esta pergunta é preciso destacar dois elementos fundamentais. O primeiro são as transformações socioeconômicas ocorridas em algumas das principais cidades brasileiras dentre as quais Manaus se inclui. Estas transformações fizeram surgir e ampliar categorias de trabalhadores urbanos – advogados, professores, funcionários públicos, operários e outros – que passaram a exigir participação nos espaços de decisões políticas. O segundo elemento se refere à exclusão social e política presente na Primeira República Brasileira. Tanto os operários quanto os segmentos médios eram excluídos politicamente e, desta forma, criticavam o sistema político da Primeira República. Talvez esta exclusão seja o elemento de atração e aproximação entre eles fazendo brotar daí projetos de participação política.

Desta forma, identificando-se com a classe operária, os animadores do jornal tratavam de assuntos relacionados ao viver operário e, claramente, os tinham como público alvo. Por si só, tais características – como já foi mencionado – bastavam para que o jornal fosse definido enquanto integrante da Imprensa Operária.

Em seu primeiro número, em artigo intitulado *Como Surgimos*, o jornal registra o espaço em que foi idealizado, quem o idealizou e como, enfim, surgiu. Assim, numa espécie de “bohemia espiritualizada”, numa banca de mármore (provavelmente em algum botequim), entre tragos de cigarro e café, cinco indivíduos – Elesbão Luz, Oswaldo Mário, Hemetério Cabrinha, Anacleto Reis e Nicodemos Pacheco – interessados na idéia de fundar um jornal operário o conceberam.

Sim a Vida Operária...

Responde o Velho professor.

Surgirá! Exclama Oswaldo entusiasmado! E brilhará! Murmura Cabrinha agitado, dizendo; o Luz será o diretor! E parte da litterária é sua exclama Oswaldo irrevogável! Pois você é o sucurijú da prosa e a águia do verso!

⁹⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1986.

E é logo alli sobre a mudez impenetrável do mármore que se idealiza o artigo de fundo ... a vida mundana ... a vida mundana ... o programma...

Nada! Diz o Cabrinha com os dedos entre os cabellos desalinhados.

Há de ser assim...

E já a passarada celebrava os funeraes do sol, quando dalli sahimos intoxicados de jornalismo, e de ideas grandes.

E foi assim que surgimos!¹⁰⁰

Os idealizadores da folha reservaram espaço na primeira página do segundo número do jornal para informar como foi recebido o novo periódico no cenário jornalístico amazonense. Neste espaço é citado o comentário de seis jornais: A Imprensa, Jornal do Comércio, Gazeta da Tarde, Imparcial, Extremo Norte e União Portuguesa.

O Jornal “A Imprensa” assim escreveu:

Recebemos, hontem, o primeiro número da Vida Operária, órgão de defesa das classes laboriosas de Manáos.

É um periódico de alevantadas idéas, bem redigido e que traz matéria interessante na sua parte editorial.¹⁰¹

*O Jornal do comércio e o Gazeta da Tarde, jornais representantes da chamada “grande imprensa”, limitam-se a indicar os nomes do diretor, redatores e auxiliares. Somente o Gazeta da Tarde que vai mais além e menciona algum tipo de sucesso ao jornal Vida Operária: “Ao nosso confrade, que appareceu com uma optima edição, almejamos perennes felicidades, na lida que se impõe”.*¹⁰²

O acanhado comentário de ambos reflete a atuação dos grupos que os dão vida. Sendo veículos de difusão e defesa de propostas políticas e socioeconômicas ligadas aos grupos econômicos (seringalistas, grandes comerciantes, funcionários públicos de alto escalão e outros), a chegada de um órgão que se propunha a defender as classes laboriosas era no mínimo arriscada. Neste sentido, até a felicidade supostamente desejada pelo *Gazeta da Tarde* poderia se diluir, como talvez tenha ocorrido, a partir do confronto de idéias e projetos políticos divergentes.

¹⁰⁰ *Vida Operária*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920.

¹⁰¹ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

¹⁰² *Gazeta da Tarde*. Manaus 09 de fevereiro de 1920.

Quanto ao *Extremo Norte* e a *União Portuguesa*, o primeiro, sendo integrante da imprensa operária, desejava “*vida longa e prosperidades mil*”. Porém, alerta que o lema adotado pelo novo impresso “*é o mesmo que (...) usamos em o nosso semanário*”, alerta que indica uma possível disputa futura entre ambos pelo controle do movimento operário. Quanto ao segundo, da mesma forma, almeja “*uma longa existência ao novo confrade*”¹⁰³. A posição da *União Portuguesa* com relação ao surgimento do “novo confrade” reflete, em grande medida, a relação estabelecida entre ambos que culminou com a impressão, nas oficinas deste jornal, do segundo número do *Vida Operária*.

Sobre a impressão do jornal *Vida Operária*, o primeiro número foi confeccionado nas oficinas do *Diário Oficial* a um custo de 80\$000. O segundo, como mencionado no parágrafo acima, foi impresso nas oficinas da *União Portuguesa* e custou 90\$000. Somente a partir do terceiro número que o jornal aqui abordado será produzido em oficina própria situada a rua municipal nº 54.¹⁰⁴ Entretanto, no mês de agosto, a redação deste periódico mudou deste endereço e passou a se localizar na Praça São Sebastião nº 9.¹⁰⁵

IMAGEM 3:
EXEMPLAR DO JORNAL VIDA OPERÁRIA – Nº 23

¹⁰³ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

¹⁰⁴ *Vida Operária*, nº 18. Manaus, 13 de junho de 1920. Nesta edição, o jornal publica não só os nomes das pessoas, empresas, colégios e associações que colaboraram financeiramente para a publicação da edição especial de 1º de maio como também um balanço sobre as finanças do periódico, especificamente da publicação dos até então 18 títulos.

¹⁰⁵ *Vida Operária*, nº 24. Manaus, 29 de agosto de 1920.



Fonte: Reproduzido do microfilme a partir do acervo do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas.

O “layout” do jornal foi se modificando conforme as mudanças foram se sucedendo. Ao sair das oficinas do “Diário Oficial” sua configuração era a que aparece na Imagem 1. Com a impressão do jornal nos equipamentos da “União Portuguesa” houve pequena modificação e do número três ao número vinte e dois as publicações seguiram sem modificações no “layout”. A partir do número vinte três o jornal sofre outra pequena modificação.

Comparando as duas imagens é possível perceber que as diferenças estão numa melhor distribuição dos conteúdos, sem o uso de fontes pequenas usadas anteriormente para compactar as matérias mais longas. O resultado é, na verdade, uma legibilidade

maior. Contudo, as modificações não atingiram o número de colunas que permaneceram quatro por página. Quanto às páginas gravitavam em torno de quatro, sendo ampliadas em edições especiais e comemorativas (como o 1º de maio) e diminuídas frente a dificuldades técnicas, financeiras e políticas.

Com efeito, a opção pela criação do jornal estava ancorada na compreensão que seus produtores tinham do potencial da imprensa no interior da vida moderna. O jornal era, antes de tudo, transformador e, dessa forma, *“a palavra quando bem aplicada poderá remover todos os empecilhos”*.¹⁰⁶

O jornal surgiu com o objetivo claro de atuar como elemento aglutinador dos interesses e das reivindicações operárias amazonenses. Como porta-voz da classe operária, procurava chamar a atenção dos setores dominantes e do poder público para questões que afligiam os trabalhadores. Não era, contudo, veículo de discursos revolucionários. Pelo contrário, em observância das leis constitucionais e sem propor alterações da ordem, a defesa do operário era traçada em suas páginas.

Assim sendo, a Vida Operária, lança-se hoje à luz, como defeza exclusiva do operariado desta terra maravilhosa, prompta para deffender, dentro dos limites da ordem, o interesse de uma classe esquecida e velipendiada pelos que nada produzem, a não ser a brutalidade espantosa de augmentar o capital.¹⁰⁷

Como se falou anteriormente, a produção dos jornais operários era repleta de dificuldades, seja pela falta de financiamento tipográfico para este tipo de imprensa, seja pelo acesso extremamente penoso aos materiais necessários para produzi-los. Estas dificuldades estiveram presentes na elaboração e sustentação das publicações do jornal *Vida Operária*. Entretanto, algumas estratégias foram tomadas para contornar esta situação. Entre elas, e de forma imbricada, podem-se citar duas: a construção de uma articulação entre as diversas associações existentes para a sustentação do jornal e a colaboração direta do operário.

Quanto ao primeiro ponto, percebe-se nos artigos o esforço de seu diretor e colaboradores em constantemente visitarem as sedes das associações operárias. As propagandas do jornal eram realizadas no Centro Operário do Amazonas, na União

¹⁰⁶ *Vida Operária*, nº 4. Manaus, 29 de fevereiro de 1920.

¹⁰⁷ *Vida Operária*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920.

Operária Nacional, na Sociedade União dos Foguistas e na Associação das Quatro Artes da Construção Civil, para citar algumas.

Em o dia 25 do mez p. findo, foi este Centro (Centro Operário do Amazonas) visitado por um dos nossos companheiros de redacção que ali fora em propaganda deste órgão.

Recebido distintamente pelos camaradas em plena sessão, após a leitura do expediente, de posse da palavra expoz numa brilhante allocução o fim de sua visita.

Entre outras cousas, disse o nosso companheiro, que se achando o operariado amazonense organizado e forte, tornava-se preciso antes de tudo, manter em nosso meio um jornal que fosse a sua legítima defesa, sendo as suas últimas palavras abafadas por uma estrondosa salva de palmas.

Terminada a sessão os camaradas dessa bem organizada sociedade, manifestando a mais clara satisfação, acompanharam o nosso companheiro até a porta, de uma maneira que só podemos agradecer.¹⁰⁸

Nestas visitas, identifica-se um discurso que atentava para a formação, entre os operários, de uma só família e de um só ideal. Isto é revelador de que as divergências existiam no interior do movimento. Percebida a contradição, os dirigentes do jornal procuravam combatê-la, por meio da afirmação de propostas unificadoras.

O jornal, por identificar-se com as classes operárias e por colocar-se como instrumento essencial para a construção da defesa dos interesses de classe, falava diretamente aos trabalhadores, chamando atenção para a importância de contribuírem para a manutenção daquele órgão. Vários artigos foram publicados não só falando das dificuldades de sua produção, como também da necessidade de auxílios para mantê-lo. Num deles, é possível ler:

Companheiros! A Vida Operária, como verdadeira pioneira, como batel deslisando sobre os encapeladas ondas do mar, há de defender como forte baluarte, com viva manifestação, a nossa dor, os nossos soffrimentos.

Companheiros! Se quereis lutar, faz-se preciso para que possamos proseguir nessa lueta insana, prestar os vossos auxílios a Vida Operária, por que ella sem titibiesa e com plena convicção demonstrará a nossa emergência, e, se por accaso necessário for retirarmo-nos dessa lueta pela conquista dos nossos ideaes, grandemente será redobrado os nossos soffrimentos!...¹⁰⁹

¹⁰⁸ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

¹⁰⁹ *Vida Operária*, nº 4. Manaus, 29 de fevereiro de 1920.

Além desses dois aspectos principais há um terceiro: a divulgação e difusão dos jornais nas escolas, colégios e institutos. As colunas do *Vida Operária* se apresentavam enquanto espaço onde questões do universo operário eram mencionadas e discutidas. Assim, em suas páginas além das denúncias contra os baixos salários, a carestia de vida, a prepotência e arrogância dos patrões e os acidentes de trabalho¹¹⁰, encontram-se um conjunto de demandas operárias que vinham a público.¹¹¹

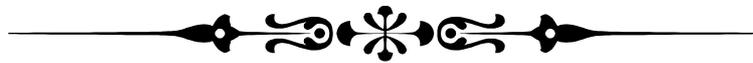
Enfim, o jornal *Vida Operária* procurava atuar enquanto elemento vital de conscientização e organização, colocando-se como um instrumento criado para fomentar a mobilização e luta dos trabalhadores manauaras, numa tentativa de construir uma intervenção operária na construção de sua própria história.

¹¹⁰ Como o jornal passou a circular num momento de crise econômica, situações específicas oriundas deste contexto foram veiculadas. Desta forma, as demissões que ocorriam neste momento eram criticadas em suas colunas. Também a carestia de vida era denunciada e contestada, inclusive com fortes acusações sobre alguns comerciantes locais, apontados como “açambarcadores” e “aproveitadores”. Há um conjunto grande de denúncias contra as empresas concessionárias dos serviços urbanos, sobretudo as estrangeiras Manaós Tramways, Manáos Harbour e Manáos Improvements, todas acusadas não só de explorar os seus empregados como também de não se preocupar com os equipamentos que funcionavam em estado precário, causando inclusive acidentes de trabalho.

¹¹¹ As denúncias e demandas operárias são abordadas no capítulo 03.

CAPÍTULO 2

A VIDA OPERÁRIA



CAPÍTULO 2

A VIDA OPERÁRIA

1. O UNIVERSO DO TRABALHO URBANO EM MANAUS

Na primeira metade do século XIX (meados de 1830 em diante) a borracha presente na Amazônia já era exportada, ainda que em quantidades modestas, para as nações industrializadas. Na chamada “*indústria de produtos de borracha*” ela era utilizada enquanto matéria-prima para a produção de bens industriais e bens de consumo. Entretanto, a sua utilização era limitada em virtude das influências que sofria com as mudanças de temperatura.¹¹²

Esta limitação só foi superada após o processo de vulcanização (1839) empreendido por Charles Goodyear que tornou a goma elástica resistente ao calor e ao frio. Assim, a chamada “*borracha vulcanizada*” passou a ter sua utilização ampliada. Rodas dentadas, correias, mangueiras e outros produtos passaram a ser produzidos tendo-a como matéria-prima. Este crescimento da borracha enquanto matéria-prima pode ser observado no quadro abaixo:

TABELA 1

Produção de Borracha na Amazônia Entre os Anos 1827 e 1860.

ANO	KG	ANO	KG
1827	31.365	1846	673.725
1830	156.060	1850	1.446.550
1836	189.225	1856	1.906.000

¹¹² A borracha possuía alta sensibilidade a mudanças de temperatura, por exemplo, “*botas de borracha tornavam-se duras como pedra no inverno e grudentas como piche no verão*”. WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 22.

1840	388.220	1860	2.673.000
------	---------	------	-----------

FONTE: WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 22.

O processo de vulcanização acabou por impulsionar o consumo de borracha pelas nações industrializadas. Tal consumo se tornou ainda mais intenso com a produção e difusão da bicicleta, em 1890, e a popularização do automóvel a partir de 1900 (sobretudo pelo desenvolvimento de pneumáticos).

Conhecida e utilizada pelos indígenas da Amazônia, a hévea torna-se produto comercial de crescente importância após a descoberta da vulcanização da borracha, em 1840. Neste período praticamente toda a borracha era extraída na área amazônica, em território brasileiro ou de países limítrofes, sendo comercializada nos portos de Manaus e Belém. (...) a borracha ganha (...) destaque em nossa pauta de exportação [Brasil] a partir de 1851-60, ocupando o terceiro lugar nela em 1881-90 e o segundo a partir de 1891 até o fim da Primeira Guerra Mundial.

A demanda da borracha nos países industrializados crescia fortemente, devido à utilização da mesma na fabricação de pneus de veículos: de bicicleta primeiro, de automóveis depois.¹¹³

Desta forma, no decorrer do século XIX, sobretudo a partir das três últimas décadas, a Amazônia foi incorporada ao mercado mundial articulado. Neste sentido, como aponta Paul Singer na passagem citada acima, duas cidades tornaram-se centros comerciais: Belém e Manaus.

No Amazonas, o processo de expansão econômica trouxe consigo um conjunto de transformações que atingiram sua capital – Manaus. Neste processo de expansão dois elementos foram de profunda importância: a implantação de uma rede de comercialização da borracha e o desenvolvimento de uma infra-estrutura necessária para o escoamento do produto.

Com relação ao primeiro elemento, o que interessa destacar é a atuação das casas aviadoras. Conhecidas também como “casas recebedoras” possuíam uma posição central na cadeia comercial da Amazônia. Eram estes estabelecimentos que tinham a função de

¹¹³ SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930). In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira vol. III. O Brasil Republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997, p. 360-361.

financiar e comercializar a borracha, decidindo inclusive quando e a quem vender este produto extrativo. Além disso, assumiam múltiplas funções: negociavam com as casas importadoras, as mercadorias que seriam passadas para o negociante do vilarejo, ao regatão, ao seringalista e por fim ao seringueiro; providenciavam o transporte e a distribuição dos retirantes que se deslocavam do nordeste, fugindo dos problemas gerados pela seca, em busca de trabalho no Amazonas (seringais); atuavam como representante legal e financeiro de seus clientes mais ricos que residiam no interior e por fim, realizavam a abertura de novos seringais.¹¹⁴

O papel desempenhado por esses estabelecimentos comerciais foi o de financiar e comercializar a borracha na região, fazendo chegar os implementos necessários à organização e funcionamento da vida econômica dos seringais, bem como recebendo deles, no final do período de extração, as remessas de borracha que, posteriormente seriam exportadas para a Europa e Estados Unidos.¹¹⁵

Como a borracha se mostrou um empreendimento rendoso, o capital estrangeiro passou a atuar na região com objetivo de viabilizar a exploração do produto, contribuindo desta forma não só para reconstrução/revitalização da cadeia comercial desenvolvida na Amazônia, ancorada no sistema de aviamento, como também para a construção, na cidade de Manaus, de uma infra-estrutura que possibilitasse o escoamento do produto.

Neste ponto reside o segundo elemento. A infra-estrutura era importante para o escoamento da produção, facilitando a circulação de pessoas e capitais. Como a produção da borracha se dava fora do espaço urbano (nos seringais), a cidade se colocava como ponto de escoamento deste produto, daí a necessidade de criar uma gama de atividades econômicas ligadas à circulação, consumo e serviços (transportes, limpeza pública, água, luz, esgoto).

Desta forma, o capital estrangeiro, sobretudo inglês, tornou-se o maior responsável pela execução dos grandes projetos de reforma da cidade.¹¹⁶ Conforme Pinheiro praticamente todos os serviços urbanos, por concessão, estavam nas mãos de firmas inglesas que passaram a agenciar melhoramentos ou mesmo criar serviços até

¹¹⁴ WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia... Op. Cit.*, p. 33-34.

¹¹⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999, p. 37.

¹¹⁶ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 50.

então inexistentes na cidade. Empresas como a Manáos Markets, Manáos Tramways and Light, Manáos Improvements, Manáos Harbour, Amazon Engineering, Amazon Telegraph, Booth Line e Amazon River, passaram a manter relações cotidianas com a população local.¹¹⁷

A cidade de Manaus passou a assumir a função de centro comercial. Diversas atividades, em grande medida moldadas pela posição econômica assumida pela cidade, foram desenvolvidas no interior do espaço urbano. Além das firmas estrangeiras que atuavam na administração dos serviços urbanos (porto, transporte, energia, abastecimento de água, etc.) ocorreu uma ampliação significativa da praça comercial. Diversos estabelecimentos comerciais passaram a comercializar uma variedade de produtos nacionais e importados, assim como uma gama variada de serviços (hotéis, restaurantes, botequins, etc.) passaram a ser oferecidos na cidade. Além disso, a cidade passou a presenciar o surgimento de Marcenarias, Sapatarias, Alfaiatarias, Fábricas de Tecido, Fábricas de Roupas, Fábricas de Cestas e Vassouras, Funilarias, Tabacarias, Fábricas de Panificação, Fábrica de Cerveja e Gelo, Fábrica de Sabão e outros.¹¹⁸ Enfim, os ramos econômicos desenvolvidos tinham como alicerces as atividades de circulação e consumo, havendo a atuação, em pequena escala, de oficinas/fábricas específicas. Com efeito, a ampliação do mercado de trabalho manauara se deu ancorado nestas bases.

Cabe lembrar também que a imigração foi essencial para a ampliação das atividades acima destacadas. A partir do final do século XIX, Manaus passou a receber uma onda imigratória crescente. Um número significativo de pessoas, entre estrangeiros e nacionais, acabou por chegar ao universo urbano e a disputar espaços de trabalho nas mais diferentes atividades. Este processo se intensificou ainda mais a partir do aumento das exportações da goma elástica. Segundo Dias:

É no decorrer desse processo [de expansão econômica] que Manaus passa a vivenciar a ampliação e remodelação de seu espaço, assim como o aumento de sua população. Se em 1852 a cidade contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 já tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento populacional. O centro urbano se constitui como pólo de atração de gente das mais diversas

¹¹⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 42.

¹¹⁸ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2000, p. 53.

nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, deslocam-se para cá, com também imigrantes de vários estados do país.¹¹⁹

Assim, a ampliação do mercado de trabalho manauara se deu em virtude da expansão econômica associada ao crescimento populacional.

2. A VIDA OPERÁRIA: CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA

Os trabalhadores urbanos em Manaus vão desenvolver suas atividades profissionais e garantir sua sobrevivência no mercado de trabalho acima desenhado. É a partir das relações de trabalho estabelecidas e do retorno material daí advindos que os trabalhadores vão conduzir sua vivência.

Porém, as informações sobre a vivência operária presentes no jornal Vida Operária são fragmentárias e escassas. Temas como vestuário, transporte e lazer operários não constam em suas colunas e os assuntos relacionados com a remuneração, gastos com alimentação, moradia, saúde aparecem minimamente.

Não obstante, é possível partir das informações contidas no jornal Vida Operária, uma vez que outras fontes, como o conjunto da Imprensa Operária e diária, podem ser utilizadas para montar o quadro da Vida Operária que no jornal aqui analisado se apresenta fragmentado.

Com relação à remuneração, esta questão foi retratada no jornal Vida Operária em um artigo intitulado “*Palavras Simples*” escrito por Manoel Sérvulo, membro do sindicato dos Cigarreiros:

Não há cousa mais triste, do que a vida do pobre trabalhador numa quadra como esta (...). A desgraça bate-lhe a porta e vae enconral-o vacilante e

¹¹⁹ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto... Op. Cit.*, p. 38.

acabrunhado, pensando como há de sustentar a prole, com tão mesquinho salário que percebe (e as vezes não recebe); que não chega a atender as primeiras necessidades do lar. Então pensativo, e dentro do círculo de ferro em que se acha exclama: que miséria! Não tenho dinheiro nem crédito!...

É uma verdade. Porque se recorre ao taverneiro que é seu amigo (...) pede-lhe logo crédito, este logo lhe diz: não posso! Outros dizem sim, mas... exploram tão estupidamente o pobre trabalhador, que não sabe o meio de julgá-lo. E aí daquele que diz; não posso pagar esta semana; tenha um pouco de paciência. Fica termitantemente cortado, e entregue à sua própria desventura... Não sabem eles que o pobre é honrado, e se não lhe pode pagar foi por não ter recebido, ou teve que atender à doença em casa, e o que ganhou, não deu para o médico e farmácia. Mas que há de fazer?...¹²⁰

Neste trecho extraído do artigo, duas questões referentes aos salários se destacam. A primeira envolve indícios que apontam para a baixa remuneração, como na frase: *“se não lhe pode pagar (...) teve que atender à doença em casa”*. Ou seja, se ocorresse qualquer imprevisto no cotidiano do operário que atingisse seu parco orçamento, a situação se tornava crítica, uma vez que compromissos outros assumidos (principalmente de dívidas com alimentação) não seriam cumpridos. O segundo se refere ao atraso nos pagamentos. Esta questão, no decorrer da década de vinte se tornou freqüente e o jornal aponta para categorias, como os gráficos da imprensa oficial, professores e demais funcionários públicos que constantemente vivenciavam atrasos nos seus vencimentos.

Sobretudo por conta dessa situação, reservava-se espaço nas colunas do jornal *Vida Operária* para tratar da carestia de vida e o modo como ela afetava a vida do trabalhador.

É tenebrosso, principalmente para os operários, fallar em Carestia de vida, porque para dizer o que ela é vae ferir muita gente boa.

A alta dos preços na velha Europa é um facto, porém aqui no Brazil, é uma fonte de riqueza dos senhores commerciantes que famintos do ouro, e sedentos de ver os seus capitaes augmentarem de dia para dia, lançam mão de todas as especulações.

É verdade que em todas as praças houve alterações, devido a exportação, que até então era nenhuma, mas, o que não chegou a tanto, como os senhores apregoam.

Admitto mesmo que tudo custe o olho da cara, porém não admitto é a exploração que esses mesmos senhores são useiros e vaseiros.

¹²⁰ *Vida Operária*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920.

Não admitto que esses senhores sedentos de ouro, amparados pela mentira convencionada, sustentados pela necessidade do povo, explore esse mesmo povo, sem dó nem piedade!

(...)

O anno atrasado elles se aproveitaram da miséria do povo, vendendo a caixa do Kerozene a 80\$000, quando as suas duas casas representantes desse líquido, vendiam a 27\$500.

No mesmo anno na quadra calamitosa da gripe, certo taverneiro da E. Epaminondas vendeu a lata de leite a 5\$000!

Durante uma semana o assucar oscilou de 800 a 3\$000.

Alguns comerciantes obtiam o leite a 300 reis, e venderam a 3\$000. para esses senhores, ainda não terminou a guerra, as mercadorias, cada dia sobe de cotação, nunca se fartam, sempre famintos!

A maior parte dos retalhistas, possuem dois ternos de pesos e medidas!

Entra anno, sahe anno, e cada vez tudo mais caro.

O povo além de comprar caro é ludibriado no peso e na medida.

(...)

O freguez, não tem dinheiro sufficiente para satisfazer todas as necessidades de sua casa, vae comprando de tudo um pouquinho, nesta mercadoria perde meio tostão, naquella outra, e no fim de suas compras perdeu 200 ou 300 reis.

E quem ganhou? O negociante. ¹²¹

A carestia de vida existente em Manaus se explica, consoante à bibliografia que trata do período em questão, a partir de três elementos. O primeiro corresponde à ênfase dada ao extrativismo da borracha, o que contribuiu para tornar fracas as iniciativas, tanto privadas quanto governamentais, de fomentar a produção agrícola. Os gêneros de primeira necessidade, com exceção do pescado, vinham de outras regiões o que os encarecia significativamente. ¹²² Daí a reclamação feita: *“não è admissível pelo simples fato de passar um navio por Pernambuco, e não trazer assucar, para os commerciantes levantarem o preço dessa mercadoria escandalosamente”*.

O segundo está ligado às conseqüências da Primeira Guerra Mundial associada à conjuntura de crise econômica. Como nos informa a literatura sobre o desenvolvimento da industrialização na região Centro-Sul, a Primeira Guerra Mundial possibilitou, a uma parcela de cafeicultores, diversificar seus investimentos, os quais foram destinados a

¹²¹ *Vida Operária*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920.

¹²² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 70.

produção de produtos cujo fornecimento havia sido interrompido pela Guerra, impulsionando um incipiente processo de industrialização. Já na Amazônia, os efeitos da Guerra foram desastrosos, concorrendo para intensificar a crise na cidade de Manaus. A posição do jornal é esclarecedora, *“para esses senhores, ainda não terminou a guerra, as mercadorias, a cada dia sobem de cotação, nunca se fartam, sempre famintos!”*.

O terceiro e último elemento, presente nos jornais operários e também registrado em outros documentos (discurso dos grandes jornais de circulação, relatórios das autoridades públicas entre outros), é a centralização da venda de gêneros alimentícios no mercado público. Nas palavras de Pinheiro:

Com o arrendamento do mercado público em 1905 a Alfredo de Azevedo Alves e, no ano seguinte o seu repasse a The Manáos Markets Slaughterhouse Limited, provocou um aumento abusivo dos gêneros, em função das constantes elevações das taxas que recaíam sobre a utilização de seus boxes e sobre os gêneros ali comercializados. Essa política de centralização, amparada por um contrato que dava plenos poderes à firma inglesa, gerou proibições e dificuldades às vendas dos ambulantes, obrigando dessa forma, a população manauara a abastecer-se exclusivamente ali.¹²³

Embora houvesse essa política de centralização no mercado público, nos jornais operários identifica-se uma atuação importante das *“tavernas”*, onde os alimentos de primeira necessidade eram adquiridos pelos operários. Entretanto, este fato não diminuiu as críticas veiculadas naqueles jornais, críticas estas que tinham como alvo os comerciantes (não escapando nem mesmo o pequeno comerciante português), acusados de *“exploradores”*, *“famintos de ouro”* e *“burgueses pançudos”*.

Embora não existam informações precisas sobre a remuneração de modo a traçar um quadro claro e seguro sobre o valor dos salários dos operários e seus gastos com alimentação, moradia, saúde, vestuário, transporte e lazer, por meio das informações acima extraídas do jornal Vida Operária se observa à existência de um descompasso significativo entre salários e custo de vida.

Aliás, esta questão encontra-se presente em outros jornais da época, sobretudo no conjunto dos jornais operários e remonta inclusive para momentos anteriores a 1920, o que aponta para uma constante defasagem entre salário e custo de vida.

¹²³ Idem, p. 71.

Num primeiro momento a questão dos altos preços dos gêneros de primeira necessidade apareceu em um artigo intitulado “*A Situação*”, publicado no jornal Gutenberg:

A nossa situação é a mais desesperada possível (...) o governo que diz representar a opinião pública pela qual diz estar apoiado, faz-se cego e surdo aos gritos aflitivos do povo que se debate com a mais ameaçadora das misérias a fome.

Não há gênero algum, mesmo os que são produção do país, que não tenha triplicado de valor: a carne, o peixe, a farinha, o arroz, o açúcar, o café, tudo enfim é vendido por um preço tal que em breve será impossível a população menos abastada suprir-se dos alimentos indispensáveis à vida.¹²⁴

É possível perceber a preocupação dos responsáveis pela publicação e circulação do jornal (os gráficos) com relação ao aumento significativo do preço dos gêneros de primeira necessidade e a possível dificuldade de acesso à eles dos que possuem poucos recursos (o operariado em geral). Esta preocupação já evidenciava a existência de um nível salarial baixo que, quando modificado, dificilmente acompanhava o custo de vida.

Cabe também frisar que não era somente nos jornais operários que havia esses indícios da relação desigual entre salário e custo de vida. Na chamada “*grande imprensa*” esta questão se fez presente. Em artigo denominado “*A Miséria no Amazonas*”, publicado na “*seção de cartas*” do jornal Correio do Norte nota-se isso:

A impressão que se tem ao chegar em Manaus é deplorável.

(...)

O certo é que o funcionalismo público, pelo menos na sua maior parte está sem receber os seus vencimentos há oito ou nove meses... Os gêneros de primeira necessidade custam os olhos da cara. O mercado onde a população se abastece ou fingi abastecer-se cobra dos comerciantes pesados impostos à entrada das mercadorias, peixes, legumes e outros, sejam ou não vendidos.

O aluguel de casas é elevadíssimo. Por uma casa que mal dá para uma família pequena, paga-se de 30\$000 a 50\$000.

Essa carestia podia ser contrabalançada pelos ordenados. Mas o caso é que não é. O trabalhador ganha, em média 6\$000 diários, não chegando absolutamente para suas mais urgentes necessidades... Os operários são obrigados a residir, fora da cidade, em barracas, que é como lá se denominam as palhoças de cá...

¹²⁴ Gutenberg, Manaus, 1º de maio de 1892.

É um horror (...) morre-se de fome em Manaus, é esta a verdade.¹²⁵

Outro agravante para os operários, como se pode notar a partir da citação acima, era o significativo preço das moradias. Neste ínterim, o advento da urbanização contribuiu enormemente para esta situação. As reformas urbanas empreendidas a partir da última década do século XIX produziram dois processos simultâneos: a valorização das áreas localizadas no perímetro urbano da cidade e a formação de um mercado imobiliário.

Concernente ao primeiro processo, o alinhamento e alargamento das ruas, a padronização das fachadas dos estabelecimentos comerciais e residenciais, a arborização e, sobretudo, a implantação de energia elétrica, sistema de abastecimento de água, coleta de lixo e transporte coletivo geraram uma valorização dos espaços que passaram a contar com estes melhoramentos e serviços. Já o segundo processo, que se apresenta como uma das conseqüências do primeiro, está ligado a formação de grupos que passaram a investir nas áreas valorizadas constituindo o nascente mercado imobiliário.¹²⁶

Os processos acima mencionados foram resultantes do esforço empreendido pelos grupos mercantis e políticos em viabilizar um projeto de cidade que tinha como referência a “Paris de Haussmann”. Na tentativa de viabilizá-lo se utilizou uma série de mecanismos¹²⁷, com destaque para o Código de Posturas.¹²⁸

O Código de Posturas enquanto legislação estabelecia um conjunto de normatizações sobre o espaço urbano. No tocante a moradia, este instrumento proibia a construção de casas de palha e taipa, casebres e quartos no alinhamento das ruas e praças da cidade. Para os que já existiam, a legislação apontava para a construção de um muro com no mínimo dois metros e meio de altura.¹²⁹

¹²⁵ Correio do Norte. Manaus, 03 de fevereiro de 1906.

¹²⁶ COSTA, Francisca Deusa Sena da. Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana. IN: FENELON, Dea Ribeiro (Org.). *Cidades: pesquisa em História*. Vol. 1. São Paulo: Olho D’água, 2000, p. 95-99.

¹²⁷ Dentre eles se destacam as campanhas empreendidas pela chamada “Grande Imprensa” em favor da urbanização e modernização, as políticas públicas elaboradas e direcionadas para dar visibilidade à função assumida pela cidade (comercial) e aos grupos dominantes envolvidos neste processo e etc.

¹²⁸ Até o momento, para o período do Amazonas na Primeira República Brasileira, foram identificados os Códigos de Posturas de 1890, 1896, 1910, 1920 e 1930. Ver COSTA, Francisca Deusa Sena da. Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana. IN: FENELON, Dea Ribeiro (Org.). *Cidades: pesquisa em História*. Vol. 1. São Paulo: Olho D’água, 2000, p. 94.

¹²⁹ Código de Posturas do Município de Manaus (1890). Coleção das Leis, Decretos e Resoluções do Município de Manaus, Tomol, Manaus, Typografia do Amazonas, 1898, p.29.

Deste modo, os moradores de baixa renda (como o operariado) que habitavam as áreas do perímetro urbano e que não tinham como obedecer as normatizações do Código de Posturas (especialmente a construção do muro) ou foram empurrados para os subúrbios¹³⁰ ou permaneceram no centro da cidade como inquilinos¹³¹, uma vez que estas áreas foram apropriadas por grupos que passaram a investir em edificações e cômodos para alugar.

Com efeito, o investimento realizado pelos exploradores do mercado imobiliário¹³² se resumia, sobretudo, em edificar o dito muro de dois metros e meio de altura, escondendo atrás dele inúmeros cômodos fétidos e insalubres que os mesmos esforçavam-se em multiplicar com o objetivo de potencializar seus ganhos. Assim, pequenos quartos sem divisões com cozinhas e banheiros coletivos eram construídos por trás das belas fachadas. Como afirma Costa:

Trabalhadores e pobres urbanos ocupavam uma outra cidade, visualmente disfarçada, habitando vila e cortiços de alvenaria, além de hospedarias, porões (...) [que] guardavam em comum o fato de serem exploradas pelo mercado imobiliário e estarem disfarçadas por belas fachadas, assépticas do ponto de vista externo.¹³³

Assim, cortiços, quartos de aluguel, casas de cômodos, hospedarias, estâncias, estalagens e porões se materializaram como moradia dos operários. Estes, por meio dos jornais, tornaram públicos os problemas vivenciados nesta esfera. Tais problemas estavam ancorados em dois eixos principais: o alto preço dos aluguéis e as condições precárias da habitação.

Aqueles que não tinham condições de pagar o aluguel nas áreas centrais da cidade, deslocavam-se para os subúrbios, edificando aí sua moradia. Embora o jornal Vida

¹³⁰ A área suburbana era composta pelos bairros de Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo, Educandos, Vila Municipal, Plano Inclinado (Tocos), Flores e adjacências. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros...* Op. Cit., p. 57 e COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana ...* Op. Cit., p. 90.

¹³¹ A preferência dos trabalhadores pelas áreas centrais (Espírito Santo, Remédios e São Vicente) se dava em virtude dos serviços urbanos presentes e pela proximidade do mercado de trabalho. COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana ...* Op. Cit., p. 98.

¹³² Segundo Costa, os principais exploradores do mercado imobiliário eram os pequenos herdeiros, profissionais liberais e comerciantes portugueses varejistas, não excluindo-se a atuação do grande capital por meio de terceiros. Idem, p. 97.

¹³³ Idem, p. 86.

Operária não contenha informações sobre a moradia em áreas suburbanas, por meio da fala dos médicos-sanitaristas do início do século XX é possível apontar tal questão. Neste sentido, o quadro desenhado pela fala dos sanitaristas chega a ser desolador. Para Hermenegildo Campos nas áreas periféricas existiam “*muitas barracas cobertas de palha e fechadas ou com tábuas de caixa de querosene, de batatas, ou com folhas de latas cortadas (...) onde residem pobres com numerosa família*”.¹³⁴

Além de Hermenegildo Campos, outro médico-sanitarista, Samuel Uchôa, registrou o problema da falta de moradia para as pessoas (nordestinos) que chegavam à capital do Amazonas.

Chegam na estação invernososa, dezenas de doentes desprotegidos, sem um cetil para as primeiras despesas, para o desembarque da bagagem. Casa não procuram: aboletam-se em baiúcas abandonadas nos arrabaldes, nos baixos da Serraria Sá, nos patamares dos armazéns, nos alicerces dos edifícios em construção, e, nessas alfurjas de miséria, curtem dias sombrios de fome e doenças.¹³⁵

A má-alimentação e a moradia precária e insalubre vão tornar o terreno propício para a emergência de doenças epidêmicas e contagiosas. Os relatos dos sanitaristas contêm indícios deste processo. Neles estão registrados alguns fatores que contribuíam significativamente para a expansão de algumas doenças (como por exemplo, a tuberculose). Assim, de acordo com Alfredo da Matta, entre esses fatores estão os baixos salários, a alimentação deficiente e o trabalho exaustivo e fatigante.¹³⁶

Quanto aos deslocamentos realizados na área urbana pelos operários, as evidências indicam que estes percorriam os espaços – seja da casa para o trabalho ou da casa para as áreas de lazer e vice-versa – na maior parte do tempo a pé, uma vez que a passagem do bonde pesava em seu parco orçamento.¹³⁷

¹³⁴ Campos, Hermenegildo. *Climatologia médica do Estado do Amazonas*. Manaus, ACA/Fundo Editorial, 1988, p. 100.

¹³⁵ UCHOA, Samuel. *Dois Anos de Sanitarismo*. Manaus: Livraria Clássica, 1924, p. 75.

¹³⁶ Para o sanitarista era extremamente difícil aplicar as teses profiláticas “em milhares de doentes quando os higienistas não podem atender e providenciar sobre o horário para o trabalho do operariado; regulamentar o salário; fornecer alimentação sadia e há horas regulares; resolver os problemas das habitações insalubres; instruir as classes pobres e tantas outras questões vitais?” Citado por PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 77.

¹³⁷ Segundo Thiago de Mello, a passagem do bonde custava 200 réis. Este dinheiro era entregue ao condutor que devolvia ao passageiro um cupom numerado com um pensamento no verso, e conclui que “muita gente andava mesmo era a pé, porque não tinha o dinheirinho para tomar o rangedor”. MELLO,

Embora o bonde não fosse o único meio de transporte existente, pois havia as carroças puxadas por tração animal, às catraias e os coches ou carros de aluguel, que também eram utilizados, ele se destacou no cenário urbano, e isto os documentos da época evidenciam, por ser um dos elementos que atestavam à presença da modernidade.

Cabe registrar que a idéia que se tem de Manaus recepcionando de imediato um sistema de transporte de bondes elétricos é equivocada.¹³⁸ Segundo Magalhães

A primeira modalidade de veículos empregados para o transporte coletivo de passageiros, consistiu em locomotivas de tração a vapor, que implantadas pelo engenheiro Frank Hirst Heblethwait, foram inauguradas de forma provisória em 24 de fevereiro de 1896 na administração de Eduardo Ribeiro.¹³⁹

Com efeito, a partir de 1898 a empresa Manaós Railway Company e, após, por volta de 1908 a Manáos Tramways, não só implantaram e ampliaram, com incentivos promovidos pelo Estado, os serviços de transporte por bondes movidos a eletricidade como também, sobretudo a Tramways, administraram e exploraram o serviço por algumas décadas.¹⁴⁰

Não obstante, a ampliação realizada correspondia às regiões do perímetro urbano e uma parcela da área suburbana adjacente. Consoante o Diário Oficial de 03 de maio de 1901 as linhas existentes eram as de “*Flores, Cachoeirinha, Avenida Circular, Plano*

Thiago de. *Manaus, amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984, p. 102.

¹³⁸ Assim como é equivocada à imagem construída por alguns intelectuais da região sobre Manaus do período da borracha como sendo próspera, harmônica e sem conflitos e contradições, conforme a passagem a seguir demonstra: “Manaus, Cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra de liós importados de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem cuidados, com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma grande urbe moderna: água encanada e telefones, energia elétrica, a partir de 1896, rede de esgotos, em construção, bondes elétricos a partir de 1895, espantando até os visitantes europeus do raiar do século, com suas alucinantes velocidades de 40 e 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta, até aos arrebaldes mais distantes. O seu porto flutuante, obra-prima da engenharia inglesa, construído a partir de 1900, recebia navios de todos os calados e das mais diversas bandeiras. O movimentado centro comercial regurgitando de gentes de todas as raças (...). Lojas bem construídas...”. LOUREIRO, Antônio. *A Grande Crise (1908 -1916)*. T. Loureiro e Cia: Manaus, 1985, p. 33-34.

¹³⁹ MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O Transporte Coletivo Urbano de Manaus: bondes, ônibus de madeira e metálicos*. Manaus: Dissertação de Mestrado em Natureza e Cultura da Amazônia defendida em 2003, p. 31.

¹⁴⁰ A partir da década de 1920, por conta da crise da borracha, gradativamente foi ocorrendo à falência dos serviços urbanos que passaram a sofrer um processo de sucateamento, entre eles, o sistema de bondes elétricos, culminando, no caso deste, com uma discussão no parlamento acerca da nacionalização do sistema de transporte existente, administrado pela Tramways, nos anos finais da década de 1940. Portanto, até esta década a Manáos Tramways atuou na exploração deste serviço.

Inclinado, Circular Cachoeirinha e Saudade, sendo esta última um trecho da primeira, compreendido entre as praças 15 de novembro e 5 de setembro.¹⁴¹

Quanto aos limites da capital estavam organizados da seguinte forma:

Na zona norte, localizava-se a Vila Municipal, Mocó, Boulevard Amazonas e Flores; na zona leste, os bairros de Tocos, Plano Inclinado, circundados pelo Igarapé de São Raimundo; ao sul, o perímetro central alardeado pelo Rio Negro e a Oeste, a Cachoeirinha. Com exceção dos bairros de Educandos e São Raimundo (...) os demais bairros dispuseram dos serviços de transportes por bondes elétricos.¹⁴²

Assim, Flores, Cachoeirinha, Tocos e Plano Inclinado eram áreas suburbanas atendidas, em suas ruas centrais, pelos bondes elétricos. Entretanto, São Raimundo e Educandos não tinham a visita do “rangedor”, levando os moradores desses bairros, entre eles alguns operários, a utilizar as catraias.

O serviço prestado pela empresa concessionária do serviço de bondes em Manaus parece não ter sido dos melhores, contrariando a visão que revela este serviço como impecável, onde os bondes eram bem cuidados, limpos e pontuais. Por meio dos jornais da época é possível vislumbrar uma outra dimensão, conforme se pode notar no trecho abaixo:

Braço estendido na avenida Eduardo Ribeiro, o guarda de ponto dava trânsito, com o seu casaco teté austero, aos veículos que se moviam nessa artéria, enquanto que ficava, assim, suspenso o movimento de carros na avenida 7 de Setembro.

(...)

Naquela momento, descia a avenida 7 de Setembro um bonde rumo da estação, quando também, pela avenida Eduardo Ribeiro, mesmo rumo, rolava um carro com o reboque de um wagon cheio de areia, cujo motorista, obedecendo a ordem do guarda continuou o seu caminho.

Outro tanto não pôde fazer o carro que descia a 7 de Setembro, pois, com a grande velocidade e com os freios em mau funcionamento, não conseguiu parar, indo de encontro ao outro bonde justamente na altura do desvio das duas linhas.

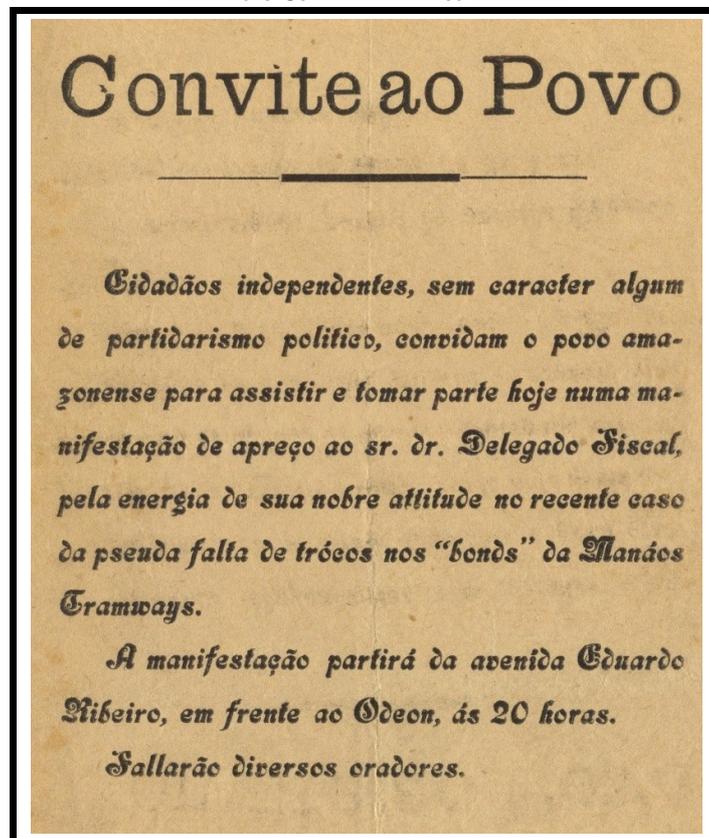
¹⁴¹ Diário Oficial, 03 de maio de 1901. Superintendência Geral de Fiscalização. Relatório dos serviços por electricidade. Manaus, 1901.

¹⁴² MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O Transporte Coletivo Urbano de Manaus ... Op. Cit.*, p. 45.

Em outros tempos, o caso teria causado grande escândalo, mas nesses que correm, os desastres se repetem diariamente, porque o seu Kirk sabe muito bem que não há quem lhe tome contas do péssimo estado a que tem reduzido o material da viação...¹⁴³

As insatisfações em relação aos serviços dos bondes englobavam não somente as condições físicas do veículo, mas também a falta de troco, a irregularidade de horário, a poluição sonora, a falta de manutenção nos trilhos e outros, como atesta panfleto distribuído na cidade:

IMAGEM 4:
MANIFESTO CONTRA A MANAÓS TRAMWAY



Fonte: "Panfletos Operários" – Acervo Digital (LHIA).

O jornal Vida Operária assim se posicionava sobre as condições físicas e os horários de circulação dos veículos: *"sobre os bonds, não há nada pior, immundos, sujos, quando chove é uma peneira: o horário é mal feito e irregular; as carroças de lixo da capital federal, tem mais asseio e pontualidade..."*.¹⁴⁴

¹⁴³ *O Dia*, nº 386. Manaus, 03 de abril de 1926.

¹⁴⁴ *Vida Operária*, nº 08. Manaus, 28 de março de 1920.

Em que pese estes problemas presentes, os deslocamentos realizados pelo operariado no interior do espaço urbano, como já mencionado anteriormente, eram, na sua grande maioria, por meio de caminhadas. Percebe-se isto pela permanência de um número significativo de operários como inquilinos no centro da cidade, com o objetivo de permanecer próximo ao local de trabalho¹⁴⁵, como também pelo significado da implantação de um sistema de bondes, voltado não somente para dar suporte à dinâmica capitalista como também para atender aos grupos dominantes que necessitavam de meios de locomoção.¹⁴⁶

Quanto às práticas associadas ao lazer operário, identificam-se alguns elementos que aparecem constantemente nos jornais da época e que se caracterizam como expressões desse lazer, dentre eles, o uso de bebida alcoólica. O álcool era condenado pelos grupos políticos e econômicos dominantes. Estes encaravam o álcool como um elemento degradante tanto das condições materiais e físicas do operário quanto da moral e dos bons costumes. Por conta desta posição, várias ações foram desenvolvidas no sentido de *“restringir os espaços de consumo de bebidas alcoólicas e impor horários de funcionamento de bares, quiosques, botequins, pensões e cabarés, bem como estabelecer penalidades...”*.¹⁴⁷

Alguns jornais diários, como por exemplo, o Jornal do Comércio, reservavam em algumas de suas colunas um espaço destinado as *“queixas do povo”*¹⁴⁸. Neste espaço, grupos de moradores reclamavam da ausência de serviços básicos (coleta de lixo, abastecimento de água, etc.) em determinados locais da cidade (sobretudo nos

¹⁴⁵ Pinheiro ao mapear os locais de moradia dos estivadores percebeu que eles residiam tanto nas áreas de expansão quanto nas ruas e bairros centrais da cidade. Porém, destaca que “numa cidade onde o bonde – único transporte coletivo capaz de conduzir os populares que moravam nas zonas afastadas até o centro – só começava a funcionar às seis horas da manhã, era de esperar-se que morar muito afastado do porto pudesse significar para os estivadores uma dificuldade considerável, uma vez que o trabalho nos armazéns iniciava também naquele horário”. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 57. Já Costa, ao identificar os trabalhadores urbanos que residiam no centro como inquilinos – comerciários, gráficos, condutores de bondes, carroceiros e outros – afirmou que “mesmo vivendo em condições precárias, habitar no centro era mais viável que morar, como inquilino, em condições ainda piores nas periferias distantes dos locais de trabalho e sem infra-estrutura”. COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana... Op. Cit.*, p. 109.

¹⁴⁶ MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O Transporte Coletivo Urbano de Manaus ... Op. Cit.*, p. 45.

¹⁴⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 61.

¹⁴⁸ SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005. Este trabalho acadêmico foi desenvolvido tendo por base a coluna “queixas do povo” presente no Jornal do Comércio. O autor buscou revisitar o momento histórico da “Manaus da Borracha” tentando se aproximar de uma cidade vivenciada pelos setores populares, captando alguns de seus instantes por meio do discurso jornalístico.

subúrbios) e também de condutas e comportamentos tidos como indesejáveis. Neste sentido, quanto ao funcionamento de botequins e quiosques, surgiam algumas críticas como a que se segue:

Vários moradores da rua Ramalho Júnior pedem providência ao Chefe de Polícia contra os proprietários dos cafés localizados no lado do mercado público que dá para a mesma rua, pois costumam conservar aberto seus estabelecimentos, até alta madrugada, produzindo-se ali uma algazarra infernal entre os assíduos freqüentadores, que perturbam o sossego da vizinhança.¹⁴⁹

Não era somente no Mercado e seu entorno que havia a presença de quiosques, cafés e botequins. Estes estavam pulverizados no interior do espaço urbano, muito embora os documentos da época apontem não só os estabelecimentos presentes na região do Mercado Público como também os das praças do Comércio e 15 de Novembro como os mais freqüentados.

Cabe enfatizar que a chamada “*Grande Imprensa*” e os grupos que a animava costumavam a se posicionar, e isto não raras vezes, em favor dos projetos políticos elaborados pelos grupos dominantes, chegando, por vezes, a se antecipar, por meio de campanhas materializadas em artigos e notícias, no sentido de preparar o terreno para a ação política efetiva. Com efeito, a condenação do álcool nas colunas desses jornais se articula com a idéia de “*boa conduta*”¹⁵⁰ daqueles que residiam numa cidade que estava sendo conduzida rumo ao “*progresso*” e a “*civilização*”.

Outra forma de lazer era o jogo. Entre eles destacam-se o entrudo, a rasa, o bilhar, a tabola e o quino.¹⁵¹ A prática do jogo presente no seio do cotidiano operário era veementemente condenada pelos setores dirigentes, sobretudo porque era visto como “*desagregador da moral e do caráter do indivíduo, já que representa um ganho sem trabalho, expõe o indivíduo a uma vida de ócio, à mercê da sorte ou do azar.*”¹⁵²

¹⁴⁹ Jornal do Comércio. Manaus, 05 de outubro de 1917.

¹⁵⁰ A “*má conduta*” consistia, no caso do uso do álcool, no sacrifício da família, indignidade, apatia, indiferença, falta de energia e incapacidade para o trabalho. a “*boa conduta*” seria o oposto disso tudo. SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2006, p. 223.

¹⁵¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 66.

¹⁵² Segundo Dias, o Código de Posturas de 1896, em seu capítulo IX, artigo 23, proíbe os jogos de azar, quer em casa de taboagem, quer sob quaisquer pretextos. Quem bancasse tais jogos era multado num valor que variava de 50\$000 a 200\$000 réis e quem fosse pego jogando era multado em 50\$000 a 100\$000 réis. DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto... Op. Cit.*, p. 151.

A prostituição, junto com o álcool e o jogo, também fazia parte dessas práticas. Segundo Pinheiro sua oferta começou a crescer em fins do século XIX e com a crise da borracha ela aumentou, tornando o comércio do corpo cada vez mais barato e acessível, a ele entregando-se os trabalhadores de baixa renda.¹⁵³

O discurso produzido pelos setores dirigentes com relação à prostituição se assentava em dois elementos principais: a defesa da família e dos bons costumes. Desta forma, por meio da imprensa diária e de periódicos de cunho social e humorístico estes discursos faziam-se presentes identificando e desqualificando determinadas zonas e grupos de pessoas envolvidas neste tipo de atividade, como se pode observar abaixo:

Essas pollacas em sua grande maioria, mulheres já estragadas, cançadas da vida e acharcadas de moléstias, que em sua terra são imprestáveis, fazem do corpo um verdadeiro mercado na exploração do qual, pouco estão ligando em deagrar a esse ou àquele.¹⁵⁴

Com efeito, os setores dirigentes se esforçavam para erradicar esta prática, presente de forma intensiva *“tanto nas ruas próximas ao porto (Demetério Ribeiro, Vivaldo Lima, Monteiro de Souza, Itamaracá, Instalação, Frei José dos Inocentes) quanto nas praças que a ele estão ligadas (Comércio, Tamandaré e República)”*¹⁵⁵, não poupando esforços no sentido de criar mecanismos de controle que proporcionassem seu enquadramento, diminuição e invisibilidade.

Outro elemento que compõe o lazer operário é o banho nos Igarapés. Neles eram realizadas reuniões com os amigos, onde se perpetuavam, minutos após minutos, momentos de descontração e lazer. Não obstante, os banhos nos Igarapés passaram a ser denunciados pela *“Grande Imprensa”*: *“na Cachoeirinha, nas proximidades das represas, costumavam certos indivíduos desocupados e sem o menor respeito ao decoro público, banhar-se no Igarapé, de parceria com mulheres sem imputabilidade moral”*.¹⁵⁶ Com efeito, em virtude de ser caracterizado pelo Poder Público como ofensa à moral pública, passou a ser proibido pelas posturas municipais nas áreas do perímetro urbano, sendo tolerado em alguns igarapés mais distantes.

¹⁵³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 63.

¹⁵⁴ A Marreta, nº 02. Manaus, 13 de outubro de 1912.

¹⁵⁵ Idem, p. 63.

¹⁵⁶ Jornal do Comércio. Manaus, 12 de janeiro de 1910.

A participação em touradas, carrosséis, cabarés de última categoria, arraiais, passeios de bonde aos domingos¹⁵⁷, circos e espetáculos teatrais em hotéis pardieiros¹⁵⁸ além das quermesses, das rinhas, dos folguedos juninos, do cinema e do futebol eram realizadas pelos populares, em especial, os operários.¹⁵⁹

Como se pode observar, as práticas ligadas ao lazer operário constantemente se colocavam na contramão das normas, regras e preceitos morais implantados e defendidos pelos grupos dominantes. Assim, estas práticas eram vistas como transgressões à ordem pública e, portanto, passíveis de fiscalização, controle e repressão jurídico-policial.

Cabe lembrar que os grupos dominantes se faziam presentes também em cafés, bilhares e botequins. Porém, ao contrário dos cafés e botequins populares, considerados de 3º classe e vistos como *“lugares da maledicência, onde mulheres de vida airada ofendiam a moral com homens turbulentos, denegrindo os bons costumes”*, os espaços destinados aos grupos abastados, classificados de 1º classe, eram utilizados para confraternizações diversas, onde se degustavam os caríssimos *“whiskys, cognacs, champagnes e licores”*.¹⁶⁰

Quanto à prostituição, como afirma Dias *“se por um lado se defende a necessidade (...) de controle sobre os possíveis escândalos públicos de prostituição, por outro faz-se vista grossa aos luxuosos bordéis freqüentados pela elite extrativista, muitas vezes por ela financiados...”*¹⁶¹, ou seja execrava-se a prostituição popular e, dentro de determinados parâmetros, aceitava-se a prostituição de luxo.

A condenação realizada pelos setores abastados sobre as práticas ligadas ao lazer popular e operário desenvolvidas no espaço urbano envolve uma questão específica: o trabalho. Consoante Paulo Marreiro dos Santos Júnior:

¹⁵⁷ No universo operário, o bonde parece se situar na órbita do lazer (passeios aos domingos) do que como meio de transporte, como já se mencionou.

¹⁵⁸ COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões. Cinema e Sociedade: Manaus (1897-1935)*. Manaus: EDUA, 1996, p. 24.

¹⁵⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 68.

¹⁶⁰ SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus...* *Op. Cit.*, p. 123-128.

¹⁶¹ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto... Op. Cit.*, p. 151.

Conforme o discurso hegemônico de elites políticas e intelectuais, a noite estava reservada ao descanso, ao acúmulo de energias para o trabalho da manhã seguinte. Por isso, os espaços de divertimento e prazer de populares eram os espaços do não-trabalho, da vadiagem, da preguiça, da noite mal dormida, do descompromisso na manhã seguinte.¹⁶²

Disciplinar e controlar os espaços do lazer operário era fundamental para os grupos dirigentes não somente para moldar condutas e comportamentos que estivessem em consonância com uma cidade que se queria “moderna” como também para formar o homem trabalhador.

Não obstante, os embates e conflitos que emergiam a partir daí tornam a cidade um espaço de disputas sociais, sobretudo porque à medida que os setores dirigentes tentam conduzir e implantar um projeto de cidade em sintonia com as idéias hegemônicas da época de “modernidade”, “civilização” e “progresso”, as práticas, costumes e hábitos populares cada vez mais ganham um significado marginal, configurando-se como antítese da “modernidade”.

3. UMA CIDADE CONFLITIVA: MANAUS, ESPAÇO DE DISPUTAS SOCIAIS

A acumulação de capital proporcionada pela exportação do látex produziu, por volta de 1890, um processo de modernização e urbanização na capital do Amazonas. Produziu também o deslocamento de um conjunto significativo de pessoas tanto do estrangeiro quanto das demais regiões brasileiras (sobretudo do nordeste) que, atraídas pelas propagandas institucionais acerca das potencialidades econômicas da região¹⁶³, passaram a se fazer presentes na cidade.

Por conta disso, a elite política e econômica desenvolveu um conjunto de ações em torno de dois eixos principais: o próprio espaço urbano e as relações nele

¹⁶² SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus...* *Op. Cit.*, p. 128.

¹⁶³ Maior exemplo neste sentido é o álbum sobre a região produzido pelo Barão de Santa-Anna Nery, divulgado e distribuído por diversas regiões do globo. Ver DAOU, Ana Maria. *A Cidade, O Teatro e o País das Seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 1998, p. 205-212.

desenvolvidas. No que tange ao primeiro eixo, ocorreu uma “*intervenção cirúrgica*” visando à adaptação do espaço urbano as exigências econômicas e sociais surgidas neste momento (são as obras de infra-estrutura e a implantação dos serviços urbanos). Estas intervenções nortearam a ocupação de novas áreas e definiram os rumos da expansão urbana, com destaque para os padrões de edificação (prédios e casas construídos com fachadas padronizadas) e de arruamento (ruas largas com traçado em ângulos perpendiculares de 90º graus).¹⁶⁴

A reordenação da espacialidade urbana veio acompanhada de um conjunto de regras de condutas que visavam eliminar os comportamentos e hábitos classificados, a partir de então, como indesejáveis. Neste ponto se encontra o segundo eixo das ações:

Em lei promulgada em julho de 1893, ficavam proibidas dentro de “determinado perímetro da cidade” as hortas, capinzais e cocheiras e eram autorizadas por lei a colocação de placas de denominação das ruas e a numeração das casas. Eram inúmeras as medidas que promoviam a regularização e o controle do espaço da cidade, racionalizando seus usos e expulsando do perímetro urbano comportamentos indesejáveis que viessem a macular a imagem de “progresso” pretendida.¹⁶⁵

Os Códigos de Posturas produzidos neste momento, e que já foram mencionados anteriormente, eram os instrumentos por excelência a impor as regras de condutas e o uso racional do espaço. Porém, como se viu, a atuação dos populares, sobretudo dos operários, contrariavam as regras impostas pelos setores dirigentes.

Além disso, a demanda populacional recepcionada na cidade foi superior à capacidade de absorção do mercado de trabalho, o que produziu um contingente de desempregados, carentes e marginais. Estes “*excluídos do látex*” acabaram por desenvolver no espaço urbano estratégias de sobrevivência diversas¹⁶⁶ que também caminhavam na contramão da cidade idealizada pela elite local.

¹⁶⁴ Cabe lembrar que as transformações ocorreram nas áreas comerciais e seus entornos. Desta forma, podem-se destacar dois pólos irradiadores: a Avenida Eduardo Ribeiro e a Rua Municipal. Consoante Costa, as normatizações das posturas faziam-se presentes nesses dois pólos e nas vias secundárias em redor. COSTA, Francisca Deusa Sena da. Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana 1900-1915. In: FENELON, Dea Ribeiro. *Pesquisa em História Vol. I*. São Paulo: Olho D’água, 2000, p. 95.

¹⁶⁵ DAOU, Ana Maria. *A Cidade, O Teatro e o País das Seringueiras... Op. Cit.*, p. 193.

¹⁶⁶ São elas o roubo, o furto, a gatunagem, a mendicância, a venda ambulante dentre outros.

Assim, a exclusão social, presente no bojo das transformações socioeconômicas que ocorreram no final do século XIX e início do século XX em algumas das principais capitais da Primeira República Brasileira, gerou um processo conflitivo entre grupos sociais.

Para o contexto carioca Menezes destacou algumas das ações desenvolvidas por grupos presentes tanto no Mundo do Trabalho quanto por aqueles que viviam à sua margem e que eram vistas pelos setores dirigentes como desordem urbana. Assim, aqueles que

por palavras ou ações, voltavam-se contra a ordem política, econômica, moral e social existentes, considerados nocivos à sociedade e perigosos à segurança pública – regra geral, aqueles que, por meios variados, contestavam a propriedade, o trabalho, a família, a moral cristã e os poderes constituídos, apresentando-se como desviantes aos padrões de comportamento socialmente aceitos – desordeiros, na apreensão global do termo.¹⁶⁷

Além do Rio de Janeiro, São Paulo¹⁶⁸, Porto Alegre¹⁶⁹, Fortaleza¹⁷⁰, Belém¹⁷¹ e outras capitais do Brasil presenciaram, cada uma a seu modo, embates e conflitos desenvolvidos no interior do espaço urbano por grupos sociais que aí se relacionavam. Não resta dúvida que o espaço urbano se caracterizou, ao longo da Primeira República Brasileira, como palco principal das contradições e conflitos desenvolvidos.

Em Manaus não foi diferente. Filhos da expansão da economia gomífera e de seus desdobramentos, com destaque para a urbanização e modernização, as contradições, os embates e os conflitos não só fizeram-se presentes no espaço urbano manauara como também o transformaram em palco de disputas sociais. Estas disputas se materializaram nas questões referentes à moradia, saúde, lazer e trabalho.

¹⁶⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p. 91.

¹⁶⁸ HARNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920*. Brasília: UDUNB, 1993.

¹⁶⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.

¹⁷⁰ BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre Casas de Palha e Jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. IN: FENELON, Dea Ribeiro (Org.). *Cidades: pesquisa em História*. Vol. 1. São Paulo: Olho D'água, 2000, p. 153-171.

¹⁷¹ SARGES, Maria de Nazaré. Um Outro Olhar Sobre a “Paris dos Trópicoa” (1897-1911). IN: SOLLER, Maria Angélica, MATOS, Maria Izalda. *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho D'água, 2001, p. 49-73.

No bojo dessas disputas sociais uma questão se apresenta como fundamental: a organização do trabalho. Sobre esta questão afirma Gizlene Neder:

A modernização das cidades (...) constitui, contudo, um dos aspectos do processo histórico de passagem ao capitalismo que envolve, na virada do século XIX para o século XX, o aprofundamento do aburguesamento, com a implantação do regime republicano. Neste contexto, deve-se considerar a passagem do regime de trabalho escravo para o trabalho livre e seus desdobramentos no tocante às formas históricas de controle social definidora dos marcos de exclusão social que se vão imprimindo na cidade.¹⁷²

A implantação do regime republicano veio acompanhada da necessidade de organização do trabalho livre. Para os grupos que compunham a elite política e econômica era necessário elaborar, desenvolver e implantar mecanismos de disciplina e controle que garantissem ao mesmo tempo a presença do trabalhador no espaço de trabalho e uma significativa produtividade.

Neste sentido, a construção da noção de vadiagem e o desenvolvimento de um aparato jurídico-policiaI tiveram papel preponderante. No que tange a primeira assertiva, nota-se que a construção da noção de vadiagem está intimamente associada à elaboração e difusão de uma nova ética do trabalho. Segundo Chalhoub em 1888, ainda no período Imperial, foi apreciado na Câmara dos Deputados um projeto de repressão à ociosidade de autoria do ministro Ferreira Vianna. Este projeto foi motivado pela Abolição da escravatura, sobretudo porque ela significava *“uma ameaça à ordem porque nivelava todas as classes de um dia para o outro, provocando um deslocamento de profissões e de hábitos de conseqüências imprevisíveis”*.¹⁷³

O projeto de combate à ociosidade produziu no Parlamento inúmeras discussões acerca do trabalho e do trabalhador. Produziu também um consenso: o de que com o término da escravidão a ordem estava ameaçada.

Este sentimento acabou se refletindo no Código Penal de 1890 que definiu a vadiagem como um delito de grande amplitude. Por meio deste instrumento a vadiagem era definida como:

¹⁷² NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 3, 1997, p. 111.

¹⁷³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, p. 67.

Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.¹⁷⁴

Não resta dúvida que a noção de vadiagem foi construída tendo como contraponto a construção da valorização do trabalho. O trabalho, considerado outrora como aviltante e degradante, era agora elevado ao patamar de ordenador da sociedade, visto como elemento essencial para a produção de riquezas. Como valor social supremo da modernidade, o trabalho era fundamental para a sociedade e o indivíduo.

O Código de Posturas de Manaus (1890) assim se posicionava a respeito da vadiagem:

O indivíduo que viver sem indústria, emprego ou profissão habitual certa, honesta e suficiente é considerado vadio e vagabundo e como tal obrigado, desde que for intimado pelo Fiscal a tomar uma ocupação honesta dentro de 15 dias e no fim desse tempo deve provar ter tomado um emprego ou ocupação que lhe garanta a subsistência.¹⁷⁵

Portanto, a vadiagem (o não trabalho) como contravenção se assentou na idéia que se construiu de que ela se configurava como pré-condição para o crime. Deste modo, abarcava em seu universo vários crimes, o que permitiu englobar *“num só conjunto (...) tanto mendigos, bêbados e desocupados”* quanto gatunos, falsários e vigaristas, o que demonstra sua grande amplitude.¹⁷⁶

Com efeito, a idéia de vadio não somente contribuiu significativamente para a elaboração de um aparato jurídico-policiaI como nele se fez presente. É possível perceber este fato a partir do processo de reordenação do espaço urbano ocorrido em Manaus no período em questão. Este processo trouxe em seu bojo um conjunto de leis que passaram a nortear inclusive ação policial no sentido de moldar padrões de conduta e comportamentos desejáveis. Com base nos relatórios da chefatura de polícia e nas mensagens dos governadores a respeito da segurança pública é possível perceber na ação

¹⁷⁴ Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. Cap. XIII, art. 399. Collecção de Atos do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

¹⁷⁵ In: DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto... Op. Cit.*, p. 33.

¹⁷⁶ MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis... Op. Cit.*, p. 132.

policial um “*caráter inibidor-repressivo*”¹⁷⁷, o que contribuiu significativamente para a construção de uma fronteira separando o “*mundo da ordem*” (do trabalho) do “*mundo da desordem*” (do não trabalho).

Com efeito, desenvolveu-se a partir de então uma fiscalização e vigilância daquilo que seria considerado “*desvio de conduta*” ou “*comportamento indesejável*”. Em mensagem lida perante o congresso por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1910, o governador do Estado Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt apresentou algumas informações sobre os delitos criminosos em Manaus. Tais informações identificavam a época do ano em que os delitos ocorriam com maior intensidade, a sua natureza e causas sociais. Quanto às duas últimas questões os crimes são considerados “*de natureza leve*”, cujas “*causas principaes são o alccolismo e a prostituição*”. Aponta ainda a mensagem que “*de 381 prisões effectuadas de janeiro a maio, todas foram por embriaguez*” e finaliza condenando o jogo, o alcoolismo e a prostituição.

Nos relatórios da chefatura de polícia a embriaguez, os distúrbios/algazarras/desordens, a vadiagem, a gatunagem e os pequenos furtos são os delitos mencionados neste momento. Desta forma, práticas como jogo, prostituição, bebida alcoólica, elementos vistos como integrantes do “*mundo da desordem*”, foram focalizadas e condenadas pelo Poder Público e jornais da Imprensa Diária que se esforçavam em desqualificá-las, construindo imagens estereotipadas daqueles que nelas estavam inseridos (como os operários). Nas palavras de Decca:

Os meios operários eram vistos por instituições e grupos dirigentes como extremamente perniciosos para a “*moral e disciplina do trabalho*”, focos de agitação e revolta social. Hábitos operários no escasso tempo de lazer eram, considerados vícios, e a recreação do operariado era considerada “*improdutiva*”.¹⁷⁸

Inseridos no quadro de delitos presente nos relatórios da Chefatura de Polícia, as práticas ligadas ao lazer operário eram vistas como comprometedoras da “*capacidade de trabalho*”. Desta forma, é possível entender a solução apresentada pela mensagem do

¹⁷⁷ NEDER, Gizlene. *Cidade, Identidade e Exclusão Social... Op. Cit.*, p. 106-134.

¹⁷⁸ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 89.

executivo acima citada que destacava a construção e funcionamento de espaços que promovessem a educação (e neste aspecto a tentativa de se construir uma ética do trabalho) e a vida em família. Portanto, pelo menos dois aspectos do cotidiano operário eram alvos de preocupação e controle para os grupos dirigentes de Manaus, o lazer e a moradia.

Essas duas esferas privadas do cotidiano operário foram objetos de discussões e debates entre os setores dirigentes. Tais discussões e debates giravam em torno da criação de padrões de conduta e comportamento que viabilizassem um maior vigor para o trabalho. Pensadas como extensão do espaço de trabalho, estas esferas tinham que proporcionar ao operário a renovação de sua capacidade de trabalho.

Neste ínterim, com relação à moradia, Margareth Rago ao procurar entender o processo de formação da família nuclear moderna destacou que

A habitação (...) não escapará ao desejo de disciplinarização do proletariado manifesto pelos dominantes. Na moradia operária, a burguesia (...), os higienistas e os poderes públicos visualizam a possibilidade de instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade de seus atos, ao reorganizar a fina rede de relações cotidianas que se estabelecem no bairro (...), na casa e, dentro desta, em cada compartimento. Destilando o gosto pela intimidade confortável do lar, a invasão da habitação popular pelo olhar vigilante e pelo olfato atento do poder assinala a intenção de instaurar a família nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos.¹⁷⁹

A tentativa de “*reorganizar a fina rede de relações cotidianas*” se fez presente também na esfera do lazer. Procurando desenvolver atividades de lazer que fossem de encontro aos valores presentes no mundo do trabalho (como a competitividade e a disciplina) o poder público buscou associá-los e torná-los constantes no dia-a-dia operário.

É somente no interior deste quadro que se pode iluminar o posicionamento do jornal *Vida Operária* sobre questões como o jogo e o álcool. Em artigo intitulado “*A Jogatina*” esta prática era condenada:

¹⁷⁹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 163.

Campeia livremente até altas horas da noite, em diversos pontos desta cidade, o cancro social – o jogo – onde centenas de pessoas vão deixar o dinheiro que ganharam durante o dia com mil sacrifícios.

A maior parte das vezes, infelizes operários, atraídos por esse maldito quino, perdem o último vintém, e no dia seguinte, as suas famílias ficam entregues aos negrimes da fome.

Além de tudo esses antros perniciosos converte os habitues em alcoólatras inveterados, maus cidadãos e maus chefes de família.

Terminando, pedimos em nome do operariado enérgicas providências ao exmo. Snr. Desembargador Raposo da Câmara, d. d. chefe de polícia, para que ponha termo a essa jogatina desenfreada.¹⁸⁰

Percebe-se que no artigo extraído do jornal o álcool é mencionado. A bebida alcoólica, da mesma forma que o jogo, era contestada nas páginas do Vida Operária:

Outro vício não menos pernicioso é o álcool, que já contaminou quase todos os habitantes da terra (...) apellamos para a Assembléia Legislativa do Estado que se acha em trabalhos, para que nos dê leis, que cohiba, o álcool, o jogo, a prostituição e alguma cousa mais.¹⁸¹

Como se pode notar, o conteúdo presente nos dois artigos publicados é o mesmo presente nos discursos produzidos e difundidos pelos setores dirigentes sobre aquilo que se constituem práticas do lazer operário. E mais, ainda se pede providências para as autoridades cercearem estas práticas.

Ao que tudo indica menos que reproduzir passivamente a voz das instituições e setores dirigentes, a posição assumida pelo jornal Operário parece ter uma lógica subjacente. Esta lógica se configura ao longo de suas páginas por meio da presença de uma proposta de valorização do trabalho e do trabalhador.

Aliás, esta proposta de valorizar o trabalho e aquele que o desenvolve esteve presente em outras regiões do país. Ângela de Castro Gomes analisando o primeiro jornal socialista – *A Voz do Povo* – produzido no Rio de Janeiro nos anos iniciais do regime republicano identificou uma proposta neste sentido. Segundo a autora, como a vida do trabalhador passou a ser alvo de discussões em várias esferas da sociedade, sobretudo nas instituições do governo, o jornal *A Voz do Povo*, não se eximindo da questão,

¹⁸⁰ *Vida Operária*, nº 21. Manaus, 25 de julho de 1920.

¹⁸¹ *Vida Operária*, nº 22. Manaus, 08 de agosto de 1920.

posicionou-se a respeito destacando dois elementos considerados como fundamentais para o trabalhador brasileiro: a revelação e o destaque de sua existência e a construção de uma identidade.¹⁸²

No primeiro caso *“a operação implicava inverter os sinais pelos quais a categoria trabalho era identificada na sociedade de então”*. Antes visto como sinal de desgraça e atraso, era agora encarado como elemento de prosperidade, riqueza e progresso (tanto o trabalho como o trabalhador). Quanto ao segundo, à construção de uma identidade do trabalhador era necessária para unificar elementos diferenciados em torno de um programa de ação conjunta, uma vez que o *“povo trabalhador era um conglomerado heterogêneo e disperso que precisava ganhar contornos para si mesmo e para a sociedade em geral”*. Ou seja, era preciso construir uma identidade social para o operário e dar-lhe lugar e presença no mercado, destacando o seu papel essencial na produção de riquezas.¹⁸³

Neste sentido, a ação do operário por meio do trabalho era fundamental para a sociedade em geral na medida em que sua labuta diária estava diretamente associada ao desenvolvimento material de uma região, e mais amplamente, de um país.

No jornal *Vida Operária* a questão da valorização do trabalho e do trabalhador se apresenta em torno da idéia da produção de riquezas e da regeneração moral. No primeiro caso se tem que

O trabalho (...) gera a electricidade, o telegrapho, que transmite os nossos pensamentos atravez dos continentes; (...) o vapor, que leva os transatlânticos por todos os mares desde o estreito de Behring ao cabo de Horn e da Islândia ao cabo da Boa Esperança.

(...)

Para que haja progresso numa nação, para que adquira logar saliente entre as demais, a primeira condição é que seus cidadãos sejam amigos do trabalho.

A nação será o que seus filhos por seus actos, por seus trabalhos determinem; e o character do cidadão será o character da nação de que faz parte.¹⁸⁴

¹⁸² CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 23-25.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ *Vida Operária* nº 14. Manaus, 09 de maio de 1920.

Portanto, para o jornal o papel desenvolvido pelo trabalho era o de construir os rumos do progresso, entendido como avanço tecnológico e material. No bojo desta construção aparece o trabalhador, cuja função era desenvolver com afinco o seu papel social de gerar riquezas para sua região e/ou país. Daí que para o periódico citado o operário é aquele que desenvolve atividades na terra *“indo arrancar das aderências nativas o carvão que arde nas fornalhas candentes das usinas que condessam a electricidade”*; é todo aquele que o *“braço influe no dynamismo commercial, agrícola e industrial de um povo”*; é aquele que *“age construindo os tectos que nos abrigam, calçam as ruas que transitamos, aformoseam a cidade”*, ou seja, o que por meio de sua atividade produz riquezas.¹⁸⁵

Enfim, trabalho e trabalhador são definidos pelo jornal como instrumentos necessários para o desenvolvimento material de um povo. Além disso, o trabalho é encarado também como regenerador moral:

O trabalho encurta o tempo, enchuga as lágrimas, esquece os desgostos soffridos, evita crimes horríveis e dissipa os males. Elle é um bem: aqui, curando feridas da alma; alli, evitando maos pensamentos e além fazendo a felicidade do que pratica.¹⁸⁶

Neste fragmento extraído do jornal se observa, além de outras coisas, que o trabalho *“evita crimes horríveis”*. Aqui se está claramente diante da noção de vadiagem (do não trabalho) que está associada aos crimes. Também se está diante da idéia de que o ocioso contribui significativamente para a decadência de uma nação como demonstra a citação a seguir: *“se seus filhos forem ociosos, entregando-se somente ao trabalho deshonesto como o roubo ou por outras palavras não forem firmes e pontuaes no cumprimento dos seus deveres, a nação jamais conquistará o respeito e o progresso das demais”*.¹⁸⁷

Diferentemente do jornal analisado por Gomes, que tinha na sua proposta apenas a definição de trabalho como produtor de riquezas, no jornal Vida Operária as duas noções (trabalho enquanto produtor de riquezas e regenerador moral) estavam

¹⁸⁵ Vida Operária nº 05. Manaus, 07 de março de 1920.

¹⁸⁶ Vida Operária nº 14. Manaus, 09 de maio de 1920.

¹⁸⁷ Vida Operária nº 15. Manaus, 16 de maio de 1920.

presentes. Cabe destacar também que, nesta folha operária, o trabalho possuía uma outra dimensão onde a exploração burguesa era sentida e denunciada. Porém, no que tange a questão da valorização do trabalho e do trabalhador esta dimensão assumia uma posição secundária, ao contrário de quando se enfatizava a luta política, sob a qual a exploração burguesa por meio do trabalho era explicitada.

Quanto ao trabalhador foram identificados dois tipos: o honesto cumpridor de seu papel social e aqueles que desenvolviam outros tipos de atividades consideradas nocivas (como roubo, gatunagem, furto, etc.). Deste modo, assim como as ações dos grupos politicamente dominantes, o jornal queria supostamente separar o trabalhador do não-trabalhador, mas com um propósito bem definido: legitimar a luta política.

No interior da sociedade em que o jornal estava inserido, mostrar-se enquanto trabalhador e cumpridor de seus deveres (isto incluiu a exclusão do jogo e do álcool considerados nocivos e responsáveis por prisões, já que eram delitos) era fundamental, uma vez que o simples fato de não possuir trabalho poderia significar uma visita ao xadrez (já que era justificativa para se levar ao mesmo, conforme o Código Penal Brasileiro e o Código de Posturas Municipal, ambos de 1890). Esta forma de cercear a liberdade do indivíduo foi largamente utilizada nas décadas iniciais do século vinte e foi denominado de “*prisão para averiguações*”¹⁸⁸ (inserida nas ações policiais de caráter inibidor-repressivo).

Grande parte dos chamados “*indesejáveis*” era da classe trabalhadora que, nos anos iniciais da primeira república, sofria com os baixos salários, falta de assistência social, instabilidade no emprego e demais contingências que os colocava constantemente à margem do processo produtivo. Geralmente ficavam desempregados, caíam na mendicância, etc.

A possibilidade de mudar esta situação se colocava como um desafio e a ação coletiva dos trabalhadores era clamada como essencial para este fim. Porém, os movimentos coletivos dos trabalhadores – como protestos, passeatas e greves – podiam ser enquadrados como desordem pública e os envolvidos presos por isso¹⁸⁹. Neste jogo, o

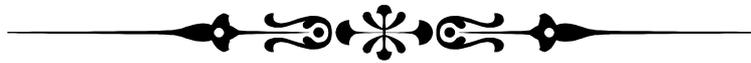
¹⁸⁸ Prisão para averiguações “era o modelo de prisão por 24 horas, na qual o elemento era ainda considerado suspeito. Era o tempo exigido pela polícia para as investigações”. Ver SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus... Op. Cit.*, p. 157.

¹⁸⁹ Conforme Bretas no Rio de Janeiro várias manifestações de trabalhadores foram encaradas e enquadradas como ameaça a ordem pública (portanto caracterizadas como desordem e os envolvidos

reconhecimento social e profissional (valorização do trabalho e do trabalhador) era extremamente fundamental para legitimar uma luta política em prol de melhores condições de vida e trabalho.

como desordeiros). Deste modo, eram passíveis de repressão policial. Ver BRETAS, Marcos Luis. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CAPÍTULO 3
A LUTA OPERÁRIA



CAPÍTULO 3

A LUTA OPERÁRIA

1. DENÚNCIAS E DEMANDAS OPERÁRIAS

Como mencionado no capítulo anterior, a expansão da economia gomífera contribuiu para transformar Manaus em importante centro econômico. A capital do Estado do Amazonas, assumindo a função de centro comercial, passou a vivenciar em seu espaço urbano o surgimento, ampliação e diversificação de atividades econômicas ligadas, sobretudo à circulação, consumo e serviços que passaram a absorver uma quantidade significativa de trabalhadores.

Com efeito, as denúncias que aparecem nas colunas do jornal *Vida Operária* refletem esta posição econômica assumida pela cidade. Uma primeira questão que se coloca nos artigos é a *falta de segurança nos locais de trabalho*. Ao que parece, a conjuntura de crise, produzida pela gradativa absorção no mercado mundial da borracha asiática e a conseqüente marginalização da borracha nativa, materializada, sobretudo na década de vinte, ano de circulação do jornal, teve desdobramentos nas condições materiais das firmas estrangeiras, que por motivos diversos, sobretudo econômicos, deixaram de realizar as manutenções nos equipamentos, aparelhos e demais instrumentos de trabalho tornando-os precários.

Desta forma, tendo como alvo a *Manáos Tramways*, alguns artigos foram elaborados e publicados na “folha operária” visando chamar a atenção da empresa e do poder público para a precariedade dos equipamentos e condições de trabalho existentes.

As machinas estão completamente estragadas, os mancaes escorados com madeiras; as bobinas dos motores estão sendo cheias com fios velhos e as caldeiras em lamentável estado, podendo de uma hora para outra tudo aquilo virar pelos ares.¹⁹⁰

¹⁹⁰ *Vida Operária*, nº 8. Manaus, 28 de março de 1920.

Conforme a notícia, os operários da *Manáos Tramways* realizavam suas atividades laborais em precárias máquinas de força e de luz localizadas na usina do Plano Inclinado. Entretanto, as denúncias não se restringem ao espaço de trabalho interno das empresas. Alguns operários da *Manáos Tramways* e também da *Amazon Engineering* desenvolviam uma série de atividades que envolviam pequenos reparos, manutenção ou troca de materiais de equipamentos localizados em área externa. A situação de trabalho destes operários que agiam externamente era encarada pelo jornal como arriscada, uma vez que se apontava para as péssimas condições dos fios de iluminação pública e dos cabos condutores de correntes bem como dos materiais inadequados usados por estes trabalhadores nos exercícios de suas funções. Estes pontos, referentes às condições de trabalho tanto na área interna quanto externa, eram constantemente destacados pelo jornal como elementos em potencial capazes de ocasionar acidentes.¹⁹¹

Quarta-feira última estando o nosso camarada Francisco Isaphe, machinista da Usina Central da *Manáos Tramways*, a manejar com um fiche das mesmas officinas, aconteceu que o referido aparelho, devido o mau estado em que se encontra, rebentando um cabo que o sustentava, apanhou desastrosamente esse nosso amigo, atirando-o ao solo (...) lamentamos o estado em que se encontra o referido aparelho, chamando a atenção da Companhia afim de evitar outro accidente.¹⁹²

As péssimas condições de trabalho se apresentavam enquanto problema a ser enfrentado por aqueles que atuavam nos espaços de trabalho das empresas estrangeiras. Não obstante, acidentes ocorreram e ganharam as páginas do jornal *Vida Operária* que não deixou passar despercebidas as questões referentes a esta questão.

Quarta-feira última, as 17 horas, o nosso companheiro de classe Otellino de Souza, empregado nas officinas da *Manáos Tramways*, estando a furar uma barra de aço, essa em dado momento, desequilibrado-se, cahiu, apanhando-o

¹⁹¹ Com relação à *Manáos Tramways*: “O estado lamentável em que se acham todos os serviços dessa companhia, é tão extraordinário, que não sabemos por onde começar a nossa reclamação. No nosso numero passado, falamos sobre a Usina do Plano Inclinado, que graças ao seu estado de ruínas, ameaça a qualquer momento, um grande sinistro, sem que até hoje, houvesse qualquer providência tomada a respeito”. Quanto aos fios e cabos condutores se tem a seguinte pergunta: “porque os fios da iluminação pública e os cabos condutores de corrente, conservam-se nus em diversas partes, e quando são concertados, são com fios velhos?” *Vida Operária*, nº 10. Manaus, 11 de abril de 1920.

¹⁹² *Vida Operária*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920.

desastradamente, cortando-lhe o dedo médio da mão direita, e machucando-lhe os restantes. Socorrido por seus companheiros, foi levado à Pharmacia Borba, recebendo os primeiros curativos. Agora resta saber se esses tratamentos foram feitos á espensa da victima ou da Companhia, e se à mesma levou o facto ao conhecimento das auctoridades legaes, para que seja facultado os direitos que lhe assistem pela lei do accidente do trabalho!

Esperamos.¹⁹³

O tema *acidente de trabalho* está vinculado a duas questões. A primeira envolve as relações com as péssimas condições de trabalho (péssimas condições de trabalho = acidente de trabalho). A segunda, como se pode observar na citação acima, envolve a cobrança da execução de uma lei aprovada em 1919¹⁹⁴ (acidente de trabalho x lei 1919). Este último ponto evidencia uma questão pouco mencionada na historiografia. Ao contrário do que foi propalado por um tipo de produção histórica que contribuiu para a construção de uma visão idealizada do golpe de trinta e de Getúlio Vargas sobre a relação da classe operária com o Estado, “*nem tudo começou a partir dessa data*”. Já nos anos de 1910, o Estado Nacional foi pressionado a fazer aberturas em relação à classe operária e nos anos 1920 tornaram-se mais freqüentes os ensaios de legislação trabalhista. Foi no bojo deste processo que a lei de acidente de trabalho foi elaborada¹⁹⁵. Pelos artigos publicados no jornal se percebe uma preocupação com o não cumprimento da respectiva lei.

[Que] ... não aconteça como está acontecendo com a lei de accidentes do trabalho, que alguns proprietários de officinas e companhias diversas, além de não darem a devida publicidade da lei, procuram leval-a ao esquecimento, usando de todos os ordis, para fugirem a sua observância...¹⁹⁶

Quando se publicava algo sobre acidente de trabalho, além da narração de como ocorreu o acidente, o jornal procurava acompanhar o desenrolar do tratamento e de seu custeio. Tentava-se identificar os sujeitos que arcaram com a despesa. Neste sentido, a

¹⁹³ *Vida Operária*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920.

¹⁹⁴ Em 1919 surgiu uma Lei que passou a regulamentar o acidente de trabalho. Por meio deste instrumento jurídico a empresa era obrigada, em caso de acidente no trabalho, a prestar assistência ao acidentado, custear o tratamento e manter o pagamento integral ao mesmo (mesmo que este estivesse impossibilitado de retomar suas atividades imediatamente).

¹⁹⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Proletariado Industrial na Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 137.

¹⁹⁶ *Vida Operária* nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920.

empresa que agisse de acordo com o que estabelecia a lei, tinha sua postura mencionada nas colunas do jornal ¹⁹⁷. Porém, se a empresa procurasse, por meio de alguns mecanismos, burlá-la, o jornal abria espaço em suas páginas para denunciar tal atitude.

No dia 10 de janeiro último o conductor chapa 13, Luiz Ventura da Silva, na ocasião em que procedia a cobrança, perdendo o equilíbrio, foi cuspido violentamente ao chão, recebendo forte pancada e diversas escuriações, prostrando-o sem falta durante todo o dia. Pois bem. O director da Companhia ou quem quer que fosse, mandou recolher o chapa 13 a Beneficente Portuguesa, arbitrando-lhe o salário de 5 horas de trabalho durante o tempo que estivesse em tratamento. Ora, sabem os nossos companheiros qual foi o resultado dessa amabilidade da Tramways? Lá vae.

Logo que o nosso companheiro Luiz Ventura voltou ao trabalho o gerente mandou que lhe fosse descontada mensalmente uma certa importância até final amortização das despesas feitas na beneficente.

Agora pergutamos nós:

Onde está a lei que regula o accidente de trabalho? ¹⁹⁸

Nesta situação, o salário do empregado da *Manáos Tramways* foi cortado em mais ou menos 50% durante o tratamento e no seu retorno, após recuperação, foi subtraída uma quantia, em parcelas mensais, referente ao restante da despesa. Esta era uma forma de burlar a lei e firmemente denunciada pelo jornal. Por outro lado, os casos em que a empresa arcava com as despesas de tratamento, ao mesmo tempo mantendo em dias o pagamento do empregado vitimado, davam-se menos por questões humanitárias do que por lei elaborada para regulamentar os casos de acidente no trabalho.

No que tange ainda a esta questão, não eram somente as empresas concessionárias dos serviços urbanos que eram denunciadas. Segundo o jornal, os proprietários de oficinas de Manaus estavam procedendo do mesmo modo que as ditas empresas.

¹⁹⁷ Quanto a esta tentativa de acompanhar o desenrolar da atitude da empresa frente às despesas do acidentado, temos a postura assumida pela Manáos Tramways a respeito do Otellino de Souza que havia se machucado ao tentar furar uma barra de aço, acidente que se mencionou ainda pouco em citação. Nas colunas do jornal foi noticiado: “Fomos informados de que a Manáos Tramways promptificou-se a acorrer com toda a despesa do tratamento do camarada Otellino de Souza, victima de um accidente no trabalho, e que tratemos no nosso número passado” (*Vida Operária* nº 02). *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

¹⁹⁸ *Vida Operária*, nº 7. Manaus, 21 de março de 1920.

Estamos informados que o sr. Carvalho, proprietário de uma officina, mechanica à rua de S. Vicente não tem ate hoje ligado importância à Lei do accidente do trabalho. alguns accidentes já se teem dado em sua officina e nunca tomou em consideração, nem tão pouco tem a mesma Lei afixada em logar visível, como manda a mesma.

Sabemos ainda, que outros proprietários de officinas procedem do mesmo modo. Com todos esses camaradas, estaremos de atalaia.¹⁹⁹

Outro ponto mencionado é a questão das *demissões*. Neste ano (1920), a crise havia atingido diversos setores da sociedade manauara. No comércio, vários estabelecimentos comerciais fecharam suas portas, demitindo seus funcionários. Com a diminuição do movimento comercial, outras categorias de trabalhadores que possuíam atividades ligadas de forma direta ou indireta com o comércio sofreram redução. A crise gerou falências e desempregos.²⁰⁰

As empresas estrangeiras, como se mencionou, foram atingidas pela crise. As demissões ocorreram, atingindo “Foguistas”, “Chaufeurs do automóvel de transporte” “empregados da lancha” e outras categorias que perderam seu espaço de atuação profissional.

Sabemos que no dia 11 do corrente foi inopinadamente despedido do cargo de cahufieur (...) da Manáos Engenering o companheiro Menezes, sem dar para isso motivo algum.

A sua conducta e exemplar, podemos attestal-a. Basta dizer, como sorteado e praça do nosso exército, que chegou a ser cabo, e a sua caderneta, não tem a menor nota, e, como operário se tem conduzido na mesma norma de vida.

O snr. Menezes, procurando saber do director da Companhia qual motivo de sua demissão teve o silêncio por resposta.

Mais outro absurdo! Mais outra monstruosidade praticada por um patrão, inconsciente e sem coração.

Não contente ainda o snr. Makense, e faminto de vinganças, demitiu também o snr. Herculano, empregado da lancha da mesma Companhia.²⁰¹

¹⁹⁹ *Vida Operária*, nº 7. Manaus, 21 de março de 1920.

²⁰⁰ WEISTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência*. São Paulo: Huicitec, 1994, p. 261-271.

²⁰¹ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

As denúncias sobre as demissões traziam em seu bojo uma série de qualificações sobre o patronato. Neste ponto, Michele Perrot ²⁰² faz um alerta para a necessidade dos historiadores darem maior atenção a esse aspecto da relação entre patrões e empregados. Segundo a autora, o foco neste aspecto possibilita uma maior visibilidade à forma como os patrões são percebidos pelos trabalhadores, apontando para uma melhor percepção das dimensões e densidades das tensões existentes entre esses segmentos.

Neste aspecto, quando o jornal publicava algum artigo sobre demissões, externava também a sua visão sobre o patrão.

O gerente ou coisa que o valha, senhor de baração e cutello da “Manãos Tramways”, (por infelicidade nossa) num acesso de prepotência inqualificável, despediu segunda-feira última 9 do corrente o foguista Flaviano Borges de Lima, honrado chefe de família, que vinha prestando os seus serviços profissionais aquella companhia, há cerca de 6 mezes, sem a menor nota desabonadora. ²⁰³

O patrão visto como “prepotente”, “arrogante”, “sem coração” em oposição ao operário “sem a menor nota desabonadora”, ou seja, cumpridor de seus deveres evidencia a tentativa da construção de um discurso de boa conduta do operário x patrão autoritário. Ao que parece, isto se deve menos a tentativa de fazer com que o patrão repensasse a medida tomada e mais a vontade de tornar público as demissões ocorridas, inserindo-as no interior da contradição entre Capital e Trabalho, acentuada no interior de uma conjuntura de crise e desemprego. ²⁰⁴

Embora as demissões contribuíssem para conduzir os operários destas empresas a uma situação de desemprego e de privação dos elementos necessários a sobrevivência, percebe-se que alguns procuravam outros espaços de trabalho e obtinham êxito.

O nosso companheiro Herculano Soares, que fora há dias dispensado da “Amazon Engineering” devido a prepotência e arrogância do gerente daquela companhia, acha-se os misteres de sua profissão, na casa Miranda Corrêa e C. ²⁰⁵

²⁰² PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 81-125.

²⁰³ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

²⁰⁴ Ainda segundo Perrot, essas representações do patronato são bastantes vagas e difíceis de serem percebidas. Em linhas gerais, reduzem-se a pequenas frases, num “vocabulário de insultos” onde “mais se qualifica do que se descreve o patrão”, conforme se pode perceber em alguns termos extraídos de artigos do jornal *Vida Operária*: “paunçudo”, “parasita”, “fedorento”, etc. Idem.

²⁰⁵ *Vida Operária*, nº 5. Manaus, 07 de março de 1920.

Este ponto traz indícios de que havia uma rotatividade no emprego no seio da classe operária e que o mais qualificado – “*misteres de sua profissão*” –, embora ficasse na situação de desocupado por algum espaço de tempo – “*há dias dispensado*” – possuía uma probabilidade maior de retornar a situação de empregado. Porém cabe não superestimar esta situação, pois pelos artigos que trazem esses indícios, a preocupação maior era com a falta de recursos necessários a sobrevivência, como sugere o título de um deles “*Um pae de família sem pão*”.

Além das visões sobre o patronato, da situação de instabilidade no emprego, as denúncias sobre as demissões apontam também para as conseqüências geradas pela adoção, por parte da empresa, de uma política de modernização.

O sr. Makfald, homem sem entranhas e sem coração, procura por todos os meios, inutilisar e oprimir a esses desventurados estivadores, vomitando sobre elles a sua peçonhosa cólera de burguez faminto. Esse inqualificável burguez, de volta de sua terra, trouxe para experiência um carrinho automóvel, para transportes de mercadorias, nos armazéns da Manáos Harbour, cujas experiências, deram optimos resultados, e o sr. Makfald fez encommenda de mais 5 desses carrinhos.

Com os taes carrinhos a Manáos Harbour, economizará 70% de trabalhadores, sendo bem provável que em breve esse Makfald, faça nova viagem, e na volta traga aparelhos automáticos e electricos, afim de substituir todos os empregados e trabalhadores da Manáos Harbour.

Não vamos de encontros ao progressos da sciencia, mas vamos de arrojo contra esse Albion nojento, que ostensivamente proclama num autoritarismo sem qualificativo, que trouxera de sua terra um título nobiliarchico como garantia, para poder fazer aquilo que bem entender...²⁰⁶

A política de modernização realizada pela empresa que administrava os serviços portuários, a *Manáos Harbour*, era vista pelo jornal como um instrumento produtor das demissões e era este o ponto criticado.

Boris Fausto²⁰⁷ ao analisar a greve ocorrida na Companhia Paulista em 1906, destacou que um dos motivos que contribuíram para a eclosão do movimento paredista foi à política de modernização adotada pela empresa, que afetou em primeiro lugar o nível salarial, em virtude do estabelecimento de três feriados não pagos por mês. No

²⁰⁶ *Vida Operária*, nº 9. Manaus, 04 de abril de 1920.

²⁰⁷ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

segundo momento, o nível de emprego, quando centenas de operários começaram a passar por um processo de demissões. Neste ínterim, os dirigentes sindicais buscaram manter um diálogo com os diretores da empresa a fim de resolver o problema das demissões.

Da mesma forma, procurando combater as demissões provenientes do aperfeiçoamento tecnológico que afetou os gráficos (introdução das máquinas de linotipo), a *Voz do Trabalhador* ²⁰⁸ defendeu o uso das máquinas e a manutenção no emprego de todos os trabalhadores, com uma jornada de 4 horas e salários mais elevados.

Embora não se tenha outro artigo tratando desta questão nos 26 números existentes, a frase *“não vamos de encontro aos progressos da sciencia, mas de arrojo contra esse Albion nojento...”* sugere uma posição próxima a dos líderes do movimento ocorrido em São Paulo e a do jornal *A Voz do Trabalhador*.

Grande parte das demissões foi noticiada pelo jornal *Vida Operária* em março de 1920. No mês seguinte, *O Extremo Norte* estampou em sua primeira página um artigo intitulado *“Explorações da Tramways”* tratando da *ampliação da jornada de trabalho pela empresa*.

Os nossos companheiros de luta que começavam o seu trabalho quotidiano as seis e meia horas e largavam para almoçar às onze; recomeçavam às treze e concluíam às dezeseite e meia, e aos sábados às dezeseite, agora, são obrigados a trabalhar de seis às seis. ²⁰⁹

O título é bem sugestivo, pois embora não se possa situar a luta pela jornada de oito horas de trabalho ao longo da década de 1910, pois essa luta é anterior a esta data

²⁰⁸ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1909.

²⁰⁹ *O Extremo Norte*, nº 13. Manaus, 08 de abril de 1920.

²¹⁰, o que se observa é que ao longo dos três últimos anos deste período ocorreu uma ampliação e intensificação deste processo.

Este fato é destacado pelas obras que abordam o movimento operário na Primeira República Brasileira. Esta literatura estabelece os anos de 1917 a 1920 como o ápice do movimento, cujas ações – passeatas, comícios, greves e demais manifestações – foram intensificadas. Como exemplo deste fenômeno se tem a criação no Estado de São Paulo entre os anos acima citados do Comitê de Defesa Proletária com um programa que contemplava entre outras questões às oito horas de trabalho, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho infantil, segurança do trabalho, pagamento pontual e aumento de salários.²¹¹

A luta pela jornada de oito horas de trabalho em Manaus remonta a última década do século XIX. A partir das décadas iniciais do século XX esta luta sobrevive e ganha corpo, sobretudo no ano de 1919, quando eclodiu uma greve geral que acabou levando os operários a se confrontar

de forma incisiva com o patronato e as autoridades locais para fazer vigorar na cidade a jornada de oito horas, alvo, naquele momento, de intensas manifestações operárias no Sul e Sudeste do país. Nitidamente a greve aparece como sendo uma forma de pressão pela aprovação do projeto de lei que tramitava na Câmara Federal em vias de ser votado em plenário.²¹²

Desta forma, o aumento da jornada de trabalho pela *Manãos Tramways* caminhava na contramão da luta operária, o que foi alvo de ferrenha crítica pela imprensa operária.

²¹⁰ A luta pelas oito horas de trabalho se inicia no alvorecer da República. Líderes socialistas como Gustavo de Lacerda, França e Silva, Vicente de Souza e José Augusto Vinhaes, de alguma forma, já haviam recepcionado esta demanda do operariado, difundido-a por meio de jornais, panfletos e até mesmo nos discursos e Anais da Câmara dos Deputados. Como afirma Gomes: “Lauro Muller, em 1892, fizera transcrever nos Anais da Câmara do Deputados todo o programa elaborado pelo grupo de França e Silva por ocasião do 1º de maio, defendendo o dia de oito horas de trabalho. Barbosa Lima, em 1903, discursara na mesma casa justificando as demandas dos operários das oficinas do Estado”. O próprio primeiro de maio, comemorado a partir de 1891 tornou pública esta bandeira de luta, levando alguns autores a afirmar que o 1º de maio é indissociável da luta pela jornada de oito horas de trabalho. CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 44. Ver também PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Proletariado Industrial na Primeira República.. Op. Cit.*, p. 162-170, FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social... Op. Cit.*, p. 44-47.

²¹¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Proletariado Industrial na Primeira República. Op. Cit.*, p. 156-161.

²¹² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999, p. 172.

Outra questão pontuada no jornal se refere ao *convívio tenso entre as categorias de trabalhadores* que atuavam numa mesma companhia estrangeira. Para entender esta questão é preciso considerar as diferentes funções existentes no interior da hierarquia da empresa. Os diferentes cargos ocupados obedeciam a uma ordem hierárquica que ordenava as relações num âmbito de subordinação e obediência, o que gerava tensão entre as diferentes categorias de trabalhadores, principalmente quando havia vigilância quanto ao horário, execução do serviço e outros pontos referentes ao labor. Neste sentido, a *Amazon Engineering* foi alvo de denúncias quanto aos olhares atentos dos vigias sobre os operários que trabalhavam na oficina desta companhia.

Chegou ao nosso conhecimento que o gerente da “Amazon Engenharia” determinou aos vigias das oficinas que não consinta os operários passar mais de cinco minutos na sentina. É uma medida vexatória e anti-higiênica do sr. Gerente, que pode ocasionar aos operários moléstias, tais como o vôlvo ou uma infecção intestinal, devido ao temperamento da nossa região, além de tudo essa medida pode trazer outras consequências como há poucos dias, aconteceu de haver um atrito entre o vigia e um operário.²¹³

Com base na citação acima se percebe que a tentativa de vigilância sobre as atividades dos operários se faz presente. Neste caso, não seria exagero propor que se procurava observar e controlar a hora da chegada, o desenrolar das tarefas, o horário do intervalo para o almoço (início e fim do intervalo) e as paradas para as necessidades básicas. Segundo o artigo, esta situação acabou por gerar atritos entre aqueles que encarnavam a autoridade do patrão (vigias) e os operários da oficina (Amazon Engenharia).

Pinheiro²¹⁴ destacou este ponto ao analisar os estivadores. Segundo a autora, os estivadores partilhavam, em seus espaços de trabalho, do convívio com elementos de outras categorias. Convívio muitas vezes tenso, como o que era estabelecido com os fies e capatazes, que pressupunha submissão e obediência. No porto, o capataz tinha a responsabilidade em imputar ao estivador penalidades e multas, motivadas por inúmeras posturas consideradas transgressões como: morosidade no serviço, saída dos armazéns sem autorização, pequenos furtos, sabotagens no serviço e outras posturas consideradas

²¹³ *Vida Operária*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920.

²¹⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 110-111.

nocivas ao processo de trabalho. Por conta desta relação, contra eles era dirigida boa parte de queixas feitas pelos estivadores.

Sobre as *penalidades e multas*, no jornal *Vida Operária* não se encontram notícias a respeito. Não obstante, no jornal *O Extremo Norte* elas estavam presentes e tinham como alvo a *Manãos Tramways*. Segundo o artigo, o operário que “*chegasse atrasado no trabalho, teria descontado no seu salário uma hora de trabalho*”.²¹⁵ Infelizmente não se tem base empírica para melhor compreender este ponto. Entretanto, nestes anos de vigência da chamada Primeira República Brasileira, as relações de trabalho eram regulamentadas pelo patronato, o qual estabelecia normas e regras a serem seguidas. Por conta disso, as penalidades e multas referentes à “*desvios de conduta*” deveriam ser aplicadas, como sugere a passagem retirada do *O Extremo Norte*, do estudo sobre os estivadores e de grande parte da literatura que trata dos operários do Sul e Sudeste do país.

Os elementos acima destacados – vigilância, penalidades e multas por atraso – constituem-se instrumentos que expressam a tentativa de construção de uma disciplina de trabalho, capaz de garantir a presença dos operários nos espaços de atuação profissional e o controle sobre seu tempo e ritmo de trabalho.

Tanto Thompson²¹⁶, que aborda a realidade inglesa, quanto Perrot²¹⁷, que aborda a francesa, viam a manufatura e a fábrica e a relação de trabalho assalariada a elas correspondentes como uma possibilidade de controle sobre o tempo e ritmo de trabalho do produtor direto, visando cortar as suas “*sobras*” de tempo. Segundo os autores este processo é anterior em muitos casos à introdução de qualquer avanço tecnológico significativo em termos de maquinário.

Desta forma, as denúncias sobre vigilância, penalidades, multas e ampliação da jornada de trabalho veiculadas nos artigos publicados pelo jornal *Vida Operária* e direcionadas as empresas inglesas concessionárias dos serviços urbanos na capital do Amazonas expressam esta tentativa de controlar o tempo e o ritmo de trabalho de seus empregados. Ainda sobre esta questão, não se pode deixar de considerar que o conflito

²¹⁵ *O Extremo Norte*, nº 13. Manaus, 08 de abril de 1920.

²¹⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

²¹⁷ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História... Op. Cit.*

oriundo deste processo envolveu concepções diferentes, entre o patronato inglês e os trabalhadores nativos e imigrantes, sobre trabalho e tempo. Segundo Pinheiro ²¹⁸, o capital inglês chegou à Amazônia atrelado a práticas de racionalização do trabalho, o que acabou por gerar um embate entre essa racionalização e as práticas culturais presentes na região, o que se materializou nos diversos conflitos e afirmações muitas vezes preconceituosas de que os nativos eram “preguiçosos” e pouco afeitos ao trabalho.

Quanto aos níveis salariais, não existem artigos que se refiram de forma direta e com exemplos numéricos a respeito. O que se identifica, como se viu no capítulo II, são denúncias veiculadas pelos jornais, sobretudo o *Vida Operária*, sobre a *carestia de vida* e, a partir daí, indícios de que os salários andavam em descompasso com o custo de vida.

Esta situação fez emergir críticas direcionadas, sobretudo aos comerciantes (não escapando nem mesmo o pequeno comerciante português), acusados de “exploradores”, “famintos de ouro” e “burgueses pançudos”.

Até agora, percebe-se que a grande maioria das denúncias foi direcionada as empresas concessionárias dos serviços urbanos em Manaus e outra parte para os grandes e pequenos comerciantes que vendiam gêneros alimentícios e demais produtos necessários à sobrevivência dos operários. Um número bastante reduzido de denúncias era dirigido às oficinas/fábricas existentes no espaço urbano. O que explica esta situação?

Comparando as empresas estrangeiras com as oficinas/fábricas existentes em Manaus é possível observar algumas diferenças que podem explicar a existência de maior tensão entre patrões e empregados na *Manáos Tramways*, *Amazon Engenharia* e *Manáos Harbour*. Nestas empresas havia uma maior especialização de seu quadro funcional, uma maior concentração de operários, uma hierarquia de comando que coordenava as relações no sentido de mando e obediência e uma relativa distância social entre patrão e empregado, dificultando o acesso deste ao patrão. Os elementos que compõem este quadro tornam o terreno propício para a emergência de tensões nas relações existentes, principalmente entre categorias diferentes (vigias e operários, por exemplo).

Por outro lado, nas oficinas/fábricas a mínima capitalização e a base técnica artesanal criavam elementos para uma relação menos conflituosas nestes espaços. Aí, o

²¹⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 118.

operário possuía um “saber de ofício”. Havia também uma menor distância social entre patrão e empregado, estando inclusive ausente grande parte da hierarquia de comando presente naquelas empresas. O patrão não constituía uma figura de difícil acesso, sua presença era tangível e despertava menos contradições. Saído com freqüência dos meios operários (portanto conhecedor da técnica profissional), era antes um modelo viável de ascensão para cada um dos seus empregados. Estes elementos presentes nestes espaços parecem explicar o número reduzido de denúncias sobre as mesmas e um maior direcionamento para as firmas estrangeiras. Estas empresas são alvos da grande maioria das denúncias presentes no jornal *Vida Operária*. Denúncias sobre falta de segurança no espaço de trabalho, acidente de trabalho, aumento da jornada de trabalho, prepotência e arrogância dos patrões, penalidades e multas, demissões arbitrárias dentre outras.

Não se pode deixar de mencionar um outro elemento presente no jornal e identificado no artigo intitulado “*A Limpeza Pública*”. Este elemento é a *denúncia sobre a admissão de trabalhadores imigrantes em detrimento dos nacionais*.

Este artigo trata das propostas apresentadas pelos concorrentes Lima Ruas, José Tolentino e Jorge Santos para celebração de contrato de prestação de serviços de Limpeza Pública. Segundo o jornal, a reunião em que os projetos e as propostas foram apresentados ocorreu no Paço Municipal e contou com a presença dos empregados da categoria, dos proponentes, das diversas pessoas gradas e dos representantes da imprensa, entre estes os colaboradores do jornal *Vida Operária*.

Os representantes do jornal *Vida Operária*, presentes na reunião acima mencionada, ao apreciarem as propostas chegaram à conclusão que não deveriam ser aceitas, pois feriam

de modo insophismavel, as disposições das leis nº 962 de 4 de Setembro de 1918 e 979 de 25 de Outubro de 1918, aquella estadual e esta municipal.

Clara nas suas interpretações, dizem as citadas Leis que, em nenhum serviço público feito administrativamente ou por arrendamento, não poderá deixar de trabalhar, pelo menos dois terços de operários e trabalhadores nacionaes, sendo os concorrentes obrigados a respeitarem, nas suas propostas estes dispositivos.²¹⁹

²¹⁹ *Vida Operária*, nº 11. Manaus, 18 de abril de 1920.

Para eles nenhuma das propostas apresentadas à superintendência respeitava essa obrigação. Desta forma, em tom de denúncia, o jornal acusou o Sr. Jorge Santos, que era o atual responsável por este serviço, de não ter admitido operários brasileiros.

Batalha²²⁰ ao falar sobre a imigração e seu impacto sobre a classe operária destacou que ela pode ser vista mais como elemento de dissenso do que de consenso entre os trabalhadores. Deste modo, os estrangeiros que chegavam a Manaus e que passavam a disputar os espaços no mercado de trabalho com os nacionais, acabavam por causar ressentimentos nestes. Ainda mais com a crise econômica existente (o que acabava por diminuir a oferta de emprego) e a preferência do patronato pelos trabalhadores estrangeiros.

Talvez isto explique a proposta de proibição da imigração presente no jornal. O discurso construído para sustentar tal proposta se baseava em dois elementos já citados: a crise econômica e a falta de trabalho.

Consoante o jornal, os imigrantes europeus que haviam se deslocado de seu continente em direção à América, mas especificamente a Manaus, poderiam ter escapado “do fuzil e da granada”, porém não escapariam das nevruras da fome oriundas da falta de emprego. A “Canaam falada” não passava de uma imagem criada, denunciava o jornal. E mais, dizia que a esperança de dias melhores, que acompanhava os imigrantes no processo de deslocamento, poderia se materializar numa grande desilusão.

A proibição da imigração estrangeira na presente epocha, em que a europa está escangalhada, e vós aqui? A braços pela falta de trabalho, vendo as vossas esposas e os vossos filhinhos nus e crus, sem terdes remédio a dar, quanto mais, quando entrar centenas de milhares de immigrants, pensando que esta terra é a Canaam fallada !...

Evitando a imigração, é uma obra de caridade, que fazeis aos vossos irmãos.

Elles escaparam do fuzil e da granada, porém não escaparão da fome ...²²¹

Muito embora em contextos e conjunturas diferenciadas, esta discussão contra a imigração não se deu só no Amazonas. Em reuniões realizadas no Rio de Janeiro, em

²²⁰ BATALHA, Cláudio. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. IN: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 166.

²²¹ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

Santos e em São Paulo, no ano de 1913, o movimento operário chegou a realizar uma campanha contra a imigração para o Brasil. Essa campanha, longe de representar uma reação contra este elemento, tinha por objetivo explicitar aos candidatos potenciais a imigração, assim como aos seus governos, as condições adversas que encontrariam no Brasil. Sobretudo numa conjuntura de perseguição e repressão ao movimento operário e ao estrangeiro em particular sujeito ao enquadramento na Lei de Expulsão de Estrangeiros elaborada e aprovada em 1907 e ampliada, em seus dispositivos no ano de 1913.²²²

Nesta linha, o jornal *Vida Operária* buscava destacar as condições adversas que os imigrantes encontrariam em Manaus. Principalmente para tentar minimizar a chegada de estrangeiros e, conseqüentemente, os atritos gerados entre estes e os nacionais. Assim, percebe-se que o tema da imigração aparece ligado a duas questões fundamentais: a concorrência no mercado de trabalho entre brasileiros e estrangeiros – e a contratação deste último em detrimento daquele – e o desrespeito à legislação que reservava 2/3 das vagas aos trabalhadores nacionais no serviço público feito administrativamente ou por arrendamento.

Das vivências e experiências os operários manauaras construíram uma série de demandas que visavam modificar e melhorar as suas condições de vida e trabalho. O jornal *Vida Operária* recepcionou algumas delas com destaque para a diminuição da jornada de trabalho (estipulada em 8 horas diárias), pontualidade no pagamento, elevação dos níveis salariais, criação de tribunais arbitrários para julgamento de conflitos entre patrão e empregado (com destaque para uma atuação do Estado enquanto árbitro da questão), estabilidade no emprego, enfim, uma série de pontos a serem discutidos e implementados.

Porém, na vigência de um regime liberal e excludente, sendo a participação política direito de uma minoria, as demandas operárias, embora atingindo mesmo que de forma modesta os espaços institucionais, pouco eram ouvidas. Desta vivência política resultou uma das principais demandas operárias – a luta por direitos políticos.

²²² GYTAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 69-71.

2. UMA PROPOSTA DE AÇÃO POLÍTICA OPERÁRIA

Sabe-se que a partir do final do século XIX o sistema capitalista em expansão assumiu uma nova fase. Esta nova fase de expansão do capitalismo contribuiu para que regiões remotas do globo fossem incorporadas ao palco da reprodução de capitais. Para Eric Hobsbawm

O fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimento de bens, dinheiro e pessoas ligando países desenvolvidos entre si ao mundo não desenvolvido.²²³

É neste contexto que a Amazônia foi incorporada ao mercado mundial, uma vez que as indústrias norte-americanas e européias exigiram uma maior demanda de matéria-prima (borracha) em virtude do surgimento do processo de vulcanização realizado por Goodyear, tornando a borracha impermeável e potencializando sua utilização industrial.

Com efeito, duas cidades sofreram profundas transformações em suas estruturas socioeconômicas em função da posição econômica assumida: Belém e Manaus. Nesta, o universo do trabalho urbano foi modificado e ampliado com o advento da urbanização oriundo deste processo de expansão da produção gomífera. Este fato produziu, no espaço urbano, um conjunto de relações sociais tensas determinadas pela contradição Capital x Trabalho.

Atento para a presença do capitalismo em Manaus, os articulistas do jornal *Vida Operária* produziram uma série de imagens sobre este sistema. Para o jornal, o capitalismo ao se fazer presente em Manaus trouxe consigo um conjunto de opressão e exploração. Longe de ter uma postura humanista, o Capital através de uma “prepotência sanguinária” queria tudo submeter. Geralmente assumia uma forma de “polvo faminto” que procurava “envolver com seus tentáculos” o operário procurando “suga-lhe a última gota de energia vital”.

²²³ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 95.

O capitalismo na imensa brutalidade de tudo conquistar tem oprimido vítimas indefeças e arrastado em turbilhões, pela ambição (...) e pelo direito da força.

O operariado esmagado, pela prepotência sanguinária do capital há de succudir o jugo em que se acha manietado, e proclamar debaixo da ordem aos quatro cantos os seus direitos conspurcados pelo próprio capital.²²⁴

A burguesia (em Manaus representada pelos representantes das firmas estrangeiras, pelos grandes comerciantes e seringalistas) sendo a gerenciadora do processo de expansão capitalista pelo globo, era acusada pelo jornal de lançar a classe operária “ao inferno”, produzindo e reproduzindo, pelas relações sociais de produção estabelecidas, as desigualdades sociais e, por meio delas, conduzindo o operário a condições precárias de vida e trabalho.

A “modernidade” e o “progresso” tão mencionado e propalado pelo Poder Público e pelo patronato como elementos que caracterizavam as nações “civilizadas”, cuja presença trazia regozijo, para os operários parecia ter um significado diferente, representando opressão, exploração e miséria.

Os operários, sentindo-se oprimidos, explorados e excluídos, construíram uma série de demandas dentre as quais se destacam a luta por direitos políticos e sociais. Para entender este ponto, principalmente a luta por direitos políticos, é preciso traçar, em linhas gerais, o contexto político da época.

No Brasil, as duas décadas finais do século XIX foram marcadas por profundas transformações políticas e sócio-econômicas que se materializaram na diluição das relações sociais baseadas na escravidão e no desgaste da ordem monárquica vigente.

É no decorrer desses processos que a República é implantada, em 15 de novembro de 1889. Para Gomes, este processo de mudança da ordem político-institucional foi, sobretudo, fruto de uma crise política.

O golpe vitorioso de Deodoro concluíra, contudo, um processo que se iniciara décadas atrás, envolvendo questões cruciais como a abolição do trabalho escravo e a participação política dos militares, e que se materializara numa campanha com significativo grau de mobilização e organização, como o

²²⁴ *Vida Operária*, nº 4. Manaus, 29 de fevereiro de 1920.

demonstra o Partido Republicano. Os interesses e a composição dos segmentos que se reuniram em nome da República são reconhecidamente diversos e complexos. A proclamação, se não é um momento de política revolucionária, é ao menos um momento de crise política que guarda uma característica fundamental dos episódios que inauguram novas experiências históricas: a instabilidade.²²⁵

Ainda segundo a autora, o momento que se segue após a Proclamação da República pode ser entendido como o da busca da definição de seus próprios contornos. Assim como outros setores da sociedade, os trabalhadores elaboraram e tornaram público a sua proposta de intervenção e participação política, numa clara tentativa de contribuir no processo de formação da Primeira República Brasileira.

Esta posição tomada pelos trabalhadores se explica pelo sentido que atribuíam à República. A sua implantação era encarada como abertura de novos horizontes, sobretudo quanto à expectativa de reconhecimento social e participação política.

Em Manaus, este sentimento quanto às potencialidades de reconhecimento e participação política no novo regime esteve presente.

Esta data, na ampulheta do tempo é inapagável e, na senda da política moralizada ella é, então – sublime e toda republicana.

É d'entre as lettras acima fluctuantes que, veio de juntarem-se dois acontecimentos na historia revolucionaria: a proclamação da República no Brazil e o apparecimento do Guttemberg na Imprensa do Amazonas.

O dia de hoje, devéras, não passará dessapercebido para os incansáveis populares de 1889, aquelles que, prasenteiros o abrilhantavam de palmas e de risos pomposamente festivaes.

A redacção d'este periódico, vivamente de jubilo, commemora e assignala a proeminente data do 2º anniversario da Republica brasileira.²²⁶

Não obstante, a desilusão quanto a esta possibilidade foi gerada a partir do momento em que o novo sistema político se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária.²²⁷

²²⁵ CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo... Op. Cit.*, p. 19.

²²⁶ *Gutenberg*, nº 1. Manaus, 15 de novembro de 1891.

²²⁷ BATALHA, Cláudio. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. IN: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 173.

A passagem da “esperança” para o “desencanto” ocorreu a partir do rumo que se traçou para a República. Neste sentido, em linhas gerais, dois grandes projetos de República (com propostas crescentemente polarizadas) se colocaram em disputa entre os anos de 1892 a 1904. De um lado, os partidários de um governo forte, centralizador, intervencionista, cuja tarefa era promover o “progresso”²²⁸ do país. Era uma proposta nitidamente positivista em sua inspiração básica, combinando as idéias de um Estado forte e democrático, já que voltado para o desenvolvimento econômico e para o “progressivismo social”. Do outro lado, situava-se a proposta elaborada pelo republicanismo civil e liberal de núcleo conhecido como o dos republicanos históricos paulistas. Tratava-se de construir uma República Liberal Excludente, federalista, francamente agrarista e ortodoxa em termos de política financeira.²²⁹

A segunda proposta se sobrepôs a primeira a partir da presidência de Campos Salles. Mas já nos anos iniciais da implantação da República podemos perceber esta tendência por meio do texto produzido em 1891 a respeito dos direitos políticos.

Pelo texto de 1891 teriam direitos políticos – seriam cidadãos plenos – todos aqueles maiores de 21 anos que fossem alfabetizados. Eliminava-se o requisito da renda, mas mantinha-se o indicador social como o saber ler e escrever ao mesmo tempo em que se eximia o Estado da obrigação de dar instrução primária, o que existira no período imperial.²³⁰

Este texto alijava uma parcela significativa da população brasileira do exercício do voto, tornando marginal a sua participação política. Como agravante deste processo de exclusão política, tem-se a elaboração de alianças entre as oligarquias que conduziam à política em nível federal com as que conduziam a nível estadual e municipal (Política dos Governadores).

²²⁸ Progresso entendido, segundo Gomes, como o reverso do atraso colonial, ou seja, da herança do domínio português, que permanecia viva numa economia exclusivamente agrária e numa sociedade de privilégios estatuídos. Por isso, o progresso comportava a atenção para as atividades da indústria e do comércio nacional (e não português) e permitia vislumbrar uma sociedade mais permeável à incorporação ordenada do trabalhador assalariado, enfim, uma sociedade mais aberta ao povo. CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo... Op. Cit.*, p. 39.

²²⁹ Idem.

²³⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 45.

Nesta relação de alianças, a harmonia e os atritos caminhavam em paralelo. No Amazonas a situação não era diferente, embora os atritos entre os poderes estadual e federal fossem profundos por conta da posição marginal dada a região pelo Poder Central. Entretanto, tais atritos políticos se intensificaram no decorrer da década de 1910 e 1920. Contribuíram para este processo tanto a crise econômica, que acabou agudizando as crises políticas que emergiam das dissensões no interior do Partido Republicano Conservador do Amazonas, quanto à posição do Poder Central²³¹ frente aos conflitos que emergiam entre as facções locais. Deste modo, os conflitos políticos regionais assumiam a característica de disputas movidas por interesses particulares e específicos, sobre os quais as facções digladiavam-se pelo controle do poder. Fato que, segundo Santos, se expressa *“na dualidade do Legislativo e pela violação das leis que regiam o processo eleitoral”*. Em 1912, por exemplo, *“realizaram-se eleições para a Assembléia, havendo duplicata de apurações e reconhecimentos”*.²³²

O jornal Vida Operária materializa os conflitos e as características da política local por meio das críticas elaboradas contra o chamado “desvirtuamento” do regime republicano. Os conflitos políticos entre as facções pelo poder, a utilização das instituições a serviço de interesses particulares, o uso do erário público para deleites pessoais são mencionados. Os interesses particulares em jogo, que se sobrepunham aos coletivos, eram tidos como elementos contributivos da situação de marginalização e desamparo vivido pela classe operária.

Os entrecosques políticos, que seguramente já há quase um mez, vem constituindo a principal ordem do dia aqui em Manaus ou para melhor dizer, em todo o Amazonas e no paiz inteiro perante os verdadeiros responsáveis pelo destino da nossa terra, não passam os mesmos de uma peça verdadeiramente cômica no cenário amazonense; cuja paixão política de uns e os interesses inconfessáveis de outros, só nos pode é trazer o descrédito como habitantes que somos desse tão opulento e quão infeliz Estado.

(...)

Em tudo isso o que vemos?

é mais do que a negação da lealdade e da pureza do regimen das nossas instituições concretizadas no interesse do próprio eu; do que o resultamento do

²³¹ O Poder Central deixava de intervir na política local, deixando-a que fosse conduzida por interesses próprios e que as facções se digladiassem para assumir o poder, desde que seus interesses não fossem atingidos.

²³² SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2001, p. 53.

bem estar deste Estado e da sua própria colectividade, na verdadeira senda do seu pleno evoluir.²³³

A condução do Regime Republicano realizada pelos grupos oligárquicos e a conseqüente exclusão política e social existentes contribuíram de forma incisiva para que o operariado realizasse uma série de contraposições. Desta forma, algumas respostas foram elaboradas pelos operários para combater a situação política e social vivida neste momento. No jornal *Vida Operária* existe uma proposta de participação política. Nela três elementos são considerados importantes para a luta operária, são eles: a associação, o partido e o próprio jornal.

Com relação ao primeiro ponto eram constantes as tentativas de esclarecimentos acerca da importância da organização dos operários em torno de organismos que os representassem. Em contrapartida, percebe-se uma preocupação quanto à falta de organização. Neste sentido, apontava-se para as dificuldades advindas no processo de enfrentamento contra as *“imposições”* e os *“desmandos”* do patronato, uma vez que, com a falta de organização, as possibilidades de intervir para a modificação das condições de trabalho e vida diminuía.

A própria atuação do patronato em construir associações para tratar e discutir assuntos referentes ao universo do trabalho era destacado, reforçando a imperiosa necessidade de congregação dos operários, caso contrário, corriam riscos de serem *“inutilizados pelo braço potente do Capital”*.

Operários, martyres da democracia moderna, escravos da prepotência do capital, abnegados da sorte escutae, e pretae como verdadeiros apóstolos, nesse momento de convergimento os vossos esforços em pról da sacro-santa causa da immancipação dos povos.

Não vacileis um só instante, não percaes um só momento – congregae-vos, - porque um momento de vacilação, redundará num aniquilamento inqualificável para vós que, sois a força motora, de tudo que se vê nesse immenso orbe!

organização é o mais forte baluarte, é a mais viva manifestação, é a arma da defeza, é o reducto impenetrável da conquista dos direitos de uma classe e de um povo!

²³³ *Vida Operária*, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920.

São amesquinados, vituperados, trucidados e finalmente escravizados pelo braço potente do capital, os operários sem organização, porque é um rebanho sem pastor e um exercito sem comando.

Urge pois o congressamento de todas as classes para o operariado ser forte, poderoso, coeso e valoroso porém, se ellas continuarem nessa indolência inexplicável, as suas dores multiplicarão mil vezes mais, porque a burguezia está sempre apostos.²³⁴

A associação era vista como um instrumento capaz de produzir “união” e “coesão”, elementos considerados necessários ao processo de luta operária. Ainda, em seu interior, era possível abrir espaço para discussões acerca de temas referentes às questões de trabalho e vida da classe operária. Certamente, a associação, enquanto organismo institucional constituído juridicamente, possibilitava uma maior articulação interna, congregando os operários e veiculando suas demandas de uma forma mais segura.

Para Batalha²³⁵ o mundo associativo criado era em parte a resposta produzida pelos trabalhadores frente a um sistema político que os colocava à margem da sociedade. Ainda segundo o autor, o associativismo criado se materializava por meio de uma rede extremamente diversificada e rica de associações.

O próprio jornal aqui abordado expressa as diversas formas associativas existentes: Associações Benéficas, Associações Mutualísticas, Sindicatos, Uniões, Federações e Sociedades (União Benéfica dos Foguistas, União dos Marinheiros, Sindicato Operário dos Cigarreiros, Sindicato dos Estivadores, União Operária Nacional, Centro Operário, União dos Pedreiros, Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas). Essa gama variada de associações expressa a construção de um espaço de discussão política. Porém, a construção e manutenção deste espaço no período histórico da Primeira República exigia uma constante superação das dificuldades presentes na constituição dos arranjos associativos (problemas de associalização, financeiros, perseguição política, etc.).

Neste ínterim, Pinheiro²³⁶ ao falar sobre a organização política dos estivadores destacou os três momentos de seu arranjo associativo. Num primeiro momento, com a estréia dos estivadores no cenário das confrontações políticas com o patronato manauara

²³⁴ *Vida Operária*, nº 5. Manaus, 07 de março de 1920.

²³⁵ BATALHA, Cláudio. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva...* Op. Cit., p.180.

²³⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999, p. 143.

em 1899, sem organismo representativo. Em outro momento, entre os anos de 1909 e 1914, com a subordinação da categoria a associações mutualísticas (União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores, Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas) legalmente constituídas, com estatutos definidos e uma liderança eleita em Assembléia Geral. Por fim, o Sindicato dos Estivadores, fundado em 1914.

A criação de três associações distintas (União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores, Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas e Sindicatos dos Estivadores) num espaço de tempo tão reduzido (6 anos) não deve levar a uma percepção de que a organização de uma categoria como a dos estivadores fosse algo fácil de ser realizado. Na verdade, se esses dados indicam que estava havendo um debate interno e que tal debate estivesse apontando para a necessidade de criação de entidades congregadoras para levar a frente às reivindicações dos trabalhadores – mais difíceis de serem encaminhadas individualmente e sem uma articulação coletiva mínima – por outro lado, a própria sucessão dessas entidades indica, ou a dificuldade de manutenção desses organismos por parte dos estivadores, ou a ineficácia dessas associações para conduzir uma pauta mínima de reivindicações, o que geraria desânimo e/ou inconformismo capaz de mover os associados a substituir aqueles organismos por um outro modelo que se afigurasse mais eficientes.²³⁷

Este exemplo possibilita, em termos de constituição dos arranjos associativos, perceber as dificuldades enfrentadas pelos grupos que tomavam a iniciativa de se organizar.²³⁸

Em que pese às dificuldades existentes, os esforços e a persistência de grupos que se direcionavam para tal fim eram significativos. Nesta linha, atuou o jornal *Vida Operária*, atribuindo à associação um peso significativo para a construção da participação política dos operários²³⁹. Porém, como afirma Batalha, *“a capacidade e mesmo à vontade por parte dessas sociedades de buscar espaços na política formal eram relativamente*

²³⁷ Idem.

²³⁸ No que tange as Associações Mutualísticas, a presença do patrão se fazia forte no corpo administrativo, o que poderia limitar a atuação política a favor dos operários. Em contrapartida, o Sindicato poderia se configurar como um instrumento de maior autonomia. No entanto, as reflexões sobre o movimento operário têm demonstrado que as tensões internas entre as lideranças e as bases (surgidas pela falta de sintonia em torno de objetivos a serem traçados, de ações a serem desenvolvidas e de propostas a serem estabelecidas) se dão mesmo sobre a vigência de um sindicato e que as tentativas de cooptação patronal não deixam de existir. De qualquer forma, a pressão existe em todas as formas de associação, em menor ou maior grau, sendo a busca pela autonomia uma constante luta do movimento operário.

²³⁹ O próprio mundo associativo representava um espaço de participação política, pois se configurava como uma espécie de contra-sociedade onde os operários se posicionavam por meio de opiniões, propostas e críticas a determinados aspectos da sociedade capitalista e dentre outros assuntos. Ver BATALHA, Cláudio. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva... Op. Cit.*, p. 180.

*limitadas. Coube às organizações de cunho eminentemente político, os partidos operários, desempenhar este papel”.*²⁴⁰

O Partido Operário é o segundo elemento da luta operária. Observa-se que o jornal não deixa de mencionar em suas páginas a necessidade de constituição de um Partido Operário. Este fato indica que, para os articulistas, havia uma compatibilidade entre as questões do trabalho e as da República que resultaria do entendimento da defesa dos princípios clássicos de igualdade e fraternidade, que se concretizaria pela incorporação dos operários (e do povo em geral) numa ordem econômica (novo regime de trabalho) e política (nova forma de representação).

As nossas leis, constitucionaes, são as mais libérrimas possíveis, porém o ouro, o celebre ouro e a ambição dos homens têm as reduzido a um papel sujo, os direitos do povo a uma garrafa de vinagre com o rótulo de champagne.

Faz-se preciso que o operário surja, que os governos dêem liberdade ao povo e que esse povo se eduque, se organize, se constitua, se remodele, e retoque as nossas próprias leis, para que ellas não sejam um facto e sim uma verdade.

É preciso que o lemma do regimen que nos governa que é o de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, não mais se conserve nessa fictícia illusão, servindo tão somente de reclamo garrafal, para esse burgo podre que é o povo.²⁴¹

No seu primeiro número, por meio da apresentação de seu programa, o jornal já havia delineado as linhas gerais da atuação política a ser defendida. Esta atuação obedeceria *“as leis constitucionaes deste paiz de liberdade”* e representaria o desejo do operário de ter *“o seu direito na vida social”*.

Os diretores e colaboradores do jornal propunham como elemento de inserção dos operários na vida política, o partido político, uma vez que o mesmo era um instrumento reconhecido pela nova forma de governo. Em torno dele os operários se organizariam e se mobilizariam em prol de suas causas, articulando um conjunto de ações e reivindicações a serem defendidas e implementadas.

Daí o esforço, dos expoentes que colaboravam na produção do jornal (Elesbão Luz, diretor do jornal, Anacleto Reis, Nicodemos Pacheco colaboradores, e outros) de fundar um Partido Operário Amazonense.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ *Vida Operária*, nº 15. Manaus, 16 de maio de 1920.

No domingo p. p. realizou-se a primeira reunião anunciada no theatro Alcazar para a fundação do Partido Operário Amazonense. As 9 ½ horas da manhã, na presença de um avultado número de operários, o sr. Cursino Gama, abriu a sessão, expondo aos assistentes o fim da reunião, e em seguida deu a palavra a quem della quizesse fazer uso.

Falaram os operários Nicolau Pimentel, Raymundo Rodrigues, Anacleto José dos Reis e Nicodemos Pacheco.

Depois de alguns debates, foi aprovado a fundação do partido, adherindo a idéia, a totalidade dos assistentes.

Hoje as mesmas horas e no thetro Odeon deverá se realizar nova reunião, afim de ser aprovada a regulamentação do Partido.

Concitamos ao operariado em geral para comparecer a reunião de hoje.

Esta redacção fez-se representar pelo nosso director.²⁴²

Ângela de Castro Gomes²⁴³ analisando a proposta dos Partidos Políticos elaborada por dois jornais socialistas nos anos iniciais da República (o Echo Popular, criado por Luís França e Silva e A Voz do Povo, por José Augusto Vinhaes) aponta que o grande objetivo de ambos era a resolução da questão social. As reformas sociais desejadas só poderiam vir através das leis e estas só se fariam com a existência de mais representantes das classes trabalhadoras no Parlamento. Daí a necessidade do Partido Operário e da defesa de seu objetivo específico.

O jornal Vida Operária procurava desenvolver idéias e ações nesta linha como sugere o trecho extraído de suas colunas.

E uma vez que o nosso operariado trabalhem em suas sociedades, e estabelecendo entre os seus associados várias conferencias neste sentido e lendo ao mesmo tempo os mais necessários tópicos da Constituição Brasileira, e, sobre tudo na parte que se refere aos direitos civis e políticos do cidadão; creio ser mais que o bastante, para que cada associado se compenetrem dos seus principaes direitos e deveres.

E uma vez se trabalhando com esse intuito, tempo virá que quando se tratar de qualquer renovação para Câmara ou para o Senado da República, os companheiros serão, não enxergados por um occulo, mas sim reivindicados nos seus direitos representativos.²⁴⁴

²⁴² *Vida Operária*, nº 18. Manaus, 13 de junho de 1920.

²⁴³ CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo... Op. Cit.*, p. 32-33.

²⁴⁴ *Vida Operária*, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920.

Percebe-se que a representação no parlamento é mencionada, o que evidencia a existência de uma tática de luta: a parlamentar. A proposta política defendida e difundida pelo jornal apontava para a fundação de Associações Operárias ligadas a um Centro Federativo (cada Estado da Federação teria o seu). Este Centro se ligaria a Confederação do Trabalho cuja sede seria na Capital Federal. O Partido Operário estaria ligado ao Centro Federativo e teria âmbito nacional.

O objetivo era articular os operários em associações ligadas a um Centro que por sua vez estaria articulado com o Partido Operário que se empenharia em lançar nomes para participar do processo político-eleitoral a fim de eleger representantes que atuariam no sentido de realizar, via legislação, as reformas sociais.

Em virtude de problemas ocorridos no decorrer do pleito governamental²⁴⁵, realizado em 14 de julho de 1920, foi produzido e veiculado um artigo reforçando esta proposta de participação política.

E ao concluir estas desalinhadas linhas, companheiros, o que só nos resta fazer apesar de todos os dissabores, é nos arregimentarmos no grande Partido Operário Socialista Amazonense; procurando difundir a instrução entre as classes; e de entre nós elegermos os nossos candidatos (por nos ser facultado esse mesmo direito); quer perante o Congresso do Estado como do Município...²⁴⁶

Nesta construção de “cidadania operária”, a associação e o partido político eram postos em relevo. Quanto ao terceiro elemento da luta operária, o jornal, este assumia a função de atuar no sentido de difundir a proposta, procurando conscientizar e mobilizar a classe operária para tal ação política.

3. O VIDA OPERÁRIA FRENTE A SITUAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA NO AMAZONAS

²⁴⁵ Problemas de vigilância e controle do pleito pelos situacionistas, de compra e venda de votos – chamada pelo jornal de “agiotagem do voto” –, corrupção, etc.

²⁴⁶ *Vida Operária*, nº 21. Manaus, 25 de julho de 1920.

É somente reconstituindo a proposta de participação política operária veiculada pelo jornal que se pode compreender algumas questões presentes em suas colunas.

A primeira delas é a *posição contrária à greve*. Esta era considerada como produtora de “*enormes prejuizos*” para a organização sócio-econômica e política de uma cidade, colocando-se em “*completo sobresalto a sua coletividade*”.

Além disso, o impacto causado pela greve no meio operário era visto de forma negativa. A tendência deste impacto era conduzi-lo “*a eterna ruína, por um viver constante no desespero revolucionário...*”. Ainda sobre este ponto, o operário grevista ou manifestante era encarado pelo Poder Público e pelo patronato como “*indesejável*”, “*elemento perigoso*” à organização do trabalho e a ordem pública.

Em artigo intitulado *Outro Rumo*, produzido por Guilherme de Oliveira, redator do jornal *Vida Operária*, a greve e seus resultados contraproducentes eram destacados.

... não desejo que fique sem uma explicação justificativa quanto aos resultados contraproducentes da greve. Supponhamos que os operários mal satisfeitos por motivos diversos, sendo o principal o salário, se manifestem em greve pacífica, geral ou não. Ora, é facto incontestável que os patrões nunca cedem imediatamente essas exigências, aliás muito justas, por julgarem uma imposição, e começam as delongas em accordos, intervenções e arbitragens, para ganhar tempo. Os operários resistem, mas com o estomago a reclamar o necessário e escasso alimento, não só os seus como os de suas famílias. Vam mais – as necessidades públicas – inadiáveis, e que os governos estão na obrigação de sanar a todo custo, e são sanadas com pessoal estranho, e obrigado, caso este observado nas greves geraes. Os operários protestam vão a praça pública justificar o seu protesto! Desesperados de fome censuram os que lhe deram o furo, e nessa censura saem fora dos limites, e zás!!...

Quando não são mortos ou espancados ali mesmo, são depois de alguns dias de prisão deportados como perturbadores da ordem pública.

Como isto é edificante, como isto é belo mesmo, para quem satisfeito por tudo quanto de intamante experimentou o insoburdinado operário, cede algumas pequenas regalias!!

E depois? Lá vae no outro dia o infeliz das ocasiões – (pois seja dito de parte que ao operariado que sabe fabricar e conhece os direitos aos quaes é expoliado só as ocasiões o pode fazer infeliz) – a passos vacilante, acabrunhado, maldizendo a sorte, conciso de que se nada pode adquirir em diversos annos de trabalho, que lhe pudesse ser útil numa situação como esta, não será em pouco tempo, que poderá recuperar o que perdeu com a sua obstenção, ainda mais quando sabe que as vantagens que lhes consideram não são duráveis e a qualquer pretêsto lhes vão sendo diminuídas e augmentadas as suas obrigações.

Nas greves de classe, acontece a mesma coisa, crescendo a circunstância que nem sempre a adesão é total, assim como também classes há, que com o aumento, mais lucram os patrões do que o operário, pois se aqueles aumentam cinco, cobram dez no objecto vendido, especialmente aos operários a quem acusam como causador da alta que sofreu a mercadoria, e nos comentários com os colegas dizem: - das costas do consumidor é que há de sahir a diferença – e ainda gabam-se de ter feito bom negócio.

Haverá ainda quem possa crer nos bons resultados de greves?

Quando além de tudo quanto fica dito, o operário se não adquiriu um inimigo perigoso creou para sua classe um desaffectedo constante...

Nos resultados econômicos que nós supomos tirar proveito, de algumas vantagens, está provado com os factos que todos estes são ephemeros, como ephemerias são todas as tentativas, que não tem por base os meios previdentes que nos proporcione uma acção directa, legalmente concedida e que nos garanta o nosso bem estar, sem encomodar-mos a quem quer que seja...²⁴⁷

Através das argumentações do redator, não só a posição referente à greve é explicitada, e isto ao mesmo tempo em que a proposta política defendida era reforçada, por meio do caminho (Rumo) a ser seguido e dos elementos legalmente concedidos (Partido, Voto, Eleição, Parlamento, Leis, etc.) presentes nele, como também se encontram indícios quanto a problemas e conflitos vivenciados pelos ativistas.

Dentre esses conflitos destacam-se o tempo decorrido durante o processo de negociações (quanto mais demorada a negociação, maior as dificuldades financeiras enfrentadas pelos operários em parede, em virtude da suspensão dos vencimentos, ocasionando, sobretudo, a falta de acesso aos gêneros de primeira necessidade), a presença de fura-greves (o qual, arregimentado pelo patronato e pelo Poder Público, procurava manter em funcionamento as atividades paralisadas, prejudicando, desta forma, o sentido da paralisação e contribuindo para o surgimento de conflitos entre ambos – fura-greves e grevistas), a repressão e perseguição política (instrumentos destinados àqueles que caminhavam de forma contrária as normas e regras estabelecidas), a falta de adesão (problema enfrentado pelo movimento operário) os resultados de caráter efêmeros e outros.

A segunda questão se refere à *situação política do operário amazonense*. As imagens criadas pelo jornal são de “*passividade*”, de “*inércia*” e de “*indifferentismo*”. O operariado era acusado de não se importar com as questões que o afligiam, de estar

²⁴⁷ *Vida Operária*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920.

impossibilitado, pela falta de vontade e de compreensão da importância da articulação e ação política, de encampar uma luta visando à modificação de sua situação de trabalho e vida.

E vós operários do Amazonas, porque vos deixais levar, sem direito e sem força, sem honra e sem integridade, algemado qual Prometeu, pela via dolorosa da inépcia?

Quebrae essas algemas que vos prende os pulsos, lavae esse borrão que vos engrandece a alma, marchae exposto embora as intempéries do destino que vos reclama o sacrifício.²⁴⁸

Era justamente neste ponto que se daria a atuação do jornal *Vida Operária*, que se propunha a rasgar esse “*véu do indifferentismo*” presente no seio das classes laboriosas, arregimentado-as em torno de seu programa.

Quanto à *instrução*, terceira questão encontrada em seus artigos, era vista como relevante em dois sentidos. Num primeiro momento como geradora de conquistas intelectuais, morais, sociais e econômicas. Neste sentido, a instrução era o elemento necessário ao “*desenvolvimento colectivo*” e “*engradecimento*” de um país.

Também um outro ponto que devemos ter demasiadamente em vista, é a parte que diz respeito a generalização por demais intensificadora do ensino instructivo no seio das classes proletárias

É esta portanto, uma das ideas que devem ser preconizadas dentro das leis sociaes do nosso operariado ...

Pois, como todos nós sabemos; a instrucção é a grandeza, a alma e a vida de um povo, e o grande progresso de uma Nação.

Procuremos, por tanto, instruirmo-nos, caros companheiros, visto como tão somente devido a instrucção, foi que a ort’ora grande Alemanha; bem como a Bélgica, a Itália, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte, se constituíram os principaes Países do mundo!

E o que foi que deu lugar a tudo isto?

Respondo-vos.

Foram os diversos inventos das variadas industriais, entrando como parte activa, o conhecimento da mathematica, da phisica e da chimica; verdadeiras forças motoras, que em auxílios dos seus trabalhos de arte, lhes foram dado a executar.

²⁴⁸ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

Eis ahi portanto, como foram accumulados nos vários paizes que ora me refiro, esses grandes capitaes de operários.²⁴⁹

Por outro lado, ela se colocava como fundamental para garantir a inserção do operário na vida política. Como já foi mencionado, a Constituição de 1891 estabelecia que somente teriam direitos políticos as pessoas maiores de 21 anos que fossem alfabetizados. Para que o operário pudesse votar e ser votado, era preciso que atingisse esta condição. Portanto, uma vez estabelecida e defendida a luta parlamentar, a instrução tornava-se necessária.

Também não faltará quem deseje ser apresentado pelas classes operárias, porque terão plena certeza, que ella estará daqui a um certo tempo inteiramente poderosa, conquistando assim os seus verdadeiros ideais.

E por essa razão, concitamos aos nossos companheiros ainda não instruídos, que procurem as escolas afim de se alimentarem com o verdadeiro pão espiritual da instrução!

O mundo caros companheiros, só se acaba é para quem morre.

Não perdemos portanto as esperanças da victoria, a qual um dia será nossa.²⁵⁰

Em virtude disso, o jornal apoiava projetos que buscavam implantar a instrução, inclusive no interior da associação, procurando incentivar a sua viabilização mesmo com as constantes dificuldades de ordem econômica e política presentes neste momento histórico.

Com relação ao *voto e a eleição*, estes elementos aparecem como importantes. Pode-se notar este fato tomando por base os artigos publicados no jornal *Vida Operária* sobre a sucessão governamental. Esta tinha uma data específica a ser realizada, 14 de julho. Assim, a partir do dia 04 de abril de 1920 o jornal passou a veicular uma série de artigos comentando este fenômeno. Neste espaço de tempo – entre 04 de abril a 14 de julho – estes artigos, que se fizeram presentes em 12 números consecutivos, tinham por objetivo explicitar posições e opiniões a respeito do tema.

Desta forma, percebe-se que a eleição se apresentava como um fenômeno que possibilitava ao operário se manifestar e atuar no sentido de colocar nos espaços formais

²⁴⁹ *Vida Operária*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920.

²⁵⁰ *Vida Operária*, nº 16. Manaus, 30 de maio de 1920.

de decisão política pessoas que olhassem para os problemas e para as insatisfações presentes no mundo do trabalho. Homens que se comprometessem a defender as demandas operárias.

Por outro lado, aqueles que se distanciassem destas demandas, desconsiderassem a causa operária e se fechassem na defesa de interesses específicos e particulares eram denunciados. A posição do jornal era contundente na condenação desta prática.

Alerta operários!

Ribomba os horisontes políticos, pesada trovoadas; cruzam na imensa órbita da politicalha, relâmpagos de opiniões; o infinito espaço, enegrece-se de candidaturas e, copiosa chuva de promessas, ameaça cair sobre o infeliz povo do Amazonas!

Operários não vos assusteis!

São elles, sempre elles, de todas as epochas, de todos os tempos!

Sim! São elles, que ahi vem com as suas promessas legendárias!

Todos elles, apresentando-se com direitos adquiridos pelos serviços prestados, mas, - todos esses serviços, estão plenamente comprovados, que não foram para o povo!...

Milhões de promessas, grandes empreendimentos, colossaes problemas, enormes melhoramentos (...) passadas as eleições? Todos esses castellos não passaram nem passarão de confeccionados estratagemas adredemente preparados, para serem lançados ao povo.

(...)

Uma vez reconhecidos e empoleirados, afirmam que sua vitória, dependeu exclusivamente do prestígio de seu partido, depois desconhecem o eleitorado, renegam os amigos, trahem a sua própria política, e acabam fazendo do erário público balcão de negociatas.

(...)

Diante de todos esses factos, nós operários (...), o único eleitor, poderemos assistir passivos a todas essas farças lançadas sobre nós, sem o menor protesto?

Não! Mil vezes não!

Deveremos compenetrados nas nossas forças, nos nossos direitos, repelir todos aquelles que, pelos seus actos tenham demonstrado o quilate de seu character.

Devemos reagir moralmente com todo o furor de nossa dor, esses vendilhões banaes, que vendem o seu character, e tentam subjugar o nosso e o nosso trabalho...²⁵¹

²⁵¹ *Vida Operária*, nº 10. Manaus, 11 de abril de 1920.

O instrumento capaz de repelir aqueles que marginalizavam as demandas do operariado é o voto. O voto era a operacionalização ao mesmo tempo do protesto e da renovação e mudança. Por meio deste instrumento, o operário poderia retirar ou inserir candidatos na cadeira governamental ou no parlamento. Neste sentido, o jornal alertava para a importância do debate e da discussão, no seio das sociedades operárias, de nomes que se alinhavam com a causa operária.

De dezenas de nomes apresentados a curul governamental, apresentam-se três que se destacam por batejos de correntes opostas. Não queremos hostilizar este ou aquele, porém orientamos ao Povo principalmente ao operariado em geral que devemos cerrar fileiras ao lado daquele que consultar os interesses do povo.

Devemos trabalhar com todas as nossas forças ao lado daquele que nos garanta a queda do patronato e a regulamentação entre o Capital e o Trabalho, por que são as aspirações dos nossos idéas, e será um passo agigantado que daremos na evolução da nossa vida associativa.

(...)

Avante operários!

(...)

É chegado o momento das nossas reivindicações!

Cada operário, deve correr as urnas sufragando um nome... ²⁵²

Tanto a eleição quanto o voto eram destacados como essenciais. Não obstante, o processo político-eleitoral trazia consigo problemas que afetavam a classe operária. Um deles, denunciado nas páginas do jornal *Vida Operária*, referia-se a “*agiotagem do voto*”. Por meio dos artigos publicados esta prática era informada e condenada, uma vez que era encarada como nociva à organização e luta dos operários. A “*agiotagem do voto*” era destacada e apontada como extremamente danosa capaz de gerar não somente a falta de dignidade como também a “*delapidação dos direitos*” operários.

Em artigo intitulado “*Fascinação do Ouro*”, as bases desta prática eram externadas. Segundo o artigo “*o ouro na sua faina de tudo conquistar*” pretendeu imperar contra a consciência do próprio homem, sobretudo daquele que vive próximo da fome, uma vez que “*na fome e na nudez o ouro tem mais brilho*”. Os “*burocratas*”, convencidos

²⁵² *Vida Operária*, nº 17. Manaus, 06 de junho de 1920.

deste fato, “*aproveitaram-se da falta de fé de uns, da fraqueza e covardia de outro*” para implementar tal ação.²⁵³

Em que pese à presença desses elementos (eleição, voto e compra e venda do voto), é preciso dizer que o número de operários que participava do processo político-eleitoral (como candidato, mas, sobretudo como eleitor) era reduzido. Como já se falou anteriormente, no sistema que vigorava votavam apenas homens, brasileiros, maiores de 21 anos, alfabetizados e alistados como eleitores, o que alijava do processo um número significativo de operários. Neste sentido aponta Cláudio Batalha

Todo o processo eleitoral era controlado pelo partido situacionista, propiciando fraudes, e não havia voto secreto, deixando os eleitores a mercê de todo tipo de pressão. Assim, durante a Primeira República, as eleições de candidatos operários foram fenômenos raros, limitados a uns poucos casos: como o do tipógrafo João Ezequiel, eleito deputado estadual, em 1913, em Pernambuco graças a sua inclusão na lista oficial do governador general Dantas Barreto; e, em 1928, a eleição dos comunistas Minervino de Oliveira e Octávio Brandão para o Conselho Municipal do Distrito Federal pelo Bloco Operário e Camponês. As características do funcionamento dos legislativos, com garantia de ampla maioria para o situacionismo, tornavam as eleições de eventuais candidatos muito mais um feito propagandístico do que uma possibilidade para mudanças significativas no sistema político.²⁵⁴

Manaus parece não fugir a este quadro. Os documentos não apontam, para o período da Primeira República, operários amazonenses ocupando o parlamento estadual ou o conselho municipal. Entretanto, a posição do jornal frente aos aspectos mencionados se deve a duas questões. A primeira é que seu diretor e seus colaboradores, não pertencendo à classe operária (eram professor, funcionário público, poeta, etc.), mas direcionando o jornal a ela e tratando de conteúdos referentes ao universo dela, votavam (assim como os operários qualificados) e buscavam, por meio dos dispositivos constitucionais (dos direitos civis e políticos), apresentar a possibilidade de participação do operário no processo político-eleitoral, e neste sentido a associação, o partido e a instrução eram fundamentais.

A segunda questão consiste em lançar críticas ao sistema vigente e, a partir da repercussão delas, pressionar moralmente as autoridades a fim de gerar uma reforma

²⁵³ *Vida Operária*, nº 21. Manaus, 11 de julho de 1920.

²⁵⁴ BATALHA, Cláudio. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva... Op. Cit.*, p. 180-181.

política. Não se pode deixar de mencionar que embora o jornal *Vida Operária* se dirigisse ao operariado em particular, volta e meia, estendia-se ao Povo, sobretudo no momento que antecedeu ao processo de sucessão governamental, o que se coloca como um importante indício na direção desse processo.

Enfim, o jornal *Vida Operária* defendia três elementos como suporte da luta operária por direitos políticos e sociais: a associação, o partido e o próprio jornal. Não negava o regime republicano (mas sim a forma como estava sendo conduzido), não negava o processo político-eleitoral (mas sim o sistema que vigorava e que excluía uma parcela significativa de operários e populares) e aceitava a colaboração entre as classes.

4. CONSCIÊNCIA E COLABORAÇÃO DE CLASSE NO *VIDA OPERÁRIA*

A colaboração entre as classes é destacada em pelo menos três artigos. No entanto, este tema é preciso ser tratado com atenção, cuidado e cautela, visto que, uma análise superficial, tende a reforçar idéias de submissão, manipulação e controle por parte dos setores políticos e econômicos dominantes sobre aqueles envolvidos na produção do jornal e das notícias veiculadas.

Neste sentido, ao entrar em contato com alguns documentos oficiais da época é possível observar alguns conflitos que saltam de suas páginas e que podem explicar esta questão. Geralmente os conflitos envolviam quatro grupos: as empresas estrangeiras concessionárias dos serviços urbanos, o poder público, setores do comércio manauara e segmentos médios urbanos. No que tange aos dois primeiros grupos a relação estabelecida era tensa e conflituosa, principalmente quanto às questões referentes à responsabilidade sobre a realização de determinados serviços no interior do espaço urbano. Assim, alguns embates ocorriam como o estabelecido entre a *Manáos Tramways* e o poder público. Aquela ao ampliar ou fazer reparos e manutenções nos trilhos dos bondes acabava por danificar as ruas e calçamentos centrais da cidade sem, no entanto, consertá-los, causando insatisfações e discussões na esfera pública estadual. Esta

situação era criticada não só na imprensa diária como também nas mensagens dos intendentes municipais.²⁵⁵ Este fato contribuía para que constantemente emergissem conflitos entre ambos. Além disso, setores do comércio manauara por serem prejudicados pela situação precária das ruas e calçamentos acabavam engrossando os embates, ora criticando a atuação das empresas estrangeiras, ora cobrando uma posição enérgica do poder público estadual para resolver o problema.

Cabe destacar também que algumas denúncias veiculadas nas páginas do jornal *Vida Operária* contra a *Manáos Tramways* chegavam mesmo a extrapolar as questões referentes ao universo do trabalho, estendendo-se ao universo do consumidor dos serviços prestados pela empresa (setores médios urbanos).

Os srs. Cascabulhos da Tramways, amparados por meia dúzias de homens, dirige desastradamente, a seu bel talante, sem que haja uma providência, quer do governo, quer do povo que vem soffrendo os seus absurdos inqualificáveis.

Essa companhia exige como é sabido um depósito em dinheiro dos seus consumidores!

Ora esse depósito sobe a uma somma avultadíssima dado ao grande número de instalações existentes nesta capital e que depositada numa casa bancária, produzirá juros fabulosos, em proveito dessa hydra, sem que ella, offereça a menor vantagem ao consumidor, a não ser deixa-lo as escuras, como tem acontecido muitas vezes.

E os audaciosos srs. Da Tramways, em que baseia semelhante estorsão aos consumidores?

No inqualificável contracto?

(...)

A Manáos Tramways, não passa de um verdadeiro sorvedoiro das rendas do Estado, parasita do fisco federal e sangue-suga do povo.²⁵⁶

Com efeito, os elementos responsáveis pela publicação do jornal buscaram estudar o contrato desta empresa com o objetivo de encontrar dispositivos não cumpridos ou atuação considerada irregular. Assim, destacaram que “os trilhos empregados na construção, não são os estipulados no contracto, assim como as linhas

²⁵⁵ O próprio jornal *Vida Operária* denunciou esta situação em suas páginas: “A companhia alem de lesar o Estado, de menospresar as nossas leis, com pleno consentimento de quem quer que seja, ainda estraga os belíssimos calçamentos de nossa Urb, com seus constantes concertos, nas suas podres linhas, como poderemos ver alli, no fim da rua 10 de julho e outros pontos...” *Vida Operária*, nº 10. Manaus, 11 de abril de 1920.

²⁵⁶ Idem.

não são duplas, como resa o farrapo".²⁵⁷ Porém, em que pese o esforço de tornar públicas as irregularidades, todas as decisões referentes à atuação destas empresas estrangeiras eram tomadas na esfera federal – e não na municipal ou estadual – e sempre a favorável às mesmas.

Estas contradições existentes, sobretudo no interior do patronato, ajudam a entender, em parte, os artigos produzidos e direcionados ao congoçamento das chamadas *"as três classes productoras do Estado: o operariado, o comércio e a indústria"*. Isto fica claro quando se observa que o uso do termo "productoras" se colocava enquanto componente de diferenciação destes grupos frente aos ingleses denominados de "pançudos" e "parasitas".²⁵⁸ Ou seja, havia uma insatisfação comum a estes três grupos que acabava por criar interesses opostos aos das firmas estrangeiras (inglesas).

Desta forma, alguns artigos foram elaborados visando incentivar a união das três "classes produtoras", encarada como algo extremamente urgente e necessário para modificar a atuação "soberana", "irresponsável" e "exploradora" das empresas estrangeiras e contribuir para o reerguimento econômico do Estado do Amazonas.

A grande crise insolvente porque hoje se debate o nosso infeliz Amazonas, faz com que a gente fique abroquelado na esperança duvidosa de melhores dias; e se não formos de antemão imprevidentes, muito precipitadamente atiraremos na fogueira os esforços da nossa modesta luta pela vida, e que a custa de muito trabalho e sacrifício até da própria saúde, honestamente adquirimos n'uma década de annos!

Assim sendo, preciso se faz que um gesto nosso se inicie com a maior presteza possível, no sentido de salvarmos a nós próprio o muito principalmente a esse infeliz Estado, que cada vez mais se debate em extertorante agonia; arrastando-nos caudalosamente num completo desfallecimento e sem termos a menor esperança de salvação!

(...)

Para conseguirmos esse desideratum, faz-se mister, que as três forças productoras do Estado; isto é o commercio, o proletariado e o industrial,

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Estes termos refletem as críticas estabelecidas no jornal e direcionadas aos ingleses. Neste sentido, o termo "parasita" era utilizado para expressar a exploração do trabalho alheio, ou seja, daquele que vive (inglês) do trabalho do outro (operário). Já "pançudo" representa a idéia do não esforço e da alimentação em demasia. Desta forma, os ingleses eram aqueles que estavam presentes em Manaus, explorando a região, o trabalhador e consumindo a melhor comida e bebida.

arregimentando as suas respectivas classes, organizem aqui na Capital uma grande aggreiação composta dos três elementos acima mencionados...²⁵⁹

Esta agremiação composta pelos três elementos do Estado não ficaria restrita a capital. Estenderia-se ao interior por meio de agremiações filiais. E não parava por aí. O jornal destacava ainda que era preciso, no seio das três corporações, qualificar e arregimentar o maior número de elementos enquanto eleitores, para assim obter “*no devido tempo o sufrágio dos nossos candidatos*” que

Juntamente com o futuro poder executivo do Estado, assim exercermos as funções que nos são também outorgadas constitucionalmente por lei, quer na Assembléia Legislativa, ou na municipalidade, como legítimo representante dos três poderes productores do Amazonas (...) que, em igualdade de circunstâncias, são também conferidos aos candidatos dos partidos oficialmente políticos, ou apontados pelo próprio governo para o mesmo desempenho, como os legítimos mandatários do povo!

E desde que esses três poderes tenham legítima representação pública liberal; o Amazonas tomará outro rumo, e várias outras idéas surgirão em proveito do Estado!²⁶⁰

Para entender este discurso presente no jornal *Vida Operária* é preciso levar em consideração não somente as contradições existentes no seio da elite econômica e política manauara, o que acabava por permitir aproximações, mas também a situação social e política do operariado amazonense.

Assim, a questão da colaboração entre as classes se coloca muito mais como estratégia para qualificar (criar condições para que o operário participasse politicamente) e inserir o operariado no campo político do que expressão de cooptação e manipulação. Esta estratégia fica evidente em outro artigo que toca neste ponto mais explicitamente.

O governo não deve se restringir apenas na escolha dos amigos do seu partido, afim de gracial-os com mandatos electivos, quer nas Municipalidades ou no Congresso do Estado.

Não! Elle deve também procurar no seio dos representantes das classes a quem elle pediu o voto pelo menos um cidadão de cada uma das mesmas classes, e fazel-os eleger seus representantes.

²⁵⁹ *Vida Operária*, nº 24. Manaus, 29 de agosto de 1920.

²⁶⁰ *Vida Operária*, nº 24. Manaus, 29 de agosto de 1920.

Peçam o voto do operário, do comerciante e do industrial, mas reconheçam que esses também tem o mesmo direito representativo, como igualmente todos os partidos deste ou daquele governo.²⁶¹

Além disso, nos artigos que conclamavam a colaboração das classes produtoras, outra questão se apresenta: a presença de elementos do pensamento cientificista, sobretudo do positivismo.

5. O FLERTE COM O POSITIVISMO DE AUGUSTO COMTE

A influência do positivismo é percebida em alguns artigos que versam sobre a situação do operariado universal bem como a ação operária a ser desenvolvida. Tais artigos expressam idéias de “*evolução social*”, “*civilização*” e “*progresso*”, elementos do pensamento Comtiano. Segundo Boris Fausto:

Em termos muito gerais, o princípio básico das concepções de Comte residia na conhecida lei dos três estados, segundo a qual a mente teria uma tendência inata a passar das interpretações teológicas da experiência para as de tipo abstrato ou metafísico até chegar ao ponto de alcançar a compreensão científica e positiva. Esta doutrina era a um tempo uma teoria do conhecimento, uma filosofia da história e um programa de reconstrução social.²⁶²

Quanto à reconstrução social só seria alcançada a partir da evolução intelectual. Neste sentido, era necessária a formação de uma categoria de intelectuais capazes de criar uma doutrina comum e um sistema de educação para difundí-la. Neste processo de reconstrução da sociedade, “*o poder temporal seria exercido por um triunvirato de banqueiros influenciados pela moral positivista e o espiritual – que daria coesão à sociedade – pelos intelectuais formados na doutrina, com apoio do proletariado*”.²⁶³ Com relação a este, para que pudesse exercer seu papel era fundamental que fosse incorporado a sociedade moderna.

²⁶¹ *Vida Operária*, nº 19. Manaus, 27 de junho de 1920.

²⁶² FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social... Op. Cit.*, p. 48.

²⁶³ *Idem*.

Esta estrutura, hierárquica inclusive, está presente numa transcrição de um artigo elaborado pelo major Cezimbra Jacques no “*Gil Blas*” no dia 15 de Julho de 1920 e publicado no jornal *Vida Operária* no dia 12 de setembro do mesmo ano:

... Procuraria obter entre os nossos intellectuaes, pessoal capaz de operar um movimento de propaganda contra idéias dissolventes.

E a esse pessoal preparado, engarregaria da dita missão (...) mediante conferencias oraes, a que também a convite, deveriam assistir capitalistas e burguezes, essencialmente industrialistas.

Nessas conferencias, visando principalmente harmonizar, o orador, procuraria falar ao coração dos chefes industriaes e dos obreiros convidando-os como si constituíssem uma só família, de modo que, chefes e subordinados venham a participar dos prazeres e das lagrimas reciprocamente de forma que os primeiros venham a ser os protectores dos segundos; e que estes venham a estimar os chefes: - A protecção do forte para com o fraco; e veneração do fraco para o forte. A subordinação é a base do aperfeiçoamente. Subordinae-vos dignamente.²⁶⁴

A ação das “classes productoras” seria orientada por uma categoria de intelectuais responsáveis por criar caminhos para o “*progresso moral e material*”. O papel a ser desenvolvido pela classe operária era no âmbito do trabalho. Consoante o jornal, o trabalho era visto como produtor de riquezas e como elemento que integrava o homem a sociedade moderna. Entretanto, a incorporação do homem a sociedade moderna estava comprometida pelas injustiças sociais, pelo egoísmo e ganância daqueles que conduziam os rumos da República e do Estado (a elite política e econômica).

Benito Bisso Schmidt ao examinar a difusão de teorias científicas no movimento operário gaúcho no período da Primeira Republica Brasileira, sobretudo o positivismo, observou que esta teoria assumia, em grande medida, a forma de uma etapa de transição para o socialismo²⁶⁵. Além disso, aponta a existência de uma cosanguinidade entre positivismo e socialismo/marxismo/comunismo materializada em três traços comuns. Em primeiro lugar, ambas as correntes buscam uma sustentação racional e científica para a forma como interpretam a realidade e para suas propostas de transformação social. Em segundo lugar, a perspectiva evolucionista (das formas inferiores às formas superiores de organização da sociedade). Por último, a crítica ao individualismo burguês.

²⁶⁴ *Vida Operária*, nº 25. Manaus, 12 de setembro de 1920.

²⁶⁵ SCHMIDT, Benedito Bisso. *O Deus do Progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da Primeira República*. Porto Alegre: Mimeo.

Estes traços (diga-se elementos) estão presentes no jornal aqui abordado. Porém, ao contrário do positivismo que propunha ao operariado somente a obtenção de direitos sociais e não políticos, a posição do jornal *Vida Operária*, como já foi demonstrado, constituía-se na difusão e defesa de instrumentos que possibilitassem conquistas de direitos políticos e sociais.

O que se percebe é que a influência positivista está associada ao contexto político e intelectual da época. Os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX foram marcados pela difusão de teorias científicas (evolucionismo, darwinismo social, positivismo e outros) que foram recepcionadas no Brasil e acolhidas, principalmente pelos grupos urbanos e setores da elite política e intelectual nativa.

Para Gomes²⁶⁶, resgatando o depoimento de José Veríssimo, o positivismo começou a ter força após a Proclamação da República. Devido à influência militar, principalmente de Benjamin Constant, o positivismo transformou-se numa “religião de estado”. Pulularam neste momento os adeptos desta doutrina e uma “*gíria positiva*” passou a pontuar todos os discursos. Segundo a autora, neste ambiente, certamente era fácil absorver a retórica e a visão de mundo positivista em sentido amplo e utilizá-las para compor uma proposta cujo conteúdo central era diferente: a defesa e a luta pela elevação social e moral do trabalhador, passando pelo exercício dos direitos políticos de representação.

O jornal enquanto instrumento de difusão de idéias buscava, por meios diversos, abrir espaços para a participação política do operariado amazonense. Ao que tudo indica, o grupo dirigente do jornal se apropriou da retórica positivista (presente na questão da colaboração entre as classes), reelaborando-a no sentido de construir uma proposta de participação política dos trabalhadores.

6. CORRENTES IDEOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS SINDICAIS

²⁶⁶ CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo... Op. Cit.*, p. 26.

No Brasil, no final do século XIX e no decorrer das duas décadas iniciais do século XX, surgiu uma série de grupos políticos dispostos a conduzir a ação dos operários. Entre eles se destacam uma gama de grupos socialistas, “a começar pelo círculo socialista fundado em Santos (SP) em 1889, seguido pelo Partido Operário criado na Capital Federal” o que, a partir deste momento, contribuiu para uma proliferação de partidos socialistas de expressão, em grande medida, local e de caráter efêmero. Os anarquistas que começaram a se difundir, sobretudo a partir dos anos 1890, através de grupos de propaganda e periódicos, onde os pioneiros foram “os jornais *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L’Asino Umano* (1894-1894) e *L’avvenire* (1894-95), todos publicados em São Paulo”. Os positivistas representados na Capital Federal pelo Círculo dos Operários da União (1909) e o Círculo Operário Nacional (1916). A corrente católica materializada no Centro dos Operários Católicos (1899) em São Paulo, que mais tarde passaria a chamar Centro Operário Católico Metropolitano (1907), Confederação Católica do Trabalho (1919) em Belo Horizonte, espécie de central de sindicatos católicos e a Federação Operária Cristã (1910 e 1920) em Pernambuco. Os sindicalistas corporativistas, corrente ligada à atividade de propaganda em favor das cooperativas empreendida por Custódio Alfredo de Sarandy Raposo e materializada na Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira “substituída no ano seguinte pela Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira”. Por fim, no rastro da influência Russa de 1917, a consolidação de uma nova corrente no Brasil em 1922, com a fundação do Partido Comunista.²⁶⁷

Cada grupo era influenciado por correntes ideológicas cujas linhas de força eram diferenciadas. Com relação aos socialistas pregavam a construção de um partido operário para atuar na defesa de um programa de reformas políticas e sociais, procurando atender as demandas operárias. A concretização das reformas se daria por meio de pressões (políticas e morais) e eleição de candidatos (de dentro ou de fora da classe operária) comprometidos com a causa operária. Portanto, este grupo não negava o regime republicano, pregava a inserção político-partidária dos operários e, em grande medida, a colaboração de classes.²⁶⁸

²⁶⁷ BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 21-37.

²⁶⁸ CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo... Op. Cit.*, p. 49-53.

No que tange a segunda corrente, o anarquismo, em que pese às diferenças entre as diversas matizes (anarco-comunismo, anarco-individualismo, etc.), é possível identificar um tronco comum. Neste caso, esta corrente visava realizar modificações profundas na estrutura da sociedade, substituindo a autoridade do Estado por algum tipo de forma de cooperação não governamental de indivíduos livres. A ação a ser desenvolvida para tal fim se limitava ao campo econômico (luta econômica) e ideológico, com a propaganda da “ação direta” e a negação da luta político-parlamentar.²⁶⁹

Quanto aos positivistas, estes buscavam a chamada “*incorporação do operariado à sociedade moderna*”. Esta incorporação se daria pelos mecanismos legais do regime republicano vigente, por meio de apelos as autoridades constituídas. A atuação deste grupo levava em consideração a melhoria das condições de vida e trabalho dos operários. Porém, eram contrários à greve e a formas de luta mais radicais. Pode-se dizer que os positivistas apontavam para a conquista de direitos sociais, mas não políticos.²⁷⁰

A corrente católica pregava o entendimento entre trabalhadores e patrões, era contrária às greves e ao socialismo além de denunciar timidamente os males da industrialização. A atuação deste grupo se dava pela pressão moral (e não pela luta político-parlamentar) sobre as autoridades constituídas, as quais reconhecendo a justiça das reivindicações dos trabalhadores atuavam no sentido de resolver as questões.²⁷¹

Já os sindicalistas cooperativistas andavam próximos aos positivistas no que diz respeito à forma de ação. Esta corrente está ligada de perto à atividade de propaganda em prol das cooperativas empreendida por Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, que data do início dos anos de 1910, quando dirigiu o Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativas do Ministério da Agricultura. Quanto aos comunistas, diferiam tanto dos socialistas quanto dos anarquistas, uma vez que a proposta defendida era a de um partido com uma organização centralizada e nacional que buscasse uma mudança revolucionária, mas não descartasse a participação nas eleições. Neste ponto, a eleição era vista ao mesmo tempo como uma forma de propagar idéias como também um mecanismo de negociações objetivando conquistas a curto prazo para o operariado.²⁷²

²⁶⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Proletariado Industrial na Primeira República... Op. Cit.*, p. 150.

²⁷⁰ BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República... Op. Cit.*, p. 25-26.

²⁷¹ Idem, p. 27.

²⁷² Idem, p. 26-35.

Assim, como se viu anteriormente, atuação do jornal Vida Operária se dava em torno de quatro pontos principais. Em primeiro lugar, uma posição de crítica moderada ao universo social em disputa. Neste caso, é preciso esclarecer que este “moderado” é tomado em contraponto aqueles que tinham por base a transformação radical da estrutura social. Portanto, para os articulistas do jornal, a ordem e a lei estabelecidos eram destacados e observados, ou seja, a atuação se daria obedecendo a estes dois elementos. Em segundo lugar, a inserção de representantes da causa operária (de dentro ou de fora da classe operária) na esfera representativa republicana. Deste modo, a existência de um partido operário era primordial para levar adiante a luta operária. O partido político atuaria apresentando e apoiando candidatos e difundindo e defendendo um programa de reformas. Esta defesa se daria por meio de pressões morais e pela eleição de representantes operários que por meio de leis garantiriam as demandas da categoria. Em terceiro lugar, a organização e a instrução, dois elementos que se colocariam como suporte deste projeto político. A organização garantiria a união e coesão do grupo, transformando-o em uma força social capaz de produzir mudanças. A instrução, considerada como elemento fundamental para o enriquecimento moral e político, garantiria a interlocução social em “condições paritárias”. Por último, o diálogo entre as classes, visando à colaboração.

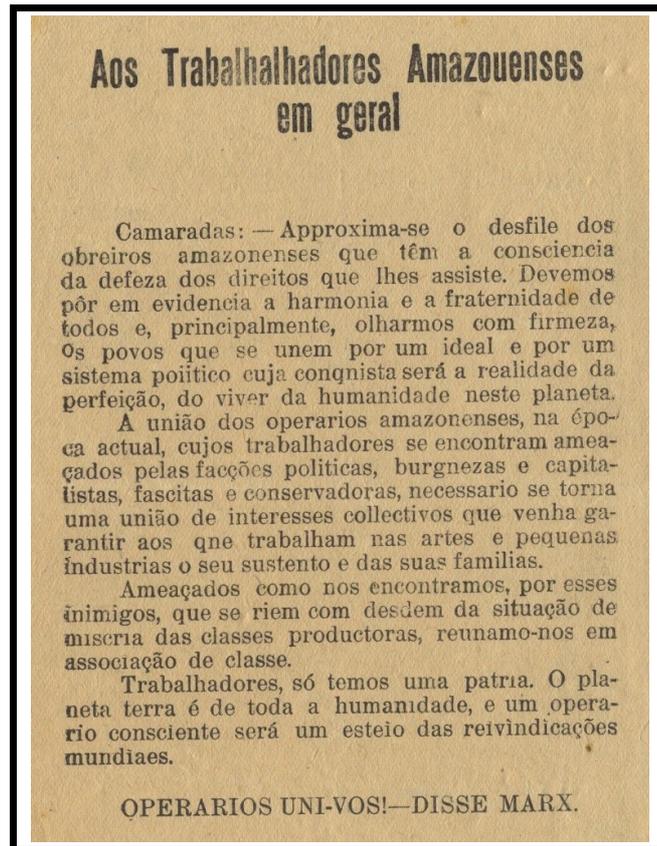
Por estes pontos, é possível afirmar que este jornal tinha uma nítida influência do socialismo reformista. Não obstante, tomando por base a posição do jornal quanto à greve, o regime republicano (e nele a eleição e o voto) e, sobretudo a questão da colaboração entre as classes, expressa no tema das “três classes produtoras do Estado”, percebe-se a influência de elementos do positivismo, com doses, moderadas de evolucionismo. A própria realidade observada pelo jornal indica a presença de um viés cientificista marcado pela proposta política elaborada e apresentada.

Como atenta Batalha, os socialistas deste período professavam como ideologia um “socialismo eclético, marcado pelo viés cientificista e positivista que caracterizava o socialismo da Segunda Internacional, cuja proximidade da matriz marxista era, por vezes, mais simbólica que real”.²⁷³ Além disso, as realidades política, econômica, social e cultural das regiões que compõem o país acabam por influenciar, de modo significativo, o

²⁷³ BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República... Op. Cit.*, p. 22.

comportamento dos mesmos. Não se pense com isso que o propagandismo das diversas ideologias estivesse ausente do universo operário manauara. Os jornais operários e os poucos panfletos operários que resistiram ao tempo – como o da União dos Operários Amazonenses (abaixo) – denunciam a circulação das idéias revolucionárias.

IMAGEM 5:
REFERÊNCIA A KARL MARX EM PANFLETO DOS ANOS 20



Fonte: “Panfletos Operários” – Acervo Digital (LHIA).

De qualquer forma, enquadrar rigidamente o jornal em uma dada corrente ideológica pode conduzir a um processo de empobrecimento de aspectos importantes, levando a uma compreensão bastante limitada da atuação deste veículo de comunicação encarado, pelos seus animadores, como fundamental no processo de difusão de idéias e de organização do operariado. Desta forma, é preciso levar em consideração que o comportamento do jornal se deu no interior de um determinado contexto sob o qual paira um repertório de possibilidades de ações. É justamente no interior deste contexto que se deve entender o alinhamento político do jornal (socialista reformista com elementos do positivismo, cientificismo e em menor escala do evolucionismo). Entendê-lo

como fruto de escolhas orientadas pelas possibilidades existentes, ou seja, como uma opção política desenhada. Compreender a atuação do jornal Vida Operária neste sentido é fundamental na medida em que esclarece uma série de posições que, vista sob outro ângulo, poderia conduzir a uma idéia equivocada de sua atuação no interior do periodismo local.

Com relação às estratégias sindicais, as informações difundidas no jornal apontam para um sindicalismo reformista.²⁷⁴ Entre os elementos que acabam por expressar este aspecto se tem a preocupação, do ponto de vista político, social e financeiro, em manter organizações fortes e duradouras para alcançar os objetivos traçados, a aceitação de intermediação de advogados, políticos e autoridades, posição contrária à greve e a percepção de que os ganhos, sem a consolidação por meio de leis, seriam efêmeros, podendo ser revertidos em momentos desfavoráveis aos operários.

É preciso destacar que no Amazonas a literatura²⁷⁵ que aborda a questão das influências das correntes políticas e ideológicas sobre o movimento operário destaca dois eixos principais: o anarquismo e o socialismo reformista (e suas matizes). Quanto ao comunismo, “*apresentou-se bastante tímido no interior do movimento associativo dos trabalhadores*”.²⁷⁶

Embora o socialismo-reformista se configure como a tendência mais forte no interior do movimento operário amazonense, não se pode negligenciar a presença do Anarquismo, na vertente *Anarco-sindicalista*, no meio operário. Por meio do jornal *A Lucta Social*, que circulou na arena jornalística no ano de 1914, as idéias desta corrente

²⁷⁴ Como afirma Batalha, o sindicalismo de ação direta funda-se na rejeição de intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões, na condenação da organização partidária e da política parlamentar, na proibição da existência de funcionários pagos nos sindicatos, na adoção de direções colegiadas e não-hierárquicas, na reprovação de serviços de assistência nos sindicatos, na recusa da luta por conquistas parciais, na defesa da greve como principal forma de luta, apontando para a greve geral. Quanto ao sindicalismo reformista aceitava a intermediação no conflito entre trabalhadores e patrões. Neste caso, toda ajuda era bem vinda, sobretudo de advogados e políticos. Não condenavam a organização partidária e a luta político-parlamentar, não tinham nenhum problema com relação aos sindicatos manterem funções mutualistas, aceitavam a luta por conquistas parciais e a greve era utilizada como último recurso. BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República... Op. Cit.*, p. 28-33.

²⁷⁵ COSTA, Francisca Deusa Sena da. “Manaus e a Imprensa Operária: o discurso do trabalhador também exclui”. *Amazônia em Cadernos*, v. 2, n 2/3, 1993/1994, COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2000, P.177, PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999, PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Periodismo e Cultura Letrada no Amazonas (1880-1920)* Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001.

²⁷⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 148.

eram veiculadas. Neste sentido, é importante não somente registrar a existência desta corrente, e, por conseguinte do jornal, como se faz necessário identificar, a despeito da conjuntura diferenciada em que os jornais *Vida Operária* e *A Lucta Social* circularam, divergências significativas quanto à organização e as ações operárias.

Nas páginas do jornal *A Lucta Social* a organização é salientada. Ela é encarada como um mecanismo relevante não somente para fazer frente às exigências patronais como também para a construção do processo de “*regeneração humana*”. Através da organização os laços de solidariedade se originariam e se consolidariam produzindo, a partir de então, um processo que culminaria na emancipação integral. Deste modo, os que vivem do trabalho conseguiriam obter acesso a toda produção existente, sobretudo aquela “*que os burgueses (...) roubaram*”.

Associa-te, organiza-te em associações onde encontrarás o antídoto poderoso que, ajudar-te-á a levar a cabo a grande obra da regeneração humana, mostrando assim que sabes compreender os laços de solidariedade que através das fronteiras se cruzam unisonos, em holocausto da tua emancipação integral.

Sim é ella a solidariedade poderosa que, paralisando em dado momento o movimento do arado, a força a vapor, fará com que num só dia o operariado recupere aquillo que os burguezes lhe roubaram – toda a producção existente, porque é legado dos nossos antepassados, aperfeiçoados por nós; e para gáudio deles por honra aos mortos, não devemos consentir que por mais tempo a víbora se nutra do nosso sangue, e de nossas famílias, condemnando-nos assim, a perpetuo servilismo.²⁷⁷

Além de chamar atenção para a importância da organização, o jornal expressa a defesa do tipo de sociedade operária a ser adotada. Ao contrário dos socialistas, especificamente daqueles que animavam o jornal *Vida Operária*, que não viam problemas em manter associações beneficentes e de auxílios mútuos, *A Lucta Social* acabou por dar relevo e defender o sindicalismo de resistência.

Fundemos sociedades de classe, porém, não essas sociedades caça-níqueis, denominadas Beneficentes – porque ellas são a negação absoluta das idéas reivindicadoras. Organizemo-nos, repito, mas dentro das mais modernas aspirações libertarias, nas bases sólidas do syndicalismo puro – única forma adoptada na escola operária racionalista; isto é, no Socialismo Libertário, porque

²⁷⁷ *A Lucta Social*, nº 1. Mnaus, 29 de março de 1914.

só de seu seio surgirá a aurora redemptora da liberdade illuminando a senda d'uma Sociedade Nova, de Paz e de Concórdia.²⁷⁸

Com efeito, percebe-se que algumas críticas foram elaboradas e direcionadas a questão da organização dos trabalhadores em associações de auxílios mútuos e beneficentes. Estas associações eram acusadas de “*caça-níqueis*” e de obstaculizar o processo de emancipação política, uma vez que eram “*a negação absoluta das idéas reivindicadoras*”.

Um aspecto que aparece ligado ao processo de organização dos trabalhadores é a composição do sindicato. Este deve se constituir exclusivamente de trabalhadores, deixando de fora aqueles que não pertenciam a esta categoria. Como associação de classe, o sindicato deveria reunir somente os operários, com o objetivo de fortificar a consciência e estudar as questões referentes ao seu universo e suas necessidades.

Os sindicatos operários não podem de modo nenhum ser comparados aos clubs políticos, nem as irmandades religiosas, nem às sociedades de arte ou sciencia.

E os trabalhadores são os únicos a quem diz respeito inteiramente a defesa dos seus interesses. Por isso eles devem com muita razão excluir dos seus sindicatos todo aquelle que não fôr trabalhador.

O sindicato operário deve assentar nessa base. Não é bastante visto para conter não-trabalhadores.

O sindicato operário deve ser constituído unicamente de trabalhadores largamente despertados pela situação, que pensem, atuem, e olhem pelos seus próprios negócios, e que nunca esperem obter por meio dos bons ofícios de qualquer outro o que eles achem muito difícil alcançar por si.²⁷⁹

Quanto à ação operária, *A Lucta Social* não acreditava que a ação por meio da formação de partidos políticos e da luta político-parlamentar – aspectos defendidos pelos colaboradores do jornal *Vida Operária* – pudesse transformar a sociedade. A ação defendida era através da luta econômico-sindical e adotando por método a ação direta. Eram estes os elementos destacados e que conduziriam os trabalhadores em direção a sua emancipação.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ *A Lucta Social*, suplemento ao nº 1. Manaus, 27 de fevereiro de 1914.

Tem sido as revoluções os fatores de todos os progressos. Mas a revolução em que nós co-participamos, não é a revolução que tem por fim tirar o prestígio do poder a certos homens, para os entregar nas mãos doutros. A nossa revolução é a revolução econômica. E ella chegará ao seu apojeu, quando a consciência da Humanidade assim o permita. De nada receiem os homens destado até este momento.

A nossa propaganda, não é feitas as escondidas. É feita em público, á luz do dia, diante de todos que nos querem ouvir. E a nossa ação principal é ezercida nas nossas sociedades, sem coação ou imposição de espécie alguma, mas, simplesmente fazendo ver os direitos que a todos assiste e os deveres que a todos compete.

Se os políticos julgam que nós lhe servimos de instrumento; se julgam que nós nos bandeamos, no seu esclusivo interesse, enganam-se.

Nós estamos completamente afastados da política, não nos preocupando que a governança esteja entregue a Pedro ou a Paulo...²⁸⁰

Sobre o método da ação direta – sabotagem, boicote, manifestações públicas e a greve, parcial ou geral – era destacado em detrimento da luta político-parlamentar. Por este método, a greve assumia um papel preponderante. Manifestando-se enquanto *“episódio de guerra social”* a greve, sob a influência do sindicalismo, passou a ser vista como um fenômeno de expropriação parcial do capital. Assim, reconheceu-se que os resultados deste instrumento de luta seriam favoráveis a classe operária em dois aspectos: do ponto de vista moral, a formação de um espírito de luta; do ponto de vista material, *“o assalto contra um lado da sociedade capitalista, que permite uma diminuição de privilégios da classe esportadora, que se traduz por um aumento de bem estar e de liberdade para a classe operária”*.²⁸¹

Por fim, é preciso ainda apontar dois aspectos presentes no jornal *A Lucta Social*. O primeiro se refere aos temas abordados como *“O Salaricato”*, *“A Lucta de Classes”*, *“A Greve”*, *“Os Sindicatos Operários”*, *“Liberdade”*, *“A Aurora Proletária”*. Segundo Pinheiro²⁸² estes temas mantêm uma seqüência lógica, indo da explicação da estrutura e dinâmica das sociedades, passando pela identificação dos conflitos de classe e formas de organização do trabalho, até a explicação da consciência de classe do operariado, a ampliação das suas lutas e a necessária transformação revolucionária da sociedade. Quanto ao segundo aspecto, diz respeito às divergências materializadas na disputa pelo

²⁸⁰ *A Lucta Social*, nº 4. Manaus, 1 de setembro de 1914.

²⁸¹ *A Lucta Social*, nº 3. Manaus, 1 de junho de 1920.

²⁸² Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 157-158.

controle das ações operárias, notadamente entre estes e os socialistas. Encontram-se pelo menos dois artigos que tornam público estas diferenças. No primeiro artigo, ao informar o falecimento de um “*camarada*”, o operário socialista Ignácio de Souza, o jornal alertou que embora estivesse em campo doutrinário opostos, não deixou de registrar o sentimento devido pela morte do “*incassavel lutador da causa operária*”. No segundo artigo, redigido por um tipógrafo socialista chamado Azpilicueta, essas diferenças são expressas em termos contundentes e sentidas de forma negativa e prejudicial à causa operária.

Sou completamente contrário á luta entre os operários, porque entendo que essa luta é inglória, prejudicial e contraproducente, ante os fins que perseguimos, pois que com discussões de certo gênero, só damos ares aos elementos que devemos combater.

Sou completamente solidário com todos os que queiram concorrer á futura transformação social, dentro da evolução, chamem-se socialistas de Estado – grupo a que pertenço – coletivistas ou sindicalistas.

(...)

Acabemos com essas dissensões e, unidos, batalhemos em prol dos explorados e contra os exploradores.²⁸³

Entretanto, as diferenças com relação à organização e ação operárias não se davam somente entre os grupos anarquistas e socialistas. As diferenças estavam presentes também nos últimos e são percebidas por meio de seus porta-vozes: o jornal *Vida Operária* e *O Extremo Norte*.

7. PELA CONDUÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA OPERÁRIA: VIDA OPERÁRIA X EXTREMO NORTE

Comparando os jornais *Vida Operária* e *O Extremo Norte*, percebem-se diferenças sobre a condução da ação operária. Entretanto, se com os anarquistas não se teve a oportunidade de colocá-los lado a lado em virtude de diferenças cronológicas, não é esta a situação quanto aos dois periódicos acima citados. Ambos circularam no ano de 1920 e

²⁸³ A *Lucta Social*, nº 3. Manaus, 1 de junho de 1914.

expressaram ao mesmo tempo em que se posicionaram sobre as questões surgidas neste momento.

Com relação ao jornal *Vida Operária*, como registrado anteriormente²⁸⁴, surgiu em 08 Fevereiro de 1920 com o objetivo de se dirigir e defender a classe operária. Superando as dificuldades políticas e financeiras, a direção, os articulistas e as associações que davam suporte ao jornal sustentaram a publicação de 26 números. Nestes títulos encontram-se presentes denúncias sobre baixos salários, alto custo de vida e de relações entre patrões e empregados, sobretudo das empresas estrangeiras enraizadas em Manaus. Deixou de circular em 26 de setembro do mesmo ano.

Em seus números, o jornal *Vida Operária* divulgou e defendeu uma proposta de ação política operária. Nesta proposta, como se viu anteriormente, a associação, o partido e o próprio jornal eram instrumentos fundamentais da ação operária.

Quanto ao jornal *O Extremo Norte*, circulou no mesmo contexto e ano que o jornal anteriormente destacado. Encontram-se nos arquivos 6 números, sendo o primeiro de 08 de abril de 1920 e o último de 24 de outubro de 1920. O conteúdo presente no jornal tratava de assuntos relacionados ao viver operário e os tinha como público alvo. Quanto ao seu surgimento, não se encontra artigo relatando este fato como no jornal *Vida Operária*, talvez em virtude da ausência dos seus 12 primeiros números.

Da mesma forma que seu confrade, identifica-se em suas páginas a elaboração, difusão e defesa de uma proposta de participação política operária. Nela os mesmos elementos destacados no *Vida Operária* se apresentam enquanto pilares de assentamento da luta operária: a associação, o partido e o jornal.

No jornal *O Extremo Norte* a associação era posta em relevo por ser vista como um elemento capaz de promover a integração e coesão aos operários. Já o partido político era o aglutinador das demandas operárias, em torno dele seriam articuladas as ações e reivindicações a serem defendidas. Do mesmo modo que no jornal *Vida Operária*, *O Extremo Norte* via o partido operário como elemento de inserção destes no universo político. Quanto ao jornal, seria o instrumento de divulgação, discussão e defesa não só da proposta política criada como também das causas operárias. Assim, ambos os jornais

²⁸⁴ Para uma descrição mais completa sobre o surgimento e atuação do jornal *Vida Operária* ver o tópico três do capítulo 1.

buscavam agir junto aos operários visando criar condições para a intervenção política em prol de melhores condições de vida e trabalho.

Em que pese às convergências acima citadas (que culminavam na participação no processo eleitoral, representação no parlamento e elaboração de leis que beneficiassem o operário e atendessem suas demandas), havia divergências quanto à organização operária e a natureza do partido operário.

Sobre a organização operária, no decorrer da Primeira República Brasileira identificam-se três tipos de sindicatos ou sociedades de resistência: as associações pluriprofissionais, reunindo operários de diferentes ofícios e diferentes ramos, as sociedades por ofício, reunindo unicamente operários de determinado ofício e alguns similares e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade.²⁸⁵

O jornal *Vida Operária* se posicionava a favor da organização operária tanto por sociedades de classe (pode-se dizer também ofício) quanto por associações pluriprofissionais. Observa-se isto não só pelas sociedades presentes nas páginas do jornal, e que indicam alguma influência sobre as mesmas e vice-versa, quanto pelo próprio diretor, Elesbão Luz, membro do Centro Operário, e dos redatores, Marcelino Ferreira e Guilherme de Oliveira, este presidente da sede regional da União Operária Nacional e aquele membro desta.

Quanto ao *O Extremo Norte*, a leitura de seus artigos aponta para a defesa da organização dos operários por classe.

É uma necessidade de grande valor a organização das Associações Operárias por classe, afim de que a nossa política se possa solidificar, porque só assim o comunismo será implantado no Brasil.

Aqui no Amazonas existem Associações Operárias, cujos estatutos não se coadunam com os princípios básicos do Socialismo.

A União Operária Nacional, por exemplo, está nas condições citadas, porque não tendo forma federativa, como todos nós sabemos, abrange toda sorte de operário, prejudicando deste modo a organização das Associações por classe.

(...)

Mas, para gáudio daquelles que se vem esforçando pela emancipação operária entre nós, a U.O.N. tende a desaparecer, o que constitue um grande

²⁸⁵ BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República... Op. Cit.*, p. 16-18.

acontecimento para o proletariado desta terra, porque a sua existência forma um verdadeiro óbice á concretisação dos nossos ideaes.

Os nossos companheiros de trabalho devem se organizar por classes distintas para que o Socialismo no Amazonas não seja uma coisa abstracta.²⁸⁶

A União Operária Nacional é mencionada e criticada quanto a posição assumida na organização dos operários. Embora não citado, a crítica estabelecida no jornal *O Extremo Norte* atinge também O Centro Operário, uma vez que a posição tomada quanto a esta questão era a mesma da União Operária Nacional.

Com relação ao Partido Político, pelas colunas do jornal *O Extremo Norte* que tratavam deste ponto, materializa-se uma defesa da construção de um Partido Operário Amazonense sem ligação com as agremiações políticas que atuavam nas disputas pelo controle do Estado. Além disso, concernente à filiação, esta seria exclusiva de operários.

No próximo domingo, 7, às nove horas, terá lugar, no Theatro Alcazar, gentilmente cedido pelo seu illustre proprietário dr. Raymundo Fontenelle, a primeira reunião operária para a fundação do Partido Operário Amazonense.

Como medida de precaução, o nosso companheiro Cursino Gama, previne a todos os nossos companheiros de classe, que o futuro P. O. A. nenhuma ligação terá com as diversas agremiações políticas, que se degladiam no Estado; bem assim que somente aos operários no goso de seus direitos civis e políticos, como cidadãos brasileiros, será permittido filiaem-se a esse Partido, de accordo com a Constituição Federal Brasileira, quer sejam ou não eleitores.

Todos os operários, trabalhadores, etc. devem comparecer a essa reunião, aonde serão apresentadas as bases para a organização do mesmo.

(...)

Que seja coroado de bom êxito o primeiro passo dos nossos companheiros, em prol da emancipação operária local, são nossos votos.²⁸⁷

Por outro lado, pelas informações e artigos produzidos pelo jornal *Vida Operária* acerca da organização dos operários e dos rituais e temas presentes nas pautas de discussões realizadas nas associações, percebe-se a constante presença de advogados, políticos e outros profissionais não necessariamente pertencentes à classe operária. Esta situação sugere a possibilidade de ampliar o leque de pessoas que, de alguma forma,

²⁸⁶ *O Extremo Norte*, nº 21. Manaus, 05 de junho de 1920.

²⁸⁷ Idem.

poderiam contribuir para o reconhecimento e melhoria de alguns aspectos do cotidiano operário.²⁸⁸

Ao que parece, a posição assumida e contrária à do jornal *O Extremo Norte*, procura traçar um rumo em que às alianças entre partidos e a filiação de membros não pertencentes à classe operária não eram de imediato descartados, apresentando-se como possibilidade de ampliação tanto do reconhecimento social quanto dos adeptos à luta operária, numa tentativa de aumentar a capacidade das demandas serem atendidas.

Em que pese às divergências, tanto o Jornal *Vida Operária* quanto *O Extremo Norte* se colocavam como instrumento de conscientização e mobilização para a condução da luta operária, disputando-a.

Na análise das propostas de participação política dos jornais anteriormente citados, encontram-se presentes artigos de colaboradores que redigiram para ambos. Tanto nas colunas do jornal *Vida Operária* quanto do *O Extremo Norte*, Manoel Sérvulo e Cursino Gama deram a sua contribuição ao processo de organização e luta da classe operária amazonense.

Observando os artigos produzidos por cada um desses militantes, percebe-se a posição, mais contundente ou menos contundente, com relação a determinados aspectos da existência e da vivência operária.

Manoel Sérvulo era o mais contundente na elaboração das críticas. Produziu no interior do jornal *Vida Operária* um artigo intitulado “Palavras Simples”²⁸⁹ e pelo *O*

²⁸⁸ “No dia 27 de janeiro próximo findo, pelas 19 horas, foi esta promissora Sociedade (União dos Foguistas) visitada pelo director da *Vida Operária* e nosso bemquisto companheiro de redacção, Elesbão do Nascimento Luz, que alli compareceu em propaganda do nosso jornal, na sede social de nome acima (...) Presidia as funcções da referida Sociedade o Sr. Alfredo Moreira Lima como o seu Presidente effectivo: sendo que na supra-mencionada sessão tomava também parte na qualidade de advogado da União dos Foguistas o muito illustre Sr. Dr. Edggar de Castro, o qual suggeriu a lembrança da criação de uma escola dentro da própria sede da Sociedade para os seus próprios associados; comprometendo-se até de trocar idéas com o exmo. Sr. Dr. Governador do Estado no sentido de conseguir alguns materias didáticos para esse dito fim! Torna-se, portanto, bastante digno aqui na imprensa operária o registro dessas brilhantes palavras: tanto mais quanto ellas vem de ser proferidas por um illustre magistrado, cujas aspirações se concretisam os novos haustos de uma verdadeira regeneração civicamente social, e democraticamente moderna!...” *Vida Operária*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920.

²⁸⁹ “Não há cousa mais triste, do que a vida do pobre trabalhador, numa quadra como esta que não há trabalho. a desgraça bate-lhe a porta e vae enconral-o vacilante e acabrunhado, pensando como há de sustentar a prole, com tão mesquinho salário que percebe (e e as vezes não recebe); que não chega a attender as primeiras necessidades do lar. Então pensativo, e dentro do circulo de ferro em que se acha exclama: que miséria! Não tenho dinheiro nem credito!... É uma verdade. Porque se recorre ao taverneiro que é seu amigo (emquanto vir o interesse) e pede-lhe crédito, este logo lhe diz; não posso! Outros dizem sim, mas... exploram tão estupidamente o pobre trabalhador, que não sabe o meio de julgal-o. E, ai

Extremo Norte dois denominados respectivamente de “Luctemos”²⁹⁰ e “Aos Plebeus”²⁹¹. Ainda sobre este militante, *O Extremo Norte* num artigo produzido com o objetivo de fomentar a organização das classes operárias o citou como exemplo, apontando-o enquanto referência de iniciativa, esforço e persistência na condução da organização de algumas categorias profissionais.

Não podemos deixar passar em silêncio a attitude francamente sympathica do nosso esforçado companheiro Manoel Sérvulo.

Por iniciativa inteiramente sua, foram organizados os Sindicatos dos Cigarreiros e dos Estivadores; e agora, segundo informações que acabamos de receber, será organizado o dos trabalhadores e magarefes, ainda sobre iniciativa de Manoel Sérvulo.

E é de elementos da força desse nosso destemido companheiro que precisamos, para chegarmos ao termino das aspirações da Humanidade...²⁹²

Quanto a Cursino Gama, no *O Extremo Norte* publicou um artigo chamado “A Posto”²⁹³ e no jornal *Vida Operária* outro denominado “O Momento”²⁹⁴. Ambos os

daquelle que diz; não posso pagar esta semana; tenha um pouco de paciência. Fica termitantemente cortado, e entregue á sua própria desventura... não sabem elles que o pobre é honrado, e se não lhe poude pagar foi por não ter recebido, ou teve que attender á doença em casa, e o que ganhou, não deu para o medico e a pharmacia. Mas que há de fazer?... O pobre está sujeito a todos esses dissabores!...” *Vida Operária*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920.

²⁹⁰ “Luctar, pelear sem armas com adversários, diversos é para vencer a todos os obstáculos que se apresentem na lucta. Cabe a todos o dever de luctar para adquirir o pão corporal e o pão espiritual. Devemos todos luctar sem trégoas, com todo o esforço, para retirtar dos nossos companheiros todos os prconceitos e vícios que corrompem o physico, e a moral social. Luctemos, com carinho, amor e energia, pela consummação de nosso ideal. Luctemos pela causa magna de todos os que soffrem e morrem dia a dia privados de recursos, espoliados de todos os bens, exhaustos de todas as forças (...) Luctemos contra os despotismos da burguezia, que trazem calcados aos pés os nossos direitos. Luctemos pela emancipação do operariado, eternam,ente perseguido pelos patrões ...” *O Extremo Norte*, nº 22. Manaus, 12 de junho de 1920.

²⁹¹ “Companheiros. Sendo nós os plebeus, os que menos valor temos na República, somos forçados a tomar outro rumo (...) não precisamos nós de defensores. Seremos suficientes para nos defender de todo e qualquer perigo que nos ameace, bastando para isso a união de todos, formando um só corpo, um só ideal, uma só política, uma só religião e uma só sociedade...” *O Extremo Norte*, nº 37. Manaus, 20 de setembro de 1920.

²⁹² *O Extremo Norte*, nº 21. Manaus, 5 de junho de 1920.

²⁹³ “O indifereferentismo do operário as coisas políticas do nosso Estado é um erro irremissível (...) E qual o meio mais viável de cooperarmos nessa tão anciada salvação? Unificando-nos, e correndo as urnas por occasião de ferir-se o pleito governamental, afim de collocarmos um homem que reúna, todos os requisitos indispensáveis a um perfeito chefe de Estado (...) justo, intelligente, honrado...” *O Extremo Norte*, nº 13. Manaus, 08 de abril de 1920.

²⁹⁴ “Não deve ser olvidado pelo operariado do Amazonas, notadamente o nacional, o momento político que se nos apresenta, pois, para nós, elle é assaz apprehensivo. Approxima-se o dia em que deverá surgir das urnas o nome do varão escolhido para presidir os destinos deste Amazonas infeliz (...) devemos intervir directamente nesse magno problema; devemos dar um exemplo de civismo, expurgando do scenario político os elementos perniciosos ao engradecimento do nosso rincão amado, e auxiliando aquelles que

artigos focalizavam a importância do processo político-eleitoral para o operariado e o voto enquanto instrumento capaz de colocar e excluir do cenário político regional (mas também num âmbito nacional) candidatos que se colocavam a favor ou contra dos interesses e das demandas operárias.

É preciso destacar ainda a atuação importante de Nicodemos Pacheco.²⁹⁵ Este fazia parte do sindicato dos cigareiros e atuou ainda como redator do jornal *Vida Operária*. Seus artigos sempre procuravam destacar a importância do operário – enquanto elemento fundamental e dinâmico na produção das riquezas – no mundo “moderno”.

Embora cada um desse maior relevância a determinados temas, a presença deles (Manoel Sérvulo e Cursino Gama) em ambos os jornais indica a tentativa de superar as divergências. Isto fica evidente quando, ao longo dos artigos produzidos, termos como “*uma só família*”, “*um só ideal*”, “*uma só política*” e “*um só corpo*” são utilizados.

Ao que parece, os três (Manoel Sérvulo, Cursino Gama e Nicodemos Pacheco) atuaram de forma intensa na elaboração, difusão e fundação de um Partido Operário no Amazonas. Faziam parte da comissão organizadora. Nos jornais, pelos artigos que versam sobre as reuniões que ocorreram e que trataram desta questão, além de outros nomes mencionados (entre eles Nicolau Pimentel, Raymundo Rodrigues e Anacleto José dos Reis), encontram-se os três, sempre a frente dos trabalhos (nos preparativos, na mesa que conduzia os trabalhos, abrindo as sessões, etc.).

Enfim, a atuação de ambos parecia caminhar no sentido de superar as divergências – encaradas como elemento desarticulador da organização, mobilização e coesão, necessários a luta operária – a fim de entabular uma luta que viabilizasse mudanças no âmbito do trabalho e vida dos operários amazonenses.

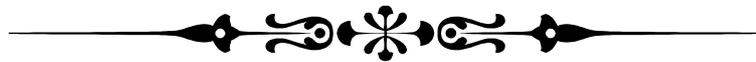
juntem qualidades reaes de honradez, inteligência e justiça...” *Vida Operária*, nº 9. Manaus, 04 de abril de 1920.

²⁹⁵ Nicodemos Pacheco atuou na fundação e redação do jornal *Vida Operária*. Estabeleceu ligações com Cursino Gama e Manoel Sérvulo, o que indica a possibilidade de ter caminhado junto com os dois. Dentre seus artigos destaca-se “Bilhete aos Reacionários” *Vida Operária* nº 20. Manaus, 11 de julho de 1920, onde procura fazer uma distinção entre o operário e o burocrata. Para ele o operário “vive para a sociedade” e o burocrata “vive da sociedade”. Ou seja, este “parasita” aquele produtor de riquezas.

Não obstante, não convém idealizar o quadro, uma vez que se identifica, por meio dos artigos publicados por estes militantes, divergências.²⁹⁶ Entretanto, a superação das mesmas parecia ser o interesse comum destes incansáveis mortais.

²⁹⁶ Quanto à organização dos operários, Manoel Sérvulo estava alinhado com a organização por ofício. Já Cursino Gama e Nicodemos Pacheco, embora fizessem parte do sindicato dos cigarreiros (por ofício/profissão), não descartavam a organização pluriprofissionais denominadas de União, Centro, etc. No que tange ao partido operário, não se tem informações em que possamos nos basear para apontar possíveis convergências e divergências entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da produção de periódicos no Amazonas remonta ao início do período republicano e está intimamente associado à expansão da economia da borracha que como se viu impulsionou não somente a ampliação do mercado de trabalho, com o surgimento de uma variedade de ocupações urbanas, como também deu suporte ao próprio crescimento de periódicos (entre eles os jornais operários), tanto no que tange ao acesso a materiais, equipamentos e técnicas necessários para a confecção dos mesmos (muito embora a grande maioria dos periódicos publicados fossem produtos de um processo artesanal), quanto nas questões referentes ao aumento do nível demográfico, à interligação do Extremo Norte a outras regiões do Brasil e do globo que, de certa forma, contribuíram significativamente para fomentar tal produção.

Ainda sobre a expansão econômica cabe destacar que a dinâmica produzida e empreendida no espaço urbano manauara e as questões surgidas a partir daí ganharam as páginas dos periódicos que, por sua vez, tomavam posições e defendiam projetos políticos específicos de grupos que se faziam presentes em Manaus.

Neste sentido, o jornal *Vida Operária* veio à luz em 1920 com o objetivo de falar a um grupo específico: as classes laboriosas do Amazonas.²⁹⁷ Pelas pesquisas empreendidas e pelas páginas produzidas neste trabalho se percebe que este veículo de comunicação procurou atuar como um instrumento de conscientização, mobilização e luta. Por meio de suas páginas se podem conferir uma proposta de ação política, denúncias, demandas, obstáculos presentes no processo organizacional das classes, dificuldades de produção e manutenção do jornal (dificuldades financeiras, escassez de materiais, perseguição política, etc.) e outras tantas questões advindas do universo do trabalho e da vida operária.

²⁹⁷ Embora o jornal *Vida Operária* desejasse falar e receber o apoio da classe operária amazonense em geral, conseguiu atingir somente alguns grupos, entre eles os cigarreiros, estivadores, os operários ligados a União Operária, ao Centro Operário e outros.

No decorrer da leitura realizada sobre o jornal Vida Operária se observa o dinamismo, a complexidade e a relação de forças presentes no decorrer de sua publicação.

É possível perceber o dinamismo a partir das tentativas de superar as dificuldades financeiras que surgiram e que se colocaram enquanto empecilho à manutenção da folha operária. Neste ínterim, para superar tais dificuldades os colaboradores do jornal realizaram uma série de visitas a determinadas associações operárias para pedir apoio financeiro, muitas vezes conclamando o próprio operário como mantenedor da folha. Outra questão eram as divergências entre jornais operários, sobretudo quanto à atuação política e organizacional, questão evidenciada quando se colocou lado a lado o jornal Vida Operária, O Extremo Norte e A Lucta Social. Tais divergências se colocavam enquanto obstáculos à própria organização da classe, o que alguns articulistas lamentavam bastante.

Um outro ponto, talvez o mais significativo do ponto de vista da complexidade e relação de forças presentes na produção e manutenção de um jornal, refere-se as diferentes falas (“operários”, “patrões” e “governo”) que constam nos artigos publicados no Vida Operária.

Pode-se observar esta dimensão a partir da questão do trabalho. O que é o trabalho? No jornal Vida Operária o que se tem são duas posições, respostas, a esta questão. Tais respostas variam conforme a idéia de trabalho que um determinado grupo possui e que está estritamente ligado à visão de mundo e sociedade de cada um.

Desta forma, numa visão mais próxima dos operários, o trabalho é visto como grandeza, mas nele está contida a exploração burguesa. Portanto, por mais que seja “nobre”o trabalho, o acesso à riqueza produzida por meio dele era difícil, pois em grande medida a percepção que se tinha era das duras jornadas de trabalho, da falta de segurança no espaço de atuação profissional, das demissões arbitrárias, dos baixos salários que conduziam o operário a um processo de moradia inadequada, alimentação deficiente, etc. Além disso, a falta de reconhecimento da importância do braço operário para a construção de riquezas era notória, principalmente por parte dos grupos dirigentes.

Sendo assim, é possível entender quando alguns artigos eram produzidos tendo como assunto o trabalho, enfatizando o operário como aquele que “forja” e “faz” e o

capitalismo como o que ganhava a cena, o destaque.²⁹⁸ Estes artigos procuravam colocar e discutir a questão do acesso do operário a determinados bens (melhores salários, moradia digna, alimentação sadia, etc.) já que a riqueza produzida, segundo esta posição, só atingia a uma parcela diminuta da sociedade – os grupos econômicos dominantes – por mais que esta riqueza fosse produzida pelas mãos operárias.

Por outro lado, numa visão mais próxima dos grupos dominantes, o que se tem é a idéia de trabalho como regenerador moral e como elemento produtor de riquezas para a sociedade em geral. Nesta idéia elementos como a ocupação do tempo, eliminação dos males e crimes se fazem presentes. Segundo esta posição o trabalho é um bem “*curando feridas da alma*”, “*evitando os maos pensamentos e (...) fazendo a felicidade de quem o pratica*”.²⁹⁹

Questões como o emprego do tempo e a ociosidade como pré-condição para criminalidade evidenciam esta outra idéia de trabalho que, além de trazer estas questões específicas, procura ocultar a exploração à medida que o trabalho é destacado naquilo que supostamente tem de positivo.

Estas duas respostas diferentes sobre o que é o trabalho estão presentes no jornal Vida Operária. A compreensão desta questão só foi possível a partir da reconstituição do universo onde o jornal estava inserido e observando as diferentes relações que o animavam, mas também as que o limitavam bem como os usos feitos pelos articulistas do jornal sobre as falas de outros grupos, apropriando-se delas e reelaborando-as de acordo com os interesses estabelecidos.

Daí à cobrança por melhores condições de emprego, salário e vida está associada com a questão do reconhecimento social, ou seja, daquele que trabalha para o engrandecimento da nação. Neste sentido, havia mais uma pressão moral do que propriamente uma pressão por meio de greves ou atos similares que eram inclusive condenados pelo jornal Vida Operária, uma vez que os colaboradores entendiam que tais ações prejudicavam mais do que ajudavam à causa operária.

Com relação ao projeto político defendido pelo jornal (associações operárias, partido operário e participação nas eleições) o que se observa é uma aproximação entre setores médios urbanos (professores, militares, advogados, poetas, etc) e a classe

²⁹⁸ *Vida Operária* nº 6. Manaus, 14 de março de 1920.

²⁹⁹ *Vida Operária* nº 14. Manaus, 09 de maio de 1920.

operária. Neste sentido, o próprio jornal Vida Operária era produzido por pessoas ligadas ao setor médio urbano que abordava questões específicas associadas à causa operária.

Não obstante, percebe-se também que, embora limitado para a época, uma vez que o número de pessoas que votavam no Brasil era inferior a 5%, o projeto político defendido dizia respeito muito mais a um pretense setor médio que se via excluído da participação política e que por isso procurava construir espaços neste cenário, propondo reformas e engrossando a luta com o estabelecimento de alianças com outros grupos, notadamente os operários.

A possibilidade de alianças entre os operários e os setores médios era grande e efetivamente parece ter ocorrido sendo o jornal Vida Operária produto deste processo. Entretanto, como se viu ao longo da pesquisa, parcela da classe operária se aproximou e ajudou a construir o projeto político presente nas páginas desta folha operária. Outras propostas existiram e se fizeram presentes no cenário regional, absorvendo os demais grupos operários (como é o caso dos anarquistas, por exemplo).

Uma outra questão que se coloca diz respeito às influências que o jornal Vida Operária recebeu de outras correntes políticas. Como se comentou no capítulo três, os anos finais do século XIX e os primeiros do século XX foram marcados pela difusão de teorias científicas – como o evolucionismo, darwinismo social, positivismo e outros – que foram acolhidas em diversas regiões do Brasil por grupos urbanos e setores da elite política e intelectual nativa.

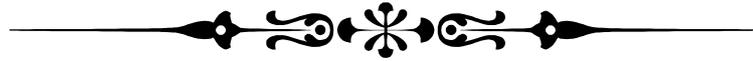
Elementos presentes nestas teorias científicas, sobretudo o positivismo que assumiu uma posição hegemônica no período denominado de Primeira República Brasileira, foram absorvidos pelos colaboradores do jornal Vida Operária que os utilizaram para construir uma proposta política, qual seja, a defesa e a luta pela elevação social e moral do trabalhador, passando pelo exercício dos direitos políticos de representação. Desta forma, percebe-se, novamente, a apropriação e reelaboração de idéias e discursos que permeavam os grupos que compunham a sociedade brasileira neste momento histórico.

Por fim, cabe destacar que sendo a Imprensa Operária uma manifestação da cultura operária, ela possibilita atingir o universo tenso e conflituoso do trabalho, fazendo surgir um mundo onde os conflitos, os embates e as contradições se fazem presentes. Mundo este que durante alguns anos foi ocultado por uma escrita da História tradicional

que se preocupava em identificar datas, fatos e acontecimentos ligados à esfera política bem como em dar destaque a alguns personagens que atuavam nela. Além disso, as transformações urbanas ocorridas em Manaus no período da expansão da goma elástica eram destacadas como *“imagem do progresso”*, o que contribuiu para a construção da idéia de *“fausto”* presente neste período. Não obstante, o que se busca atualmente é desvendar este o outro lado do *“fausto”* – O Mundo do Trabalho.

A presente pesquisa, com seu espaço, sua temporalidade e recorte específico, procurou contribuir neste sentido. Entretanto, há outros jornais, grupos, questões sobre este período que precisam ser trabalhadas e discutidas. Além disso, faz-se extremamente necessário que se avance para as décadas posteriores, com o objetivo de resgatar e construir a História Operária do Amazonas.

FONTES



FONTES

Tomado como mote e mesmo objeto da reflexão sobre a qual se buscou jogar alguma luz no contexto operário amazonense, o jornal *Vida Operária*, foi a grande base documental sobre a qual nos debruçamos. No entanto, seu entendimento e o entendimento do período em que ele historicamente se situa, não podia prescindir da pesquisa mais larga, que explorasse registros documentais de amplo espectro.

Utilizamos um tanto quanto marginalmente a documentação de tipo “oficial” mais comum na pesquisa histórica do período, sem que com isso desconsiderássemos sua importância. Nesse espectro, foram compulsados:

- Relatórios dos Governadores e Superintendentes (1889-1925);
- Relatórios de Médicos Sanitaristas (1907-1922);
- Código de Posturas (1990-1925);
- Atas da Assembléia Legislativa (1990-1925)
- Atas da Câmara Municipal de Manaus (1990-1925)

Os periódicos aparecem na dissertação com uma maior visibilidade e, de fato, eles ganharam efetivamente centralidade durante o processo de pesquisa. Sua importância para a construção historiográfica parece incontestável, mas no contexto amazonense sua consulta ainda esbarra na forte desorganização arquivísticas. Experiências como a da instituição do *Laboratório de História da Imprensa no Amazonas – LHIA* tem contribuído para minorar esse quadro, mas os desafios ainda são grandes. Da chamada “Grande Imprensa”, explorei as páginas de três Jornais:

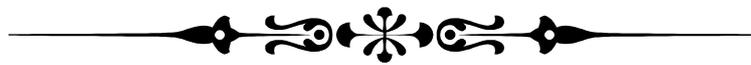
- Jornal do Comércio, 1904-1925.
- O Dia, 1926
- Gazeta da Tarde, 1920 – 1923.

Já a chamada *Imprensa Operária Amazonense*, pelas sua importância e também pelas dimensões mais modestas, pode ser lida integralmente, com destaque para os títulos:

- Gutenberg, 1891-1892
- Operário, 1892
- A Lucta Social, 1914 e 1924
- Vida Operária, 1920

- O Constructor Civil, 1920
- O Extremo Norte, 1920
- O Primeiro de Maio, 1928

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, P. e TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- AVELINO, Alexandre Nogueira. *Trabalhadores e Patrões: o discurso de suas organizações (1891-1920)*. Manaus: UFAM, 2005. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BALCÃO, Lier Ferreira *A Cidade das Reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista – 1900/1913*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1998.
- BARBOSA, Marialva. *Como Escrever uma História da imprensa?* Texto apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis de 15 a 17 de abril de 2004.
- BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Entre Casas de Palha e Jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. IN: FENELON, Dea Ribeiro (Org.). *Cidades: pesquisa em História*. Vol. 1. São Paulo: Olho D'água, 2000, p. 153-171.
- BATALHA, Cláudio. "História do Trabalho: um olhar sobre os anos 1990". São Paulo, *Revista História*, nº 21, 2002.
- BATALHA, Cláudio. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto/USF, 1998.
- BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BATALHA, Cláudio. Thompson Diante de Marx. In: BOITO Jr. Armando ET ALL (org). *A Obra Teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 2ª edição. São Paulo: editora Xamã/IFCH, 2002.
- BATALHA, Cláudio, SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe*. Campinas: Unicamp, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 15-35.
- BRETAS, Marcos Luis. *A Guerra das Ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.
- Campos, Hermenegildo. *Climatologia médica do Estado do Amazonas*. Manaus, ACA/Fundo Editorial, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- CASTRO, Maria Céres Pimenta Spinola et al. *Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte*: UFMG, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos Fazer Tabua Rasa do Passado? Sobre a História e os Historiadores*. Tradução: Marcos da Silva. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. "Manaus e a Imprensa Operária: o discurso do trabalhador também exclui". *Amazônia em Cadernos*, n 2/3, 1993/1994.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1997.
- COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões. Cinema e Sociedade: Manaus (1897-1935)*. Manaus: EDUA, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Coleção Primeiros Vãos.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915*. São Paulo: Uduc/Fapesp, 2000.
- DAOU, Ana Maria. *A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras: praticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo (1889-1940)*. São Paulo: Brasiliense. 1997.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus (1890-1920)*. Manaus: editora Valer, 1999.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. Tradução: Cecília R. Lopes. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FARIA E SOUZA, João Baptista de, SOUZA, A. Monteiro de e BAHIA, Alcides. *A Imprensa no Amazonas, 1851-1908*. Manaus: Tipografia da Imprensa Oficial, 1908.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1986.
- FERREIRA, Maria de Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder- Saber*. Ditos e escritos vol. IV. Manoel Barros da Motta (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Manaus: Editora Calderaro, 1990.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Adelaide (Org). *Ceará Socialista – Anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.
- GONÇALVES, Adelaide e BRUNO, Allyson (Orgs). *O Trabalhador Gráfico – Edição fac-similar*. Fortaleza: UFC, 2002.
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1881.
- GYTAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura*
- HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Editora Universidade de Brasília.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Vitor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira - Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª edição. Companhia das Letras.
- HAUPT, Georges. Por que a História do Movimento Operário? *Revista Brasileira de História*, v. 5, no. 10. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1985, p. 208-231.
- HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Tradução: Luciano Costa Neto. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

- HOBBSAWM, Eric. *Trabalhadores: estudos de história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- IGNOTUS, *A Imprensa no Maranhão, 1820-1880: sessenta anos de jornalismo*. Rio de Janeiro: Editores Faro & Lino, 1883.
- LE GOFF, Jacques. *História Nova*. 5ª edição. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LOUREIRO, Antônio. *A Grande Crise (1908 -1916)*. T. Loureiro e Cia: Manaus, 1985.
- MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O Transporte Coletivo Urbano de Manaus: bondes, ônibus de madeira e metálicos*. Dissertação de Mestrado em Natureza e Cultura da Amazônia. Manaus: Ufam, 2003.
- MATOS, Maria Izilda e SOLLER, Maria Ângela (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho D'água, 1999
- MELLO, Thiago de. *Manaus, amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- MIRANDA, Bertino (org). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22-27/02/1910)*. Manaus: Ed. Associação Comercial do Amazonas, 1990. Coleção Hiléia Amazônica. Volume 01. Reimpressão Fac-similar 1911.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora Universitária de Recife, 1972.
- NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997.
- PAMPLONA, Marcos. A Historiografia do Protesto Popular e das Revoltas Urbanas. *Rascunhos de História*, nº 03. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991.
- PAOLI, Maria Célia. “Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros”. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). *Cultura e Identidade Operária*. São Paulo: Marco Zero; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987, P. 53-101.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2001.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a União Operária seja nossa pátria!*”. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001.

- PINHEIRO, Geraldo Sá Peixoto. "Imprensa e Modernidade: relato de pesquisa em curso". *Amazônia em Cadernos*, n 2/3, Manaus, Universidade do Amazonas, 1993/4, p. 195-206.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: Edua, 2004.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. "Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha, 1920-1945". *Canoa do Tempo*. Manaus, nº 1, 2006.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)* Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Proletariado Industrial na Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 137.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 1994.
- RAGO Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. São Paulo: Perspectiva, 1986,
- RUDÉ, Georges. *A Multidão na História*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2006.
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Suframa/Calderaro, 1985.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: editora T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. Um Outro Olhar Sobre a "Paris dos Trópicos" (1897-1911). In: SOLLER, Maria Angélica, MATOS, Maria Izilda. *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho D'água, 2001, p. 49-73.
- SCHMIDT, Benedito Bisso. *O Deus do Progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da Primeira República*. Porto Alegre: Mimeo, s/d.
- SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1998.
- SILVA Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Marcos A. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

- SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. 5ª edição. São Paulo: Atual/EUEC, 1998. Coleção Discutindo a História.
- SINGER, Paul. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional*. In: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1970.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005.
- TELES, Luciano Everton Costa. *De Zé povo e Barnabés: representações do trabalho e do trabalhador urbano na imprensa amazonense na década de vinte*. Projeto de Iniciação Científica - CNPq (Pibic), Manaus, Ufam, 2002-2003.
- TELES, Luciano Everton Costa. *Os Deserdados do Látex: um olhar sobre os pobres urbanos em Manaus (1910-1920)*. Projeto de Iniciação Científica - CNPq (Pibic), Manaus, Ufam, 2003-2004.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- UCHOA, Samuel. *Dois Anos de Sanitarismo*. Manaus: Livraria Clássica, 1924.
- VIANA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação/INL.
- VIEIRA, Maria do Pillar et al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.
- WEISTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência*. São Paulo. Huicitec, 1994.
- ZICMAN, René Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, n 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89-102.